



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**DESLIGAMENTO ENTRE PARTICIPANTES E PESQUISADORES DE UMA
PESQUISA-AÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR**

Alciane Barbosa Macedo Pereira

BRASÍLIA- DF

2011



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**DESLIGAMENTO ENTRE PARTICIPANTES E PESQUISADORES DE UMA
PESQUISA-AÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR**

Alciane Barbosa Macedo Pereira

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição

BRASÍLIA

2011

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Inês Gandolfo Conceição

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição– Presidente
Universidade de Brasília

Profa. Dra Liana Fortunato Costa– Membro
Universidade de Brasília

Profa.Dra Vannúzia Leal Andrade Peres– Membro
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profa. Dra Maria Aparecida Penso– Suplente
Universidade Católica de Brasília

BRASÍLIA

2011

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que me
auxiliaram para que pudesse
chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus por seu grande amor.

Aos meus pais e irmãos por me incentivarem e estarem sempre comigo.

Ao meu marido por me compreender e incentivar sempre.

À Tia Glória, Fernando, Willian, Fernanda, Gabriela, Daniela e Igor por me acolherem em suas casas nas minhas idas à Brasília.

A todos meus amigos e demais familiares por agüentar minha falta de tempo e me incentivar a continuar, particularmente a Maria do Carmo por me apresentar o PCL.

À Professora Inês, exemplo de associação entre a formação humana e acadêmica, pela dedicação, apoio e orientação.

À banca formada pela Professora Liana, Professora Vannúzia e Professora Cida pela disponibilidade e contribuição.

À coordenadora da pesquisa estudada pela confiança e facilidade de acesso às informações.

Pereira, Alciane Barbosa Macedo (2011). *Desligamento entre Participantes Pesquisadores de uma Pesquisa-Ação sobre Violência Física Intrafamiliar*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília.

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa documental acerca do processo de desligamento entre pesquisadores e participantes da pesquisa-ação intitulada “Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças e adolescentes” realizada em Goiânia, Goiás, que utilizou a visita domiciliar como estratégia. A fundamentação metodológica para a análise foi a Epistemologia Qualitativa. Foram realizados estudos bibliográficos e a análise das transcrições das oito visitas domiciliares realizadas em cinco das famílias participantes, bem como as informações dos diários de campo da dupla de pesquisadores, preenchidos após cada visita domiciliar às famílias selecionadas pela pesquisa. Apresente dissertação é composta por quatro manuscritos assim denominados: *Processo de desligamento entre pesquisadores e participantes na pesquisa-ação*; *A análise das informações na perspectiva da Epistemologia Qualitativa*; *Prevenção da Violência Física Intrafamiliar Contra Crianças: a Visita Domiciliar na Pesquisa-Ação*; *Processo de Desligamento em uma Pesquisa-ação sobre Violência Intrafamiliar*. As análises das obras sobre pesquisa-ação estudadas apontam para a relevância dada ao início da pesquisa e não ao processo final. A fase final é apresentada como uma etapa de avaliação dos resultados, teorização, escrita em conjunto do relatório final, publicação, divulgação dos resultados, na qual os participantes permanecem em situação ativa. Sobre a análise na Epistemologia Qualitativa nas obras estudadas, é possível perceber que ela exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo a respeito dos níveis de constituição subjetiva individual e social. A análise da pesquisa-ação estudada mostrou que a visita domiciliar se coloca como momento para dialogar e refletir acerca das problemáticas que se desenvolvem na família. Dessa forma, a visita domiciliar inserida na pesquisa-ação se mostrou como uma ferramenta clínica privilegiada para prevenir a violência física intrafamiliar contra crianças. Na pesquisa em questão, que é acadêmica, há o desafio de constituir uma forma de estudo que tenha como foco a ação e a mudança, mas que não se desprenda das características de um trabalho tido como acadêmico, garantindo a participação dos atores. Assim, a não participação ativa das famílias no processo de desligamento na pesquisa estudada supõe a necessidade de se construir novas alternativas que considerem as demandas das famílias. E dessa forma, efetivar o trabalho em rede e a decisão conjunta para a realização de encaminhamentos, até mesmo, na medida do possível, o momento mais adequado para participantes e pesquisadores para a finalização das atividades e das visitas domiciliares e assim, a autonomia e atuação dos participantes.

Palavras-chave: Processo de desligamento; Pesquisa-Ação; Epistemologia Qualitativa; Visita Domiciliar; Violência Física Intrafamiliar contra Crianças.

ABSTRACT

This work is a documental research about the shutdown process between researchers and participants of action research titled "Education / create without violence: prevention of family physical violence against children and adolescents," who used home visits as a strategy. The methodological foundation for the analysis was qualitative epistemology. Bibliographic studies were conducted and analysis of the transcripts of eight home visits in five of the participating families as well as information from field diaries of two researchers, completed after each home visit to families selected by the survey. Present dissertation comprises four so-called manuscripts: Process disconnect between researchers and participants in action research, analysis of information from the perspective of epistemology Qualitative Physics Intra-family Violence Prevention Against Children: The Home Visit in Action Research, Process Shutdown in a Research-Action on ViolênciaIntrafamiliar. The analysis of the works on action research study point to the importance given to the beginning of the research process and not the end. The final step is presented as an evaluation of the results, theorizing, writing together the final report, publication, dissemination of results, in which participants remain in active status. About Epistemology Qualitative analysis on the works studied, we can see that it requires the production of open systems of indicators that inform about the same time the levels of individual and social subjective constitution. The analysis of the action research study showed that home visits to places such as time to talk and reflect about the problems arising in the family. Thus, the home visit included in the action research proved to be privileged as a clinical tool to prevent physical violence against children within families. In the poll question, which is academic, there is the challenge of being a form of study that has focused on action and change, but do not repudiate the characteristics of a job as a scholar had to ensure the participation of the actors. Thus, non-active participation of families in the shutdown process in the research study involves the need to develop new alternatives that consider the demands of families. And so, effective networking and joint decision to conduct referrals, even to the extent possible, the best time for participants and researchers to complete the activities and home visits and thus the autonomy and performance participants.

Keywords: process shutdown; Action Research; Epistemology Qualitative visits; Intrafamiliar Physical Violence against Children.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1: Caracterização das famílias estudadas	70
---	----

SUMÁRIO

1. Apresentação	1
1.1 Objetivos	3
1.2 Contexto de pesquisa	4
1.3 Pressupostos metodológicos, procedimentos e materiais	5
2. Manuscrito 1: Processo de Desligamento entre Pesquisadores e Participantes na Pesquisa-Ação	9
3. Manuscrito 2: A análise das Informações na Perspectiva da Epistemologia Qualitativa	29
4. Manuscrito 3: Prevenção da Violência Física Intrafamiliar Contra Crianças: A Visita Domiciliar na Pesquisa-Ação	59
5. Manuscrito 4: Processo de Desligamento em uma Pesquisa-Ação sobre Violência Intrafamiliar	97
6. Considerações finais	127
7. Referências	132
8. Anexo	133

APRESENTAÇÃO

O presente estudo consiste em uma pesquisa documental acerca do processo de desligamento entre participantes e pesquisadores da pesquisa-ação intitulada “Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças e adolescentes”, que teve como estratégia a visita domiciliar. A pesquisa estudada foi realizada nos anos de 2007, 2008 e 2009, com famílias de classe popular, participantes de um programa de extensão vinculado a uma universidade particular de Goiânia, Goiás, após submissão e aprovação em Comitê de Ética. A referida pesquisa teve por referencial metodológico a pesquisa qualitativa, por método a pesquisa-ação e por estratégia metodológica a visita domiciliar.

O processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação é marcado pela presença atuante dos pesquisadores e dos participantes. Tal atuação comparece tanto na análise da mudança, da resolução dos problemas levantados, das informações construídas, como no momento da escrita do relatório final. Chama a atenção, no entanto, o fato de que, para os autores estudados, o encerramento da pesquisa deve ser também uma decisão a ser tomada coletivamente. Indo às origens e ao desenvolvimento da pesquisa-ação, essa ideia é clarificada, pois seria incoerente desconsiderar a atuação dos participantes nesse momento.

Dessa forma, pretendeu-se com este trabalho estudar o processo de desligamento entre participantes (famílias de crianças frequentadoras de um programa de extensão vinculado a uma universidade de Goiânia, Goiás) e pesquisadores (psicólogos e estudantes de psicologia) em uma pesquisa-ação em contexto comunitário sobre prevenção de violência física intrafamiliar contra crianças.

A definição de violência física intrafamiliar contra crianças na qual a pesquisa-ação estudada se referencia, refere-se àquela preconizada por Sousa (2001). Na perspectiva dessa autora, esse tipo de violência se caracteriza por qualquer ação, única ou repetida, não-acidental (ou intencional) praticada por pessoas circunscritas à família ou convívio diário e direto com a criança, seja um adulto ou outra criança ou adolescente e que deixe ou não marcas físicas no sujeito, motivada conscientemente e/ou inconscientemente.

O interesse pela temática do desligamento na pesquisa-ação se deu graças ao contato enquanto psicóloga/pesquisadora da autora desta dissertação, com a pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças, em Goiânia, Goiás, Goiás. Tal contato foi realizado com as famílias participantes e com os demais pesquisadores, entre eles, estudantes de psicologia e psicólogos. Esses pesquisadores realizavam aproximadamente oito visitas domiciliares e uma reunião grupal com as famílias participantes, que aconteciam no início de cada semestre de trabalho.

Alguns pesquisadores da referida pesquisa relatavam a dificuldade de se separar das famílias após a oitava visita, depois de terem estabelecido o vínculo com elas. Entre as famílias participantes surgiram relatos sobre a dificuldade de não ter mais a visita mensal. Outros familiares participantes, no entanto, pareciam se sentir aliviados com o final do compromisso com as visitas, alívio também relatado por alguns pesquisadores. Além disso, alguns pesquisadores e familiares participantes relatavam tanto aspectos positivos como negativos com o final do trabalho. Diante dessa problemática surgiram algumas questões: A visita domiciliar pode ser utilizada como estratégia a partir da perspectiva da pesquisa-ação na prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças? Como acontece o processo de desligamento entre participantes e

pesquisadores na pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar que utiliza a visita domiciliar como estratégia? Como promover benefícios sem fomentar a dependência em trabalhos comunitários? A partir desses questionamentos, surgiu o interesse por estudar mais a temática do processo de desligamento no contexto comunitário na referida pesquisa que se encerrou no final do ano de 2009 com um trabalho de análise do material construído junto às outras famílias, que não aquelas com as quais a autora deste projeto teve contato anteriormente.

Objetivos

Geral

Analisar o processo de desligamento entre pesquisadores e participantes de uma pesquisa-ação em contexto comunitário sobre prevenção de violência física intrafamiliar contra crianças que utilizou a visita domiciliar como estratégia.

Específicos

1. Discutir teoricamente a temática do processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação;
2. Dialogar a respeito do processo de análise das informações apoiada na Epistemologia Qualitativa a partir das obras de Fernando L. González Rey;
3. Discutir sobre a utilização da visita domiciliar como estratégia metodológica e prática educativa em uma pesquisa-ação sobre prevenção da violência física contra crianças;

4. Analisar o processo de desligamento em uma pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças a partir da estratégia das visitas domiciliares.

Contexto de pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva de pesquisa-ação que se desenvolveu na forma de intervenção junto a famílias de crianças a fim de promover saúde através da prevenção da violência física doméstica. As famílias em foco eram aquelas que tinham filhos(as) crianças de 7 a 11 anos que são atendidos por um dos programas de extensão de um instituto especializado nas temáticas da Infância, Adolescência, Juventude e Família, de uma universidade particular de Goiânia, Goiás. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade em questão.

Todas as famílias que aceitaram participar da pesquisa passaram pela primeira fase da pesquisa definida de “Diagnóstico inicial sócio-familiar”, momento em que foram aplicados uma escala sobre a existência da violência física contra crianças na família e um instrumento de complementação de frases com o mesmo objetivo. Depois disso, as famílias foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo, Grupo A, recebeu visitas domiciliares no segundo semestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009 e participou da reunião com todas as famílias do grupo. Ao longo das visitas domiciliares algumas famílias desistiram da participação na pesquisa. Entre os pesquisadores havia quatro duplas responsáveis por três ou quatro famílias. A partir do segundo semestre de 2009, as famílias do Grupo B passaram a ser visitadas e a participar da reunião em grupo. A última fase, intitulada de “Seminário de avaliação e socialização dos

resultados”, estava prevista para o segundo semestre de 2010, no entanto, não aconteceu.

É importante ressaltar que ao final das visitas domiciliares, foi aplicado novamente o instrumento de complementação de frases com alguns indicadores diferentes daqueles da primeira aplicação na primeira fase da pesquisa. Além disso, na oitava visita foi entregue às famílias o “Livro das Famílias”, material originado do concurso “Não bata, eduque” realizado na cidade do Rio de Janeiro e com a proposta de incentivar a criação de propostas alternativas ao uso da violência física como prática educativa. O material entregue às famílias tem linguagem acessível e trata de depoimentos de pessoas que passaram pela situação do uso da violência física e que conseguiram construir novas práticas na educação dos filhos, além de viabilizar o trabalho junto à rede social disponível. Ao entregar o livro, as pesquisadoras falavam sobre a importância de lê-lo e discuti-lo juntos, em família.

A pesquisa “Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças e adolescentes” teve assim, diferentes momentos em sua constituição. No entanto, a presente pesquisa documental analisou somente as visitas domiciliares e seus respectivos diários de bordo, uma vez que o objeto de estudo é o processo de desligamento entre os participantes e os pesquisadores ao final das visitas domiciliares que se configuraram como último momento da pesquisa realizada.

Pressupostos metodológicos, procedimentos e materiais

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2010), tanto a pesquisa bibliográfica, como a pesquisa documental utilizam dados já existentes. No entanto, a pesquisa bibliográfica tem como base para a sua

elaboração o material já publicado e direcionado para públicos específicos. A pesquisa documental por sua vez, é realizada a partir dos mais diversos documentos, elaborados com finalidades diversas. É importante, diante disso, considerar o documento como qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento. No caso deste trabalho, os documentos foram as transcrições das visitas domiciliares e os diários de campo.

A análise dos documentos, por sua vez, foi fundamentada nos princípios da Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey, na qual o centro da pesquisa é o aspecto dialógico. Um dos pressupostos centrais dessa perspectiva é a impossibilidade da neutralidade científica, pois o pesquisador faz parte e interfere no processo de pesquisa, como afirma González Rey (2005).

González Rey (2005) afirma que a Epistemologia Qualitativa está apoiada em três princípios básicos:

1. A Epistemologia Qualitativa considera o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento. Isso implica a compreensão do conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade apresentada. Dessa forma, o real não é acessado de maneira ilimitada e direta. Isso acontece uma vez que esse acesso é limitado a partir das práticas e dos processos reflexivos do pesquisador junto aos diferentes eventos empíricos coexistentes no processo investigativo;

2. A legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico. Assim, a pesquisa como produção teórica e estudo da subjetividade; e

3. A compreensão da pesquisa nas ciências antropológicas, como um processo de comunicação direta ou indireta, ou seja, um processo dialógico. A comunicação é dessa forma, uma via importante para conhecer as configurações e os processos de

sentido subjetivo. Os processos de sentido subjetivo por sua vez, caracterizam os sujeitos individuais e viabilizam o conhecimento de como as diferentes condições objetivas da vida em sociedade afetam o ser humano.

Inicialmente houve o contato com a coordenadora da pesquisa que autorizou a realização deste trabalho por meio da elaboração de um aceite institucional. O trabalho se pautou na análise de parte das informações construídas na pesquisa junto a cinco famílias do Grupo B que foram visitadas por uma das duplas de pesquisadores. A escolha do segundo grupo aconteceu tendo em vista que somente o material desse grupo está sistematizado, uma vez que parte das informações construídas junto ao primeiro grupo se perderam com a mudança dos pesquisadores. E a escolha do estudo sobre as famílias visitadas por uma única dupla se deu para conhecer a singularidade das relações estabelecidas e investigar acerca da impossibilidade de neutralidade em pesquisa deste tipo. Tal análise se deu a partir das transcrições das oito visitas domiciliares realizadas em cinco das famílias participantes, bem como as informações dos *diários de campo* da dupla de pesquisadores, preenchidos após cada visita domiciliar às famílias selecionadas. Pretendeu-se, a partir da referida análise, construir indicadores e categorias analíticas relacionados ao processo de desvinculação em pesquisa-ação no contexto estudado.

A dissertação foi elaborada a partir da construção de quatro manuscritos seguindo a sequência comum a uma dissertação: um manuscrito teórico sobre a temática da desvinculação em pesquisa-ação; outro manuscrito também teórico sobre a Epistemologia Qualitativa; e dois manuscritos elaborados a partir da construção das categorias analíticas. O primeiro manuscrito foi submetido à publicação na Revista de Psicologia Fractal. Os outros manuscritos encontram-se em fase de ajustes às normas de

publicação e serão também submetidos a revistas científicas da área da Psicologia. A seguir são apresentados os quatro manuscritos que compõem o a dissertação.

Processo de desligamento entre pesquisadores e participantes na pesquisa-ação¹

Shutdown process between researchers and participants in action research

Resumo

Objetiva-se discutir teoricamente a temática do processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação. Realizou-se um estudo teórico acerca da temática do desligamento nas obras de René Barbier, Michel Thiollent, David Tripp, André Morin e Hugues Dionne. As análises apontam para a relevância dada ao início da pesquisa e da implicação e vinculação entre os participantes e pesquisadores em detrimento do processo final. Constata-se que os autores discutem menos sobre o processo de separação entre pesquisadores e participantes e que a fase final da pesquisa caracteriza-se como uma etapa de avaliação dos resultados, teorização, escrita em conjunto do relatório final, publicação, divulgação dos resultados, na qual os participantes permanecem em situação ativa.

Palavras-chave: Processo de desligamento; Pesquisa-ação; Implicação.

Abstract

The objective is to discuss theoretically the theme of the shutdown process in the context of action research. We conducted a theoretical study on the theme of disconnection in the works of René Barbier, Michel Thiollent, David Tripp, and Hugues Dionne Andre Morin. The analysis points to the importance given to the beginning of the research and the involvement and bonding among participants and researchers over the final process. It appears that the authors discuss less about the process of separation between researchers and participants and the final phase of research is characterized as a step of evaluating results, theorizing, writing together the final report, publication, dissemination of results in which participants remain in active status.

Keywords: process shutdown; Action Research; Implication

¹ Fonte de Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Processo de desligamento entre pesquisadores e participantes na pesquisa-ação²

Surgida há mais de 50 anos, a abordagem em Ciências Sociais denominada pesquisa-ação hoje está presente em trabalhos de várias áreas da psicologia: escolar, clínica, comunitária, social, entre outras. É necessário, no entanto, um aprofundamento sobre essa forma de fazer pesquisa e uma postura metodológica isenta de modismos.

Este artigo tem por objetivo discutir teoricamente a temática do processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação, visto que a relação pesquisador-participantes na realidade desse tipo de metodologia se diferencia das demais principalmente pela proximidade e vinculação que se estabelecem entre os envolvidos. Dessa forma, realizou-se um estudo teórico acerca da temática do desligamento entre participantes e pesquisadores nas obras sobre pesquisa-ação de autores atuais. Um estudo desse tipo se justifica devido ao crescimento da utilização do método da pesquisa-ação nos diferentes contextos e a ética necessária em todos os momentos da pesquisa, particularmente na fase final que deve promover autonomia entre os participantes, ou seja, a capacidade de tomar decisões que beneficiem tanto o sujeito como o grupo onde ele está inserido.

A compreensão acerca do processo de desligamento, no entanto, está relacionada à contextualização da própria pesquisa-ação. Para isso, antes é preciso situá-la como método de pesquisa, apresentar os principais conceitos na atualidade e caracterizar o processo de construção da pesquisa na visão dos diferentes autores estudados. Discutidas essas informações, é possível aprofundar acerca da relação pesquisador-participante e posteriormente, do processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação.

História e principais conceitos

A abordagem da pesquisa-ação foi desenvolvida principalmente a partir dos estudos realizados nos Estados Unidos. De acordo com o professor de Ciências da Educação, o francês René Barbier (2007), a pesquisa-ação não trata de uma simples transfiguração metodológica da sociologia clássica, mas sim de uma transformação na forma de se

² Manuscrito submetido a publicação na Revista de Psicologia Fractal.

conceber e fazer pesquisa em Ciências Humanas, em que o cotidiano não é excluído do processo de construção do conhecimento.

A atribuição mais comum ao surgimento do termo “pesquisa-ação” na literatura é ao psicólogo e pesquisador experimental de origem alemã Kurt Lewin (1946, *apud* TRIPP, 2005). Quase imediatamente depois de cunhada a terminologia na literatura, a pesquisa-ação esteve relacionada a quatro processos diferentes: pesquisa-diagnóstico, pesquisa-participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental (TRIPP, 2005). Sobre a questão do surgimento da pesquisa-ação, Barbier (2007) também reconhece ser de autoria de Kurt Lewin a criação da pesquisa-ação durante a Segunda Guerra Mundial e complementa que a origem também é atribuída por alguns a John Dewey e ao movimento da Escola Nova, após a Primeira Guerra Mundial. A suposição é de que esse movimento constituiu um primeiro tipo de pesquisa-ação pelo ideal democrático, pelo pragmatismo e pela insistência no hábito do conhecimento científico tanto nos educadores como nos educandos (THIRION, 1980, *apud* BARBIER, 2007). Outra possível origem da pesquisa-ação é apresentada por Georges Lapassade que atribui a criação do termo pesquisa-ação ao antropólogo John Collier que propôs que as descobertas de tipo etnológico, feitas nos EUA sobre indígenas das reservas, fossem utilizadas em benefício de uma política favorável a eles (LAPASSADE, 1991, *apud* BARBIER, 2007).

Segundo Barbier (2007), após a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa-ação foi disseminada no Japão, na Inglaterra, na Alemanha, na França. Mas é no Canadá, na Inglaterra e na França, a partir dos anos 1970, que se acentua a tendência mais radical. O autor destaca no processo de radicalização epistemológica da pesquisa-ação, dois períodos: 1) o período mais americano, de emergência e de consolidação entre os anos que precedem a Segunda Guerra Mundial e os anos de 1960 e 2) o período de radicalização política e existencial, mais europeu e canadense, desde o final dos anos 1960 até os nossos dias.

De acordo com o professor da área de Engenharia da Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o francês Michel Thiollent (1996), as áreas de aplicação da pesquisa-ação são: a educação; a comunicação; o serviço social; a organização e sistemas; o desenvolvimento rural e difusão de tecnologia; as práticas políticas; entre outras. Thiollent (2007) chama a atenção para o fato de que a pesquisa-ação, por mais

que tenha sido difundida nas áreas das Ciências Humanas, recebe um crescente interesse em áreas consideradas mais técnicas, tais como a engenharia da produção, a ergonomia, arquitetura, agronomia, entre outras. Na psicologia, atualmente a pesquisa-ação ganhou espaço em trabalhos no contexto da psicologia escolar, psicologia clínica, psicologia comunitária, psicologia social a partir de diferentes concepções, o que demanda um maior investimento em relação à construção de conhecimento sobre práticas investigativas por meio da pesquisa-ação que superem meros modismos.

Sobre a diversidade de denominações de pesquisa-ação, Thiollent (1996) aponta para a inexistência de unanimidade. Uma das “confusões” mais comuns é a que se estabelece entre as expressões “pesquisa participante” e “pesquisa-ação”, frequentemente dadas como sinônimas. Para o autor, não o são: a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre é encontrada em propostas de pesquisa participante. Thiollent (1996) afirma que tanto a pesquisa-ação e a pesquisa participante procedem da mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa tradicional.

Sobre a diferença entre pesquisa-ação e pesquisa participante, Demo (2004), pesquisador defensor da pesquisa participante (PP), afirma que a “pesquisa-ação” surgiu devido à dificuldade de se atingir níveis elevados de participação, porque “resigna-se mais facilmente a apenas propor ações com algum conhecimento de causa” (DEMO, 2004, p. 101). O autor considera que tal “característica” não retira o mérito da pesquisa-ação e argumenta que, do ponto de vista do pesquisador é uma forma mais fácil de assumir a pesquisa-ação, do que a pesquisa participante. Ao contrário do que afirma Demo (2004), o ato de meramente “propor ações”, no entanto, não condiz com a forma como a pesquisa-ação se desenvolve para os outros autores estudados.

Demo (1987) se apropria da definição de Pesquisa Participante de Budd Hall (1981), que a descreve como uma atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação. A ação nesta perspectiva de pesquisa é entendida semelhantemente ao que se considera em relação à pesquisa-ação e tem por objetivo a mudança que por sua vez, está relacionada à resolução da problemática levantada. Sobre esta proximidade, Thiollent (1987) descreve que a pesquisa-ação pode ser considerada uma forma de pesquisa participante, mas afirma que nem todas as pesquisas participantes são pesquisa-ação.

De acordo com Thiollent (1987), a pesquisa participante teve como foco o investigador dentro da situação investigada e chegou a problematizar a relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado. Entretanto, segundo o autor, os pesquisadores que partiam da pesquisa participante não voltaram sua atenção para a relação entre investigação e ação na situação considerada. Brandão (1987), importante referência sobre a Pesquisa Participante, no entanto, afirma que a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender os sujeitos e seus contextos, por meio das pessoas e de um trabalho social e político, que se trata da razão de ser da pesquisa participante. Discordâncias a parte, tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante têm como característica algo que ainda não está presente em muitos dos outros métodos de pesquisa: o compromisso social.

Há também outras “confusões” comuns relacionadas à pesquisa-ação. Segundo Thiollent e Silva (2007), enquanto método de pesquisa, a pesquisa-ação também não deve ser confundida com outros métodos participativos, cujas características e finalidades são diferentes. É o caso de técnicas de planejamento, monitoramento ou avaliação.

Uma forma de diferenciar a pesquisa-ação de outras formas de investigação é conhecer quais definições existem a respeito desse método. A pesquisa-ação é definida por Tripp (2005) como uma das diferentes formas de investigação-ação, que tem como objetivo final aprimorar a prática. Optando por uma definição mais estrita, o autor denomina a pesquisa-ação como uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática, de forma que as técnicas de pesquisa atendam aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica. Tripp (2005) postula 10 características da pesquisa-ação: inovadora; contínua; pro-ativa estrategicamente; participativa; intervencionista; problematizada; deliberada; documentada; compreendida; e disseminada.

Thiollent (1996), por sua vez, define a pesquisa-ação como uma forma de se fazer pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Para ele, em todo o processo, os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do

problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. O autor apresenta a pesquisa-ação como uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual:

- a) Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) O objeto de investigação não é construído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e do conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 1996, p. 16).

Em perspectiva semelhante, o sociólogo canadense Dionne (2007) caracteriza a pesquisa-ação como instrumento de “intervenção” na realidade circundante dos pesquisadores, em parceria com os atores implicados em determinadas situações problemáticas. Em conjunto, pesquisadores e atores promovem ações para transformar a situação inicial em uma situação desejada. As diferentes definições de pesquisa-ação têm em comum a importância do vínculo que une os pesquisadores e os atores ou profissionais e cinco importantes dimensões podem ser extraídas da variedade das definições de pesquisa-ação:

1. Fortalecimento da relação entre a teoria e a prática;
2. Fortalecimento das alianças e comunicações entre pesquisadores e atores;
3. Perseguição de um duplo objetivo de conhecimentos a desenvolver (pesquisa) e de situações a modificar (ação);
4. Produção de um novo saber na ação e para a ação;
5. Inserção em um processo de tomada de decisão com vista à resolução de problemas (Dionne, 2007).

De acordo com Thiollent (1996), o objetivo da pesquisa-ação consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder

com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Mesmo considerando como relevante o lado empírico, essa abordagem nunca deve deixar de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica no processo investigativo, sem os quais a pesquisa empírica de pesquisa-ação não faria sentido algum. A seguir será apresentado o percurso metodológico em pesquisa-ação para os autores estudados.

A construção da pesquisa-ação

A Pesquisa-ação é uma metodologia ou um método? Pergunta respondida por Thiollent (1996) quando aponta que a pesquisa-ação não é considerada uma metodologia. Ela é um método ou uma estratégia de pesquisa que agrega vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação. De acordo com o autor, os autores de metodologia de pesquisa em ciências sociais definem a pesquisa-ação como qualquer outro método. Dessa forma, as ciências sociais tomam a pesquisa-ação como objeto para analisar suas qualidades, potencialidades, limitações e distorções. A metodologia oferece subsídios de conhecimento geral para orientar a concepção da pesquisa-ação e controlar o seu uso. A pesquisa-ação é um método de pesquisa que possui diferentes técnicas particulares em cada fase ou momento do processo investigativo.

De acordo com Barbier (2007), há quatro temáticas centrais no método da pesquisa-ação:

- 1) A identificação do problema e a contratualização;
- 2) O planejamento e a realização em espiral, ou seja, de maneira não linear;
- 3) As técnicas da pesquisa-ação (particularmente a denominada observação participante predominantemente existencial e o diário de itinerância);
- 4) A teorização, a avaliação e a publicação dos resultados.

O educador canadense André Morin (2004), por sua vez, afirma que a pesquisa-ação tem por finalidade servir de instrumento aberto de mudança social. Por isso, em todas as fases do ciclo que a constitui, os membros do grupo, ou os atores sociais, devem participar ativamente, uma vez que eles estão em melhores condições de conhecer a sua realidade do que as pessoas que não pertencem ao grupo. Dessa forma, o meio de

trabalho do profissional envolvido parece se aproximar mais da abordagem clínica e de um estudo de caso.

Na perspectiva apresentada, Morin (2004) propõe a Pesquisa-ação Integral e Sistêmica (PAIS) como uma metodologia que se utiliza do pensamento sistêmico para trabalhar com um fenômeno complexo, ativo em um ambiente igualmente em evolução, no intuito de permitir a um ator coletivo intervir nesse ambiente para viabilizar a mudança. O autor descreve que a escolha da metodologia da PAIS deve se dar a partir das seguintes ações:

- 1) Conhecer a natureza da problemática;
- 1) Descobrir a necessidade de participação e a natureza dos problemas;
- 2) Garantir a finalidade de mudança e dos modos de participação;
- 3) Dar-se uma linguagem comum entre pesquisadores e participantes;
- 4) Realizar um contrato aberto, formal e não-estruturado.

Quanto às modalidades de expressão para registrar informações ligadas ao processo iterativo de uma PAIS, Morin (2004) destaca o diário de bordo, as atas de reunião, gravações, entrevistas e questionários e as técnicas de redação coletiva. Durante e posteriormente às ações, o autor apresenta as seguintes fases: observação; classificação; conclusões, que também são realizadas em conjunto nessa abordagem.

Ainda acerca das fases da pesquisa-ação, de acordo com Tripp (2005), o ciclo desse método investigativo se inicia com um reconhecimento que corresponde a uma análise situacional que produz ampla visão do contexto, práticas atuais, dos participantes e envolvidos. Na pesquisa-ação, uma das principais características é a interação entre os envolvidos. Além disso, destaca-se a reflexão, a relação entre a teoria e a prática e o compromisso ético. O autor assinala ainda os epíclis: “Planejamento”, como primeiro passo para a ação; “Implementação”, “Relatório de Pesquisa”, sobre os resultados da melhoria planejada; “Avaliação”, da mudança na prática e da pesquisa.

Dionne (2007), por sua vez, apresenta quatro fases principais do processo de pesquisa-ação: a “Identificação das situações iniciais”, seguida da “Projeção da pesquisa” e da ação, a “Realização das atividades” previstas e a “Avaliação dos resultados”. Thiollent (2007) percebe que este esquema tem origem em uma concepção pragmática de métodos de resolução de problemas (*Problem solving*).

Ainda sobre o planejamento de uma pesquisa-ação, Thiollent (1996) o descreve como algo muito flexível, pois não segue uma série de fases rigidamente ordenadas. A apresentação de temas para o desenvolvimento da pesquisa-ação só é possível se há a consideração de que existe durante a pesquisa um vai e vem e um entrelaçamento entre eles. Conhecido isso, é possível compreender o processo da pesquisa-ação.

Segundo Thiollent (1996), a primeira temática que compõe a sua proposta de pesquisa-ação é a “fase exploratória”, a qual tem por objetivo descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas, e estabelecer um primeiro levantamento da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações. Outro tema é a “escolha do tema” da pesquisa, como um tipo de compromisso entre a equipe de pesquisadores e os elementos ativos da situação a ser investigada. Há também a “colocação dos problemas”, de acordo com o marco teórico-conceitual adotado. Além disso, é importante “definir o lugar da teoria” como fonte de geração de idéias, hipóteses, ou diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações e a “construir de maneira suavizada as hipóteses de investigação” (Thiollent, 1996, p. 56). Outros temas relevantes para Thiollent (1996) são a “construção do plano de ação”, a “percepção quanto a capacidade de aprendizagem”, que aqui está associada ao processo de investigação e o “estudo da relação entre saber formal e saber informal” a fim de estabelecer (ou melhorar) a estrutura de comunicação entre os dois universos culturais (dos pesquisadores e dos interessados). Somado a isso, há a “delimitação de observação, amostragem e representatividade qualitativa”, a “coleta de dados” e a “realização do seminário”, que tem por função examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação, no qual se centralizam as informações coletadas e se discutem as interpretações. Por fim, existe a “divulgação externa”, além do retorno da informação aos grupos implicados. Esta descrição dos temas que constituem a pesquisa-ação, de acordo com a proposta de Thiollent (1996), é particularmente importante para a compreensão acerca da construção da pesquisa-ação.

É importante considerar que ter a pesquisa-ação como referencial para a construção dos caminhos da pesquisa também envolve alguns riscos. Riscos estes discutidos pelas professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Miranda e Resende (2006). De acordo com as autoras, o conceito de pesquisa-ação representa um dos grandes impasses sobre a relação entre a teoria e a prática. As autoras argumentam a

respeito dos riscos inerentes à suposta resolução imediata da contradição entre a teoria e a prática pela metodologia da pesquisa-ação. Tais riscos correspondem à ingênua substituição do objetivismo característico da pesquisa clássica positivista pelo subjetivismo e a teoria pela prática.

Thiollent (1996), por sua vez, afirma que é possível conceber dispositivos de pesquisa social com base empírica sem abandonar o espírito científico. Isto é possível quando, em vez da separação, há um tipo de co-participação dos pesquisadores e das pessoas implicadas no problema pesquisado. Para o autor, a substituibilidade dos pesquisadores não é total, pois o que cada pesquisador observa e interpreta nunca é independente da sua formação, dos seus referenciais teóricos, de suas experiências anteriores e do próprio envolvimento na situação investigada. E mais: “O qualitativo e o diálogo não são anticientíficos” (THIOLLENT, 1996, p. 23).

Barbier (2007), por outro lado, aponta também alguns riscos que devem ser levados em conta na escolha do método da pesquisa-ação, por parte do pesquisador, sujeito ativo e implicado no processo de pesquisa:

- Riscos institucionais para aqueles que se preocupam com a carreira acadêmica. Ainda atualmente a pesquisa-ação está longe de ser o melhor caminho para ser rapidamente bem sucedido no mundo acadêmico. (...)
- Riscos pessoais porque a pesquisa-ação, na sua intersubjetividade, leva inevitavelmente o pesquisador para regiões de si mesmo que ele, sem dúvida, não tinha vontade de explorar. (BARBIER, 2007, p. 33).

Dessa forma, o ato de pesquisar a partir do método da pesquisa-ação requer do pesquisador estudo, observação, reflexão e consciência da intencionalidade das suas ações. Conhecido um pouco acerca do processo investigativo em pesquisa-ação, faz-se necessário discutir a relação construída entre pesquisador e participantes, para assim realizar algumas considerações sobre o processo de desligamento.

A relação pesquisador-participantes na pesquisa-ação

A discussão acerca da impossibilidade da neutralidade na prática da pesquisa em ciências humanas viabilizou o surgimento de outras formas de fazer pesquisa distinta daquela com base nos princípios positivistas e na referência das ciências naturais e exatas. Considerar a ausência da neutralidade científica é levar em conta a identidade entre sujeito e objeto nas pesquisas em ciências humanas. Os autores estudados consideram unanimemente a pesquisa-ação como representação fiel da impossibilidade

do exercício da neutralidade. Nesse tipo de pesquisa é impossível que não aconteça uma construção diferenciada a depender da atividade dos diferentes sujeitos. Como afirma Thiollent (1996): “Não há neutralidade por parte dos pesquisadores e dos atores da situação” (THIOLLENT, 1996, p. 70).

De acordo com Dionne (2007), desde as descobertas de Kurt Lewin sobre a pesquisa-ação, este afirmava que quando os sujeitos estão implicados em grupo na resolução dos problemas, há a constatação de modificações de comportamentos mais rapidamente. Segundo o autor, a implicação do pesquisador, sua permanente presença no campo pesquisado é central nesse tipo de procedimento. A tradição positivista, no entanto, nos acostumou ao “distanciamento” do pesquisador (DIONNE, 2007). A ausência da neutralidade científica no contexto da pesquisa-ação se deve à implicação dos atores e pesquisadores.

Barbier (1985) considera três níveis de abordagem do conceito de *implicação*: o nível psicoafetivo; o nível histórico-existencial; e o nível estrutural-profissional. O nível psicoafetivo está presente na pesquisa-ação, uma vez que o objeto de investigação sempre questiona os fundamentos da personalidade profunda. Além disso, a implicação está presente em toda profissão em que se tem como base o desenvolvimento de relações humanas peculiares. O nível histórico-existencial está articulado ao primeiro nível, pois a pesquisa acontece também ligada à própria vida do pesquisador, à sua história, na qual a sua existência também está em jogo e em que ele trabalha o mais profundo dos seus problemas no momento. O autor complementa: “(...) é na medida que enfrento com seriedade os meus problemas que me torno mais disponível para os participantes” (BARBIER, 2007, p. 111). Já o nível estrutural-profissional corresponde à procura de elementos que têm sentido com referência ao trabalho social do pesquisador e o contexto sócio-econômico. Sobre esse último nível, o autor afirma que toda profissão apresenta um não-dito institucional. Este não-dito é a sua posição no campo das relações de produção e do sistema de valores que lhe dá coerência à própria profissão. Para Barbier (2007), os diferentes níveis de implicação se interpenetram e agem um sobre o outro:

A implicação, no campo das ciências humanas, pode ser então definida como o engajamento pessoal e coletivo do pesquisador em e por sua práxis científica, em função de sua história familiar e libidinal, de suas posições passada e atual nas relações de produção e de classe, e de seu projeto sócio-

político em ato, de tal modo que o investimento que resulte inevitavelmente de tudo isso seja parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento. (BARBIER, 1995, p. 120).

Franco (2005), pesquisadora da área da Educação, descreve que a consequência da imbricação entre pesquisa e ação é a participação do pesquisador no universo pesquisado. Isto por sua vez, anula a possibilidade de uma postura de neutralidade e de controle das circunstâncias da pesquisa.

A proximidade que viabiliza a realização da pesquisa-ação também abre espaço para a discussão de diferentes questões. Costa, Penso e Almeida (2006), pesquisadoras da área da psicologia, que utilizam com frequência o método da pesquisa-ação, no contexto deste tipo de pesquisa em situações limites de sofrimento, afirmam que a pesquisa-ação, inevitavelmente, possibilita a criação de um vínculo terapêutico positivo das famílias, de suas crianças e seus adolescentes entre si e com a equipe de trabalho. Às vezes, a vinculação traz situações difíceis de serem remanejadas pelos pesquisadores.

Como possibilidade de reflexão acerca da problemática da implicação em pesquisa-ação, Barbier (2007) descreve que o pesquisador deve desempenhar seu papel profissional numa dialética que articula constantemente a implicação e o distanciamento, a afetividade e a racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a autoformação e a heteroformação, a ciência e a arte. Dessa maneira, o autor em pesquisa-ação “(...) é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um autor de sua prática e de seu discurso” (BARBIER, 2007, p. 19).

A implicação em pesquisa-ação resulta também na relação entre geração de conhecimento e transformação. Dionne (2007) afirma que a tipologia de pesquisa-ação de Desroche permite distinguir os objetivos essenciais da pesquisa-ação a partir de duas tendências gerais: uma pesquisa com finalidade explicativa ou uma pesquisa com finalidade transformadora de dada situação. No primeiro caso, existe uma pesquisa-ação que valoriza principalmente a geração de conhecimentos. No segundo, a atenção se voltará principalmente para a eficácia da ação. E é pouco provável haver transformação sem implicação. De acordo com Morin (2004), o vínculo entre a teoria e a prática está na inseparabilidade da ação e do conhecimento. O ator em pesquisa-ação também se torna pesquisador, uma vez que nessa proposta é reduzida a distância entre ciência e ação (Dionne, 2007). Dessa forma, a divisão social do trabalho profissional entre o

pesquisador e o participante-ator tende a desvanecer-se, tornando-se um coletivo engajado em uma mesma intervenção. Ao apresentar a obra de Morin (1992), Dionne (2007) afirma que no contexto da pesquisa-ação cria-se uma relação incomum entre pesquisador implicado na ação e ator implicado na reflexão, um tipo de cooperação que acaba por se tornar estimulante para todos os participantes.

Ainda acerca da colaboração mútua entre pesquisadores e autores, Franco (2005) afirma que o exercício da pesquisa-ação como investigação formativo-emancipatória requer fundamentalmente o modelo do agir comunicativo: interativo, que nasce do coletivo, da equipe. Para Morin (2004), a pesquisa-ação é um fenômeno educativo e o que possibilita a aprendizagem neste contexto é a comunicação. Considerando também a importância da comunicação entre pesquisadores e participantes em pesquisa-ação, Dionne (2007), respaldado em Descarries e Corbell (1993, p. 28), apresenta alguns “parâmetros comunicacionais”:

- o compartilhamento de representações comuns no que diz respeito aos fundamentos da pesquisa-ação e à ideologia subjacente;
- as capacidades de comunicação interpessoal, a saber, as aptidões de abertura e empatia;
- o engajamento e a implicação por parte da pesquisadora e do grupo;
- a aceitação da negociação no processo de pesquisa e a consideração das restrições de ambos os lados;
- a identificação de zonas de interesses em comum.(DIONNE, 2007, p. 69-70)

Um equívoco possível a partir dessa perspectiva de pesquisa é achar que o pesquisador não tem lugar estabelecido. Segundo Dionne (2007), na pesquisa-ação o ator está sempre presente e isso não impede que o pesquisador deixe de aplicar as regras do processamento de dados e sua presença é percebida como contribuição para definir certas prioridades de análise com vista à utilização dos resultados. O processamento de dados é realizado numa dinâmica de trocas, de diálogo, de debate com os parceiros sociais. Os procedimentos de análise são mais vivos, em constante confrontação com a realidade dos atores sociais.

Para Thiollent (1996), os pesquisadores mais tradicionais geralmente possuem uma postura unilateral. Eles consideram que os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e os especialistas, por sua vez, sabem tudo e nunca erram. Para superar esse

tipo de postura Morin (2004) estabelece como comportamentos do pesquisador: estar aberto, disponível, atento e à escuta dos outros.

Costa, Penso e Almeida (2006) descrevem que investigar a partir da pesquisa-ação, principalmente em situações limites de sofrimento extremo, leva o pesquisador para o centro de um turbilhão e caos psíquico-emocional, apresentando-lhe impasses no planejamento metodológico, mobilizações subjetivas e conflitos éticos-morais. Ao mesmo tempo, para surgir desempenhando da melhor maneira seu papel de pesquisador e profissional, esse turbilhão leva-o a criar saídas nas diversas frentes de obstáculos para tentar contorná-los. As autoras apontam também que o trabalho em redes sociais é uma estratégia adequada para a criação dessas saídas. Para elas a implicação que ocorre na pesquisa-ação deve ser direcionada para ampliar a capacidade de compreensão e intervenção e não o contrário. Ao citar Nogueira e Sá (2004), Costa, Penso e Almeida (2006) descrevem que é impossível ficar imune ao conteúdo tratado na pesquisa-ação sobre determinados temas e em determinados contextos, e é isso que faz com que a emoção se torne fonte de aproximação da dor alheia, desencadeadora de conhecimento e também de ação.

Processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação

A discussão sobre a relação pesquisador-participantes é condição para que exista a pesquisa-ação e serve como parâmetro para a sua realização. É conhecido que a vinculação entre as pessoas, a cooperação, a participação de todos os envolvidos é condição para a realização da pesquisa-ação. Dessa forma, o início e o meio da pesquisa são considerados e discutidos com frequência pelos autores estudados. Mas, e o final da pesquisa? Como acontece a separação? Como se dá a desvinculação?

A definição de desligamento no contexto da pesquisa-ação aqui estudado tem uma conotação particular. O desligamento se refere ao processo de separação entre pesquisadores e atores que leva ao encerramento da pesquisa. Em outros contextos terapêuticos essa separação é também chamada de “processo de alta” ou “suspensão de serviço”.

Bucher (1989), importante teórico da área clínica em Psicologia, construiu um conhecimento sobre o final da psicoterapia útil para a compreensão do final da pesquisa-ação, que também assume característica terapêutica. O autor afirma que o fim

da psicoterapia faz parte do seu procedimento e estará presente durante todo o processo. Segundo ele, a separação da terapia prefigura a separação final, ou morte. Por esse motivo, é necessário realizar um “trabalho de luto”, necessário para elaborar a perda que constitui o rompimento com o psicoterapeuta. A separação tem que ser preparada, uma vez que a psicoterapia não é eterna. Esse trabalho, no entanto, é delicado e exige muita sensibilidade, mas também firmeza por parte do profissional.

É conhecido que o pesquisador e os participantes estão implicados no processo de construção do conhecimento em pesquisa-ação. Esta implicação se dá do início ao fim do processo investigativo. Nesse sentido, a maneira como se encerra uma pesquisa-ação está relacionada ao processo de construção da própria pesquisa. Conforme descreve Dionne (2007):

Na pesquisa-ação, o ator está sempre presente. Isso não significa que o pesquisador possa deixar de aplicar as regras do processamento de dados, mas sua presença é percebida como contribuição para definir certas prioridades de análise com vista à utilização dos resultados. O processamento de dados é realizado numa dinâmica de trocas, de diálogo, de debate com os parceiros sociais. Os procedimentos de análise são mais vivos, em constante confrontação com a realidade dos atores sociais (DIONNE, 2007, p. 53).

Devido essa presença constante do ator e do pesquisador, Franco (2005) descreve que a pesquisa-ação bem realizada só é possível quando conta-se com um longo tempo para sua realização plena. Dessa forma, esse tipo de pesquisa não pode ser um processo aligeirado, superficial, com tempo marcado, pois a imprevisibilidade é um componente fundamental à prática da pesquisa-ação.

Outro componente importante para a pesquisa-ação, conforme aponta Morin (2004), é a negociação entre pesquisador e participantes que deve estar presente do início ao final da pesquisa. Para Morin (2004) no plano da co-gestão, espera-se que todas as decisões, para as diferentes tarefas de pesquisa e de ação, inclusive a respeito do encerramento das atividades, sejam tomadas por todos os atores. Esse é o nível mais difícil de ser alcançado porque é considerado como obrigação de decisão coletiva, às vezes, mesmo nos menores detalhes.

Bucher (1989) afirma que o ideal durante o processo psicoterápico é que tanto o psicoterapeuta como o sujeito concordem quanto o prazo final da intervenção. Por esse motivo, a separação não pode ser forçada. Mas é preciso considerar que uma terapia

nunca é completamente terminada. Isso acontece, pois, o material subjetivo, íntimo é inesgotável e fará parte da vida do sujeito também depois do término da terapia, e cabe a ele continuar a elaborá-lo permanentemente, embora sem a presença do terapeuta.

Barbier (2007) afirma que o objeto final da pesquisa-ação existencial, modalidade defendida pelo autor, reside em uma mudança de atitude do sujeito (indivíduo ou grupo) em relação à realidade que se impõe em última instância. No entanto, para o autor, não se trata, entretanto, de esperar uma mudança milagrosa ou de permanecer numa atitude passiva.

Segundo Barbier (2007), na pesquisa-ação, a interpretação e a análise, presentes nas últimas fases descritas, são produto de discussões de grupo. Isso exige uma linguagem acessível para todos. O traço principal da pesquisa-ação impõe a comunicação dos resultados da investigação aos membros nela envolvidos, objetivando a análise de suas reações, que também é informação de pesquisa. A pesquisa-ação, dessa maneira, submete seus resultados, previamente negociados dia a dia entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, a toda a coletividade para provocar sua avaliação. A coletividade, segundo Barbier (2007) passa, então, à determinação das “possibilidades de melhoria”. No fim da pesquisa, pode ou não haver a redação de um relatório final; mas, de qualquer modo, há sempre discussão sobre os resultados e uma proposta de novas estratégias de ação. Assim, para o autor, tendo necessidade, há ação. Para ilustrar esta continuidade, o autor apresenta o método cíclico e espiral em pesquisa-ação de Kurt Lewin: planejamento; ação; observação; e reflexão; depois um novo planejamento da experiência em curso. Por isso a pesquisa-ação existencial é um modelo aberto da pesquisa-ação que se organiza em torno de dois eixos: a implicação e o distanciamento, o mundo e os outros.

Ao escrever sobre a quinta etapa da pesquisa-ação, a fase de análise e avaliação dos resultados, Dionne (2007) também afirma que há neste momento a análise e redação do relatório de pesquisa, que em pesquisa-ação também é realizada com os atores da ação. Para o autor, as divergências de interpretação podem também alimentar a discussão e favorecer uma compreensão mais fidedigna da situação. O cuidado que se deve ter, o autor observa, é não permitir que se perca a eficiência da ação e a cientificidade da pesquisa. Nesta etapa, segundo Dionne (2007), observa-se melhor como o pesquisador se torna ator e como o ator se torna pesquisador.

Especificamente sobre a finalização e reativação da ação, Dionne (2007) afirma que a última fase se distingue da precedente na medida em que permite a possível “saída” dos pesquisadores e atores do processo de pesquisa-ação realizada. Mesmo que várias operações anteriormente evocadas tenham permitido progressivamente a possível saída dos participantes (pesquisadores e participantes-atores), é útil lembrar brevemente seu alcance. Como a pesquisa-ação consiste em um processo de intervenção, é evidente que a questão da continuação da ação sempre deve estar colocada como possível.

Somado a isso Dionne argumenta sobre a necessidade do pesquisador ser capaz de sair do processo, se necessário:

É importante que cada membro da equipe de pesquisa-ação possa apontar as possíveis rupturas a efetuar com as pessoas implicadas no processo. A pesquisa pode continuar sob outras formas, com outros pesquisadores, ou mesmo outros atores podem vir a participar. De acordo com a experiência, é difícil decidir sobre a finalização de um processo de pesquisa-ação. Isso é provavelmente verdade em toda intervenção social! É importante se proteger e poder decidir sobre as implicações futuras. É preciso voltar aos objetivos e aos compromissos iniciais para se adaptar às circunstâncias. Também é importante voltar ao documento de orientação para facilitar as rupturas a realizar (DIONNE, 2007,p. 121).

Thiollent e Silva (2007): em um trabalho com famílias na área de gestão de problemas ambientais, também caracterizam o final da pesquisa como o momento da devolutiva. Neste momento, organizada a devolutiva, com as famílias entrevistadas, cada comunidade pode discutir o resultado da pesquisa e priorizar os temas de seu interesse. Ainda sobre essa “devolutiva”, para Barbier (2007), o pesquisador não apresenta sozinho seu relatório de pesquisa ao solicitante da pesquisa (laboratório de pesquisa, órgão público, etc.), sem antes o ter apresentado ao seu grupo de pesquisa de campo, principal interessado. Quando possível, de acordo com o autor, é mais interessante que o relatório seja redigido coletivamente.

Ao buscar uma conclusão sobre a devolutiva em pesquisa-ação, Thiollent (1996) afirma que é desejável haver um retorno da informação entre os participantes que conversaram, participaram, investigaram, agiram, etc. Este retorno objetiva promover uma visão de conjunto. É difícil imaginar que um indivíduo que esteja participando do processo tenha espontaneamente acesso ao conjunto. Os canais de divulgação, sobretudo os informais, são aproveitados para fortalecer a tomada de consciência do

conjunto da população interessada (não limitada aos participantes efetivos). A tomada de consciência se desenvolve quando as pessoas descobrem que outras pessoas ou outros grupos vivem mais ou menos a mesma situação.

Segundo Barbier (2007), uma pesquisa-ação chega ao fim quando o problema inicial é resolvido, se é que pode realmente sê-lo. Por isso, somente os participantes ligados ao problema podem por fim refletir e discutir sobre a resolução. Os pesquisadores profissionais podem decidir que o encerramento se aproxima por razões de tempo, de dinheiro ou outra implicação, mas somente os participantes devem ter a última palavra. Uma alternativa não só neste caso é trabalhar em conjunto com as redes sociais, ou redes de apoio conforme descreve Ude (2002), ligadas ao grupo estudado.

Como apresentado, o processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação é marcado pela presença atuante dos pesquisadores e dos participantes. Tal atuação comparece ora na análise da mudança, da resolução dos problemas levantados, das informações construídas, como no momento da escrita do relatório final. Chama a atenção, no entanto, o fato de que, para os autores estudados, o encerramento da pesquisa é também uma decisão a ser tomada coletivamente. Indo às origens e ao desenvolvimento da pesquisa-ação, esta idéia é clarificada, pois seria incoerente, desconsiderar a atuação dos participantes neste momento.

Considerações Finais

A dinâmica da pesquisa-ação depende da qualidade do vínculo humano estabelecido entre pesquisadores e participantes. Por este motivo, a ligação e o processo de desligamento devem ser considerados no processo e assim, durante toda a construção da pesquisa-ação que se pretende realizar.

Os autores estudados apresentam diferentes contribuições para o entendimento do histórico, dos conceitos, formas de realizá-la, mas trazem apenas algumas considerações sobre o processo final da pesquisa-ação. Mesmo em menor quantidade, tais contribuições são importantes para o início da compreensão e comprometimento com essa perspectiva de pesquisa e com os participantes envolvidos.

As principais contribuições dos autores estudados sobre o processo de desligamento estão relacionadas à última fase de construção da pesquisa-ação. Essa fase é, por sua vez, marcada pelo encerramento, retorno da informação ou “devolutiva” e escrita do

relatório final, que promove uma visão de conjunto da própria pesquisa. A pesquisa-ação chega ao final quando o problema inicial é resolvido, ou ao menos encaminhado para que aconteça a resolução, uma vez que a pesquisa sozinha pode não dar conta de resolvê-lo pelos mais diversos motivos. Segundo os autores estudados, em todo esse processo de encerramento, a negociação entre pesquisadores e participantes deve existir. Dessa forma, é possível conceber o encerramento das atividades como parte da própria pesquisa-ação.

Não considerar o processo de encerramento da pesquisa-ação, por sua vez, parece ser um retorno à relação sujeito-objeto no contexto da ciência. E assim, se contrapor à própria pesquisa-ação. Os participantes possuem demandas que precisam sempre ser consideradas, para além da necessidade do próprio pesquisador. Dessa maneira, não atuar a fim de promover a autonomia dos participantes, durante e na medida do possível, depois da pesquisa, seria como “usá-los”, tratá-los como objetos e estabelecer possíveis relações de dependência. Por isso uma alternativa importante e compromissada, quando a realidade do pesquisador impõe o término, contrariando a necessidade do grupo, é fazer algo que já esteve presente há algum tempo na psicologia, mas agora resgatado com mais contextualização e menos reducionismos: encaminhar, trabalhar em rede, ampliar as possibilidades de benefícios aos participantes.

Por outro lado, cabe indagar se os modelos que têm inspirado a prática do psicólogo em contextos da pesquisa-ação, basicamente em contextos comunitários ou de serviços psicossociais, não têm sido aquele da psicologia clínica tradicional no seu sentido restrito. Lamentavelmente ainda há uma concepção estreita sobre o campo de atuação da psicologia clínica que reduz o atendimento psicossocial aos moldes daquele realizado em consultórios privados.

Há, dessa forma, para além deste trabalho, a necessidade de construções referenciais sobre o processo de desligamento entre participantes e pesquisadores em diferentes modalidades de pesquisa-ação. E assim promover benefícios sem fomentar a dependência emocional em trabalhos em que a implicação é considerada necessária para o processo de mudança.

Referências

BARBIER, R. *A Pesquisa-ação na instituição educativa*. Tradução Estela dos Santos Abreu e colaboradores de Maria Wanda Maul de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Tradução de Lucie Dibio. Brasília: Liber Livro, 2007.
- COSTA, L. F.; RIBEIRO, M. A.; PENSO, M. A.; ALMEIDA, T. M. C. de. O desafio da supervisão e pesquisa-ação em casos de abuso sexual: os professores e suas questões. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.18, n. 40, 2008, p.355-370.
- BRANDÃO, C. R. Participar-Pesquisar. In:_____. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 7-14.
- BUCHER, R. O processo psicoterápico. In:_____. *A psicoterapia pela fala: fundamentos, princípios, questionamentos*. São Paulo: EPU, 1989.
- DEMO, P. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: Carlos Rodrigues Brandão (org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 104- 130.
- DEMO, P. *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro, 2004.
- DIONNE, H. *A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. Tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.
- FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, São Paulo, set/dez, 2005, p.483-502.
- MIRANDA, M. G. de; RESENDE, A. C. A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, set-dez, 2006, p. 511- 518.
- MORIN, A. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropologia renovada*. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: Carlos Rodrigues Brandão (org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 82- 103.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- THIOLLENT, M. Prefácio. In: H. Dionne. *A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. Tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.
- THIOLLENT, M.; SILVA, G. de O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *RECUS- Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan-jun, 2007, p. 93-100.
- TRIPP, D. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*, v. 31, n 3. São Paulo: Educação e Pesquisa, Set/dez de 2005, p. 443-466.
- UDE, W. Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In: A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães; W. Ude (orgs.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.127-139.

A análise das informações na perspectiva da Epistemologia Qualitativa³

The analysis of information from the perspective of Qualitative Epistemology

Resumo

Este artigo objetiva apresentar e discutir o processo de análise das informações apoiada na Epistemologia Qualitativa a partir das obras de Fernando L. González Rey: *La Categoría de Sentido Subjetivo y su Significación en la Construcción del Pensamiento Psicológico*; *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos em Psicologia*; *O Social na Psicologia e a Psicologia no Social: A Emergência do Sujeito*; *Sujeito e Subjetividade: Uma Aproximação Histórico-Cultural*; *O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica*; *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os Processos de Construção da Informação*; e *Las Categorías de Sentido, Sentido Personal y Sentido Subjetivo en una Perspectiva Histórico-Cultural: Un Camino hacia una nueva Definición de Subjetividad*. É possível constatar que a análise a partir da Epistemologia Qualitativa exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo a respeito dos níveis de constituição subjetiva individual e social. Dessa maneira, a Epistemologia Qualitativa pode ser tomada como estratégia de análise de informações que caracterizam a pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: Análise de informações; Pesquisa Qualitativa; Epistemologia Qualitativa.

Abstract

This article aims to present and discuss the process of analyzing the information supported by qualitative epistemology from the works of Fernando L. González Rey: *La Category subjective sense Significación y su en la Construcción del Pensamiento Psychology, Qualitative Research in Psychology: Paths in Psychology, in The Social Psychology and the Social Psychology: The Emergence of the Subject, Subject and Subjectivity: A Cultural-Historical Approach ; the Heuristic Value of Subjectivity in Psychological Research, Qualitative Research and Subjectivity: the Construction Process Information, and Las categories Sense, Direction Sense Personal y en una Subjective Cultural-Historical Perspective: Un Camino hacia una nueva Definición of subjectivity*. It can be noted that the analysis from the qualitative epistemology requires

³ Fonte de Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

the production of open systems of indicators that inform about the same time the levels of individual and social subjective constitution. Thus, the qualitative epistemology can be taken as a strategy for analysis of information that characterize qualitative research. **Keywords:** Analysis of information; Qualitative Research Qualitative Epistemology.

A análise das informações na perspectiva da Epistemologia Qualitativa

Uma alternativa para análise das informações de cunho qualitativo em psicologia é a apropriação e uso da Epistemologia Qualitativa proposta por Fernando González Rey. É preciso, entretanto, estudo a respeito da proposta metodológica para se superar modismos e reducionismos que podem desvirtuar e limitar a utilização desse referencial. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir o processo de análise das informações na pesquisa qualitativa apoiada na Epistemologia Qualitativa a partir das seguintes obras de Fernando L. González Rey: *La Categoría de Sentido Subjetivo y su Significación en la Construcción del Pensamiento Psicológico* (2001); *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos em Psicologia* (2002); *O Social na Psicologia e a Psicologia no Social: A Emergência do Sujeito* (2004); *Sujeito e Subjetividade: Uma Aproximação Histórico-Cultural* (2005a); *O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica* (2005b); *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os Processos de Construção da Informação* (2005c); e *Las Categorías de Sentido, Sentido Personal y Sentido Subjetivo en una Perspectiva Histórico-Cultural: Un Camino hacia una nueva Definición de Subjetividad* (2010). Para tanto, faz-se necessário conhecer antes as origens e principais influências na constituição da Epistemologia Qualitativa, sua definição e principais conceitos envolvidos e o processo de construção das informações para assim, discutir a possibilidade da utilização da Epistemologia Qualitativa como estratégia de análise de informações que caracterizam a pesquisa qualitativa.

As origens da Epistemologia Qualitativa

A Psicologia tem como marca histórica a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Na tentativa de superação de tal separação, os psicólogos russos Levy S. Vigotsky e X Rubinstein, importantes teóricos da Abordagem Histórico-Cultural, fundamentam-se em uma compreensão histórico-social do psiquismo humano. Nesse sentido, eles compreendem de maneira dialética os processos que, historicamente, tinham se representado como excludentes para a Psicologia, tais como, o cognitivo e o afetivo, o social e o individual. Tanto Rubinstein como Vigotsky, mesmo sem chegar ao final de suas análises, consideram que a *psique* está constituída por processos complexos que, longe de representar reduções de um tipo de processo a outro, significavam novas realidades qualitativas que deveriam ser conceitualizadas por meio de novas categorias (González Rey, 2005a). González Rey (2010) afirma que Vigotsky aproxima-se de outros autores da Psicologia soviética pela sua ênfase no caráter sistêmico, complexo e múltiplo da *psique*. Ênfase essa que, da mesma forma que Rubinstein, Vigotsky expressa num movimento que introduz uma redefinição ontológica da categoria personalidade na qual os conteúdos psicológicos deixam de ser inerentes ao indivíduo para expressar o seu mundo social.

Em González Rey (2004) também se encontra a afirmação de que a abordagem histórico-cultural se desenvolve como parte de uma Psicologia soviética que rompe, com uma visão centrada no indivíduo, colocando o social em um lugar diferente com respeito à formação e ao desenvolvimento dos processos psíquicos.

Além da influência da Abordagem Histórico-Cultural, González Rey (2005b) aponta os três seguintes fatores para a construção da Teoria da Subjetividade e da Epistemologia Qualitativa:

- Minhas leituras sobre os autores humanistas norte-americanos e sobre Freud, muito particularmente minha leitura sobre G. Allport, autor até então muito mal interpretado na literatura;
- Minhas leituras sobre L. I. Bozhovich e seus colaboradores, e meu trabalho sob orientação de Chudnovsky no laboratório do Instituto de Psicologia Geral e Pedagógica de Moscou;
- Minha crítica à Teoria da Atividade de A. N. Leontiev (...). Na época do domínio da visão centrada na atividade, os trabalhos sobre motivação e personalidade na Psicologia soviética eram mínimos se comparados aos trabalhos dedicados aos processos cognitivos e psicofisiológicos (p. 31).

No livro *Epistemología Cualitativa y Subjetividad* (1997), o autor expressa, ainda, a importância da epistemologia histórica francesa e da dialética marxista nas posições fundadoras da Epistemologia Qualitativa e, por sua vez, evidencia as estreitas relações entre a proposta epistemológica e a Teoria da Complexidade. Posteriormente é integrado a esses antecedentes o construcionismo social como epistemologia de Woolgar, Latour e Pickering, que também apresenta uma influência marcante da epistemologia francesa (González Rey, 2005b).

Ao escrever sobre a produção investigativa e teórica de González Rey, Mitjans Martínez (2005) a caracteriza como processual, aberta e criativa. Para a autora, as linhas de pensamento e o processo criativo do autor influenciaram a sua produção uma vez que ela é marcada pela transdisciplinaridade, por um domínio da produção teórico-científica em Psicologia, por um conhecimento aprofundado das principais contribuições contemporâneas da Filosofia, da Sociologia e da Linguística, além de um interesse aguçado pela literatura como fonte permanente de reflexão sobre a subjetividade. O

processo criativo do autor é configurado, também, de acordo com a autora, pela sua história pessoal de independência de pensamento, de reflexão própria, de curiosidade, de questionamento, de persistência, de abertura e de confrontação.

Mitjás Martínez (2005) afirma, ainda, que foi o próprio processo de desenvolvimento da Teoria da Subjetividade que levou o autor a se preocupar com a epistemologia e a metodologia, ao procurar novos caminhos para a produção de conhecimentos em relação a subjetividade a partir de uma compreensão complexa. Isso justifica seu interesse pelo campo filosófico e epistemológico contemporâneos no encontro do paradigma da complexidade tal como formula na atualidade Edgar Morin (1991, 2007). A Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (1997), para estudar e compreender a subjetividade humana, é resultado desse encontro.

De acordo com Mitjás Martínez (2005), na Epistemologia Qualitativa afirma-se que o real está em um processo de constante tensão junto à produção teórica a qual avança em um processo de contato não-linear com o real, mas sem ser independente dele. A Epistemologia Qualitativa se constitui como uma tentativa de construir e acompanhar a complexidade constitutiva do real.

Conhecidas, mesmo que de maneira introdutória, as origens e principais influências da Epistemologia Qualitativa, a seguir serão apresentados os principais conceitos e definições que constituem essa proposta metodológica que tem por marca a consideração da complexidade da subjetividade humana.

Epistemologia Qualitativa: definição e principais conceitos

A Epistemologia Qualitativa surge como alternativa metodológica com o objetivo do estudo da subjetividade de maneira não fragmentada e não reducionista.

Segundo González Rey (2005c), ele decidiu situar, em sua obra de 1997, *Epistemología Cualitativa y Subjetividade*, a análise do qualitativo em uma perspectiva epistemológica, definindo as bases epistemológicas de uma aproximação qualitativa no campo da Psicologia.

De acordo com González Rey (2005c), a sua proposta da Epistemologia Qualitativa foi introduzida com o objetivo de acompanhar as necessidades da pesquisa qualitativa no campo da Psicologia. A justificativa para tanto reside no fato de que, de modo geral, as referências epistemológicas alternativas ao positivismo se limitavam a um nível de princípios muito gerais. Assim, sem se articularem essencialmente às necessidades dos diferentes momentos concretos da pesquisa (Gonzalez Rey, 2005c).

Ao considerar como relevante o estudo do subjetivo, González Rey (2005a) apresenta algumas características gerais da subjetividade como objeto de estudo da Psicologia que fundamentam os princípios gerais da Epistemologia Qualitativa:

- A subjetividade representa uma realidade inacessível diretamente a quem a investiga e não pode ser interpretada de forma padronizada por manifestações indiretas que sejam suscetíveis à generalização, uma vez que as expressões de cada sujeito ou espaço social estão implicadas em sistemas de sentidos diferentes que têm trajetórias próprias, e cujos sentidos deverão ser descobertos no contexto em que são produzidos;
- As configurações de sentidos são formações de cunho psíquico, são dinâmicas e estão em constante desenvolvimento nas diferentes práticas sociais dos sujeitos estudados. Dessa maneira, a chegada aos seus núcleos mais estáveis depende de uma profundidade na trajetória individual dos sujeitos estudados.

A partir das considerações acerca da subjetividade, em González Rey (2005c) encontram-se apontamentos sobre os princípios gerais da produção do conhecimento que sustentam a proposta da Epistemologia Qualitativa, conforme constituído pelo autor nas obras de 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002:

1. A Epistemologia Qualitativa considera o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento. Isso implica a compreensão do conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade apresentada. Dessa forma, o real não é acessado de maneira ilimitada e direta. Isso acontece uma vez que esse acesso é limitado a partir das práticas e dos processos reflexivos do pesquisador junto aos diferentes eventos empíricos coexistentes no processo investigativo;

2. A legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico. Assim, a pesquisa como produção teórica e estudo da subjetividade; e

3. A compreensão da pesquisa nas ciências antropológicas, como um processo de comunicação direta ou indireta, ou seja, um processo dialógico. A comunicação é dessa forma, uma via importante para conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo. Os processos de sentido subjetivo por sua vez, caracterizam os sujeitos individuais e viabilizam o conhecimento de como as diferentes condições objetivas da vida em sociedade afetam o ser humano.

Em consonância com os princípios apontados acima, González Rey (2005a) afirma que a partir da própria definição ontológica do “objeto” de estudo, aparece uma série de exigências epistemológicas que se sintetizam no caráter construtivo-interpretativo da pesquisa na Epistemologia Qualitativa. Isso acontece, pois, a forma indireta e complexa em que aparecem os indicadores da subjetividade por meio das diferentes formas de expressão do sujeito só podem ser apreendidas quando localizadas

nos espaços teóricos construídos hipoteticamente mediante processos de interpretação e construção própria do investigador. Por isso, nessa perspectiva, o investigador tem lugar ativo e o processo de construção do conhecimento como processo essencialmente teórico. Rompendo assim com toda forma de correspondência imediata e fragmentada entre o empírico e o teórico.

É importante ressaltar que a Epistemologia Qualitativa foi constituída tendo como pilares alguns conceitos recursivamente relacionados. Entre eles temos o conceito de *subjetividade*, de *sentido subjetivo*, de *zona de sentido*, de *lógica configuracional*, de *configuração subjetiva e indicadores*.

O conceito de *subjetividade* parece ser o mais importante na compreensão da Epistemologia Qualitativa. Segundo González Rey (2002), o estudo da subjetividade a partir de uma perspectiva dialética complexa e histórico-cultural é voltado para a superação das dicotomias tradicionais que inundam na história do pensamento psicológico: social x individual, consciente x inconsciente, cognitivo x afetivo, intrapsíquico x interpsíquico. Por seu caráter complexo, a subjetividade legitima-se, de acordo com González Rey (2005c), sendo uma produção de sentidos subjetivos que vai além de toda a influência linear e direta de outros sistemas da realidade, quaisquer que sejam estes.

Ao contrário do que aparece com frequência nos estudos em Psicologia, a subjetividade não é considerada por González Rey (2002) como uma organização intrapsíquica limitada ao indivíduo. Ela é sim, um sistema aberto e em desenvolvimento que caracteriza também a constituição dos processos sociais, tema que o autor tem explicado por meio da categoria de subjetividade social. Mitjans Martínez (2005) afirma que a subjetividade social e individual constituem-se de maneira mútua. Por esse

motivo, é impossível considerar a subjetividade de um espaço social desvinculada da subjetividade dos indivíduos que a constituem. Também bem é impossível compreender a constituição da subjetividade individual desconsiderando a subjetividade dos espaços sociais que contribuem para a sua produção. Em concordância com tal afirmação, a autora aponta que a categoria subjetividade, tal como concebida, não é equivalente ao psicológico. Isso acontece uma vez que existem processos psicológicos automatizados que não correspondem ao que se compreende por subjetividade.

González Rey (2002) define de maneira ampla a subjetividade como um sistema complexo de significações e sentidos constituídos na vida cultural humana. Por isso, a subjetividade se define ontologicamente como diferente dos elementos sociais, biológicos, ecológicos e de qualquer outro tipo, relacionados entre si no complexo processo de seu desenvolvimento. Dessa maneira, a subjetividade não substitui os outros sistemas complexos do homem (bioquímico, ecológico, laboral, saúde, etc.). Esses sistemas também encontram, nas diferentes dimensões sociais, um espaço sensível para seu desenvolvimento (González Rey, 2005c).

A subjetividade é o grande sistema constituído por unidades recursivamente relacionadas denominadas de *sentido subjetivo*. González Rey (2010) afirma que o conceito de sentido não aparece nos primeiros trabalhos de Vygotsky. Ele surge na última fase de sua obra e, de forma muito breve, se expressando de formas diversas. O sentido em Vygotsky vai desprendendo-se progressivamente da palavra. É em *Pensamento e Linguagem* que Vygotsky toma o termo do psicólogo alemão Paulhan, que tinha avançado na construção da relação entre o significado e o sentido da palavra no marco do uso da linguagem. Nesse contexto, Vygotsky afirma (2000):

Paulham prestou um grande serviço à análise psicológica da linguagem ao introduzir a diferença entre sentido e o significado da palavra. Mostrou que o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. (...) (p. 465).

A categoria de sentido subjetivo tem sua origem na categoria de sentido de Vygotsky. No entanto ela se diferencia do conceito vygotskyano por dar ênfase à unidade do simbólico e emocional como via de integração da experiência social do sujeito, que representam novas produções em relação às experiências vividas as quais são inseparáveis da organização subjetiva dos sujeitos e dos múltiplos contextos onde acontecem sua vida social (González Rey, 2010).

A categoria de sentido subjetivo envolve, para sua compreensão, o conhecimento de configurações subjetivas da personalidade que são parte de sua gênese. O sentido subjetivo representa uma importante unidade para entender as consequências da vida social sobre o homem. Assim, é uma categoria que abre uma nova dimensão para compreender os processos humanos e, dessa maneira, não é privativa da Psicologia (González Rey, 2010).

González Rey (2005c) define sentido subjetivo como a unidade inseparável dos processos simbólicos e das emoções dentro de um mesmo sistema. De acordo com o autor, o sentido subjetivo e suas diferentes formas de organização e processualidade, constantemente envolvidas nos níveis simultâneos das subjetividades social e individual, estão permanentemente presentes nas diferentes atividades e relações do sujeito nos diversos espaços e contextos da vida social. Mas, sua presença nas emoções e nos processos simbólicos atuais do sujeito não significa que os sentidos subjetivos

sejam suscetíveis à significação consciente. A representação de algo nunca esgota os sentidos subjetivos presentes em suas manifestações verbais e icônicas . Essa representação é apenas um momento possível de sentido que adquire significação em sua relação com os outros momentos e formas de expressão do sujeito ou dos espaços sociais estudados que podem estar aparentemente muito distantes daquilo que estamos estudando.

Complementando a idéia da relação do individual e do social no conceito de sentido subjetivo, González Rey (2001) aponta que há uma relação indivisível entre a produção de sentidos e múltiplos espaços de configuração subjetiva tanto social como individual. Dessa maneira, o sujeito é um produtor permanente de sentidos nas suas atividades. Isso não significa que essa produção siga o curso da sua intenção. Ao contrário, a produção de sentidos sempre está mais além da consciência do sujeito, mesmo com a participação das atividades conscientes. O sujeito em sua atividade consciente gera momentos de tensão e ruptura com os sistemas dominantes de sentido que caracterizam seu momento atual, produzindo novos sentidos que são característicos tanto do desenvolvimento da personalidade como dos espaços sociais nos quais ele se constitui. Assim, todo e qualquer espaço social é um espaço vivo de produção de sentido (González Rey, 2001).

Outro conceito analítico importante é o de *zona de sentido*, definido por González Rey (2005c) como espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica. Esses espaços não esgotam a questão que significam, pois abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica. O conceito de zona de sentido tem, dessa forma, profunda significação epistemológica que confere valor ao conhecimento, não por corresponder de modo linear e imediata ao “real”, mas

por sua capacidade de gerar campos de inteligibilidade que viabilizem tanto o surgimento de novas zonas de ação sobre a realidade, como de novos caminhos de trânsito nela por meio de novas representações teóricas. O conhecimento se legitima, assim, na sua continuidade e na sua capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado e de articular essas zonas em modelos cada vez mais úteis para a produção de novos conhecimentos.

Tem-se, também, um conceito importante e relacionado aos anteriores: o de *lógica configuracional*, definido por Mitjans Martinez (2005), ao citar González Rey (1997). A lógica configuracional é um processo construtivo personalizado, dinâmico, interpretativo e irregular, o que permite expressar a própria natureza contraditória, irregular e diferenciada que o processo de construção de conhecimento tem. De acordo com González Rey (2005), a lógica configuracional guarda estreita relação com o lugar do pesquisador no processo de elaboração teórica. Ele não é só um seguidor de regras, mas um sujeito ativo que deve enfrentar um conjunto de opções dentro desse processo, entre as quais definirá o curso de sua produção teórica sobre o objeto. A lógica configuracional está relacionada ao processo de construção do conhecimento. Ela está acompanhada de uma maneira de analisar igualmente irregular e contraditória e que constitui um processo aberto mais que um conjunto de regras para serem aplicadas em todos os sujeitos. Nesse sentido, as construções teóricas parciais e específicas geradas em diferentes momentos da pesquisa científica se relacionam entre si nos processos gerais e mediatos que caracterizam o marco teórico geral.

O conceito de *configurações subjetivas*, por sua vez, remete à participação de determinadas configurações em todo processo de produção de sentido e são recursivamente constituídas por eles. A configuração subjetiva corresponde a todo

conteúdo da experiência subjetivado que adquire sentido subjetivo na sua integração com outros estados dinâmicos (González Rey, 2002). González Rey (2001) afirma que o contexto e o próprio pensamento do sujeito comprometido dentro de um cenário que tem sentido para ele/ela são vias de produção de sentido que caracterizam toda atividade humana. Dessa maneira, a produção de sentidos escapa às lógicas objetivas e universalistas e expressa em toda sua profundidade, seu valor político e subversivo.

Por fim, o conceito de *indicador* mostra-se relevante na construção e análise das informações na Epistemologia Qualitativa. O *indicador* se diferencia do dado por se tratar de uma nova maneira de se abordar as informações da pesquisa qualitativa. O indicador corresponde àqueles elementos que adquirem significação somente junto à interpretação do pesquisador. Nesse sentido, sua significação não é acessível de forma direta à experiência, nem aparece em sistemas de correlação. O indicador pode ser definido por um elemento ou conjunto de elementos. Ele se expressa por uma construção capaz de gerar significação pela relação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos no contexto do sujeito estudado. Essa construção, por sua vez, permite formular uma hipótese que não guarda relação direta com o conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados em separado mas sim, na relação entre eles, o contexto do sujeito e a construção-interpretação do pesquisador (González Rey, 2005c).

Dessa forma, conforme afirmação do autor, o indicador representa sempre um momento dentro de um processo em que os indicadores precedentes passam a ser elementos de sentido dos consequentes, integrando-se todos no sentido que adquire a interpretação realizada durante o processo de pesquisa. A definição de um indicador constitui um momento qualitativo que permite a definição de uma nova opção na

construção do conhecimento. Nesse aspecto, a definição de um indicador é o começo de um percurso que pode conduzir tanto à mudança do problema abordado quanto à configuração de novos instrumentos. Assim, a pesquisa qualitativa, apoiada na Epistemologia Qualitativa, não se orienta para a produção de resultados finais que possam ser tomados como referências universais e invariáveis sobre o estudado, mas à produção de novos momentos teóricos que se integrem organicamente ao processo geral de construção de conhecimentos. A seguir, são apresentados possíveis caminhos para construção desses conhecimentos.

A construção das informações na Epistemologia Qualitativa

O processo de construção das informações a partir da Epistemologia Qualitativa é coerente às origens, à definição dessa proposta e aos conceitos por ela constituídos. Da mesma forma, a construção da pesquisa tem caráter processual e aberto, e tem como princípios: o caráter construtivo-interpretativo, o processo comunicacional entre pesquisadores e participantes e a relevância do singular na construção do conhecimento.

De maneira geral, uma das características da pesquisa qualitativa é seu acesso a temas que são íntimos e muito sensíveis para as pessoas pesquisadas. Entre esses temas estão: o abuso sexual, as drogas, a violência familiar, a identidade dos doentes crônicos, entre outros. Tais temas também demandam, em um maior grau, a criação de um vínculo com o pesquisador como condição para desenvolver a pesquisa. Para que esse vínculo se estabeleça, e assim ganhe a confiança e a segurança na relação com os participantes, é importante estabelecer um diálogo que leve os sujeitos a sentirem a necessidade de participar (González Rey, 2005c).

A partir da relevância do diálogo, González Rey (2005c) afirma que a pesquisa na perspectiva da Epistemologia Qualitativa é um processo de comunicação. Considerar a comunicação como um princípio epistemológico, por sua vez, conduz a reconsiderar o espaço social da pesquisa em sua significação para a qualidade da informação produzida. Em González Rey (2005b) encontra-se a idéia de que o diálogo passa a ser a estratégia central sobre a qual se organiza toda a pesquisa na Epistemologia Qualitativa.

Nesse processo comunicacional são definidos de maneira não estável e não padronizada os elementos que constituirão a pesquisa propriamente dita como, por exemplo, a definição do problema, o cronograma, o método, etc. Conforme aponta González Rey (2005b), a pesquisa qualitativa não pressupõe uma formalização sequencial da pesquisa psicológica. O pesquisador passa a ser o centro de decisões de toda a pesquisa, a qual se estrutura baseando-se na forma pela qual organiza a informação e suas decisões ao longo do processo. Nesse sentido, o processo de pesquisa não pode ser reduzido a um planejamento antecipado por etapas, e não é passível de desvinculação com o teórico.

A recuperação do teórico passa pela recuperação do pesquisador como sujeito. Um dos elementos que definem a condição de sujeito é a reflexão, isto é, a capacidade de produção intelectual permanente no curso da vida e, nesse caso, no processo de pesquisa (González Rey, 2005c). Para o autor, a produção teórica na pesquisa faz o pesquisador implicar sua reflexão constante sobre as informações que aparecem nesse processo. O pesquisador como sujeito não se expressa somente no campo cognitivo, sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças, representações, valores e todos aqueles aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva. Dessa forma, a pesquisa é um processo constante de

implicação intelectual por parte do pesquisador, que toma novos rumos em seu próprio curso, dentro do marco de referências do modelo conceitual em desenvolvimento que a caracteriza (González Rey, 2005c).

Nesse processo de pesquisa, González Rey (2002) aponta que o sujeito pesquisado não está preparado antecipadamente para expressar em um ato de resposta a riqueza contraditória que experimenta em face dos momentos que vive. A resposta, como construção complexa que implique o sujeito, se desenvolve durante a realização da pesquisa. Os assuntos que recorrem à expressão do sujeito se reproduzem de diferentes formas nas técnicas e momentos de uma pesquisa e o cenário que facilita esse desenvolvido é a comunicação entre pesquisador e pesquisado e dos sujeitos pesquisados entre si.

As diferentes técnicas se expressam na utilização de instrumentos. Sobre a utilização de tais meios em pesquisa qualitativa, González Rey (2002) afirma que o pesquisador e suas relações com o sujeito pesquisado são os principais protagonistas da pesquisa, e os instrumentos deixam o lugar de protagonistas. De sua parte, o pesquisado adquire um papel essencial, no entanto, não representa uma entidade objetiva, homogeneizada pelo tipo de resposta que deve dar, mas é reconhecido em sua singularidade como responsável pela qualidade de sua expressão, relacionada com a qualidade de seu vínculo com o pesquisador.

Entre os instrumentos escritos tem-se na perspectiva da Epistemologia Qualitativa os questionários, complementos de frase, as redações e as situações de conflito de diálogos onde as são expostas a situações moralmente conflituosas e convidadas a refletir sobre elas. Há também aqueles instrumentos de expressões simbólicas como as

pranchas, as fotos, os desenhos, os fantoches, os filmes, entre outros (González Rey, 2005c).

González (2005b) afirma que os instrumentos de pesquisa deixam de ser fornecedores de resultados e se tornam apenas indutores que facilitam a expressão dos sujeitos estudados. Dessa forma, eles permitem descentralizar as formas dominantes que vão tomando o processo de comunicação por meio de diálogos que se desenvolvem no curso da pesquisa. Para González Rey (2002), a informação das diferentes fontes, assim como as relações entre elas, podem levar à uma nova significação de informações que já haviam sido construídas, assim como novas construções.

A ruptura com a epistemologia estímulo-resposta, com ou sem a utilização de instrumentos formalizados, faz com que González Rey (2005c) reivindique, em seu método, os *sistemas conversacionais*, os quais permitem ao pesquisador deslocar-se do lugar central das perguntas para se integrar em uma dinâmica de conversação que toma diversas formas. Os sistemas conversacionais devem ser responsáveis pela produção de um *tecido de informação* o qual implique, com naturalidade e autenticidade, os participantes. As dificuldades para a conversação, por sua vez, devem-se a muitos elementos distintos com frequência relacionados entre si. Entre eles, estão o medo da pessoa de entrar em possíveis zonas dolorosas da vida, de confrontar valores que o orientam a não conversar sobre aspectos íntimos de sua vida, de não confiar no pesquisador, etc. Nesses casos, o pesquisador tem que ganhar espaço na conversação, avançar para estabelecer uma boa comunicação. Outras vezes, todavia, a resistência em conversar é resultado do desinteresse da pessoa que, por uma razão ou por outra, não se expressou quando foi convocada a participar da pesquisa. Se isso ocorrer, pode-se deixar o sujeito livre para abandonar a pesquisa, sem pressioná-lo, pois o desinteresse é

sempre uma hipótese do pesquisador. Muitas vezes, atrás do aparente desinteresse, se escondem processos muito complexos que aparecem no curso da pesquisa. Esses processos podem ser muito relevantes para a própria questão pesquisada. Isso acontece, pois, um trecho de informação é uma expressão viva da pessoa que fala. Não há assim, o reconhecimento de limites formais, externos à própria necessidade de expressão que se produz no espaço conversacional.

Segundo González Rey (2002), o estudo da subjetividade exige entrar nas formas mais complexas de expressão do sujeito e avançar na construção do conhecimento por vias indiretas e/ou implícitas em nosso objeto de estudo. Nesse sentido, para González Rey (2002), o caráter construtivo-interpretativo que é atribuído à produção de conhecimento enfatiza que esse caráter tem de ser construído em relação ao que expressa o sujeito estudado. Nenhuma expressão do sujeito pode ser tomada de maneira direta pelo pesquisador fora do contexto geral em que se produz.

O referido processo construtivo-interpretativo da informação a partir da Epistemologia Qualitativa requer outra definição de generalização. González Rey (2002) afirma que o que define o potencial de generalização de um conhecimento é sua capacidade de ampliar o potencial explicativo da teoria. A generalidade expressa o nível de abrangência de um conceito ou uma teoria em relação às zonas de sentido e circulação do conhecimento que elas facilitam no estudo do objeto. A generalização, dessa forma, nunca pode se definir em um ato de significação estatística, independente do processo de construção teórica do pesquisador. O número ideal de pessoas a ser considerado na pesquisa qualitativa deixa de ser um critério quantitativo. Essa delimitação passa a ser definida a partir das próprias demandas qualitativas do processo de construção de informação intrínsecas à pesquisa em curso.

Como descrito, o caráter aberto e processual da pesquisa na perspectiva da Epistemologia Qualitativa está presente durante toda a realização da pesquisa e, assim, em todo o processo de construção das informações que não se separa do processo de análise. Este, por sua vez, não está restrito a um momento específico da pesquisa. A seguir será apresentado o processo de análise das informações da pesquisa a partir da Epistemologia Qualitativa.

O processo de análise das informações a partir da Epistemologia Qualitativa.

O primeiro ponto a ressaltar sobre a análise a partir da Epistemologia Qualitativa é que a proposta de González Rey (2002) exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo os dois níveis de constituição subjetiva (individual e social). Outro aspecto relevante é que há a necessidade, nessa perspectiva, de implicar ao mesmo tempo reflexão teórica, epistemológica e metodológica (González Rey 2005c).

Acerca da definição da análise das informações a partir da Epistemologia Qualitativa, em González Rey (2002) encontra-se a definição de “análise de conteúdo”. No entanto, na perspectiva estudada, a análise de conteúdo realizada tem uma conotação construtivo-interpretativa na qual o papel do pesquisador como sujeito concreto é relevante na produção do conhecimento. Nessa direção, as teorias não são consideradas reflexos da realidade, mas, sim, produções humanas que viabilizam possíveis representações do real (González Rey, 2005c).

Sobre a relevância do papel do pesquisador na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005a) afirma que a produção consciente de conhecimento não é um processo racional. É sim, um processo de sentido que se configura de

elementos de sentido com origens diversas entre os quais está a própria teoria assumida pelo sujeito. Esta delimita representações com as quais o sujeito se identifica, identificação da qual participam múltiplos sentidos que estão na base do sentido subjetivo do conhecimento. Dessa maneira, conforme aponta o autor, o conhecimento está atravessado pela vida de quem o produz. Por esse motivo, a criatividade e independência do pesquisador para “soltar” seu pensamento são uma condição essencial na construção teórica (González Rey, 2002).

O papel ativo do pesquisador determina que a produção de idéias represente um *continuum* que atravessa todos os momentos do desenvolvimento da pesquisa. Se esses momentos estivessem separados, se perderia grande quantidade de elementos não-controlados que não aparecem simplesmente em forma de registros objetivos, mas nas idéias e construções que o pesquisador produz ao estudá-los. Para González Rey (2002), as idéias, as reflexões e os intercâmbios casuais durante a pesquisa contribuem na atribuição de sentido feita pelo pesquisador aos fragmentos de informação procedentes dos instrumentos utilizados. É por isso que se enfatiza a significação das informações informais e indiretas no processo de construção do conhecimento. As etapas de coleta e análise de informação aparecem na pesquisa qualitativa como um *continuum* no qual se interpenetram, o que por sua vez gera a necessidade de buscar mais informação e de usar novos instrumentos. A linha condutora que une ambos os momentos é a produção teórica do pesquisador. O significado da informação não surge como produto de uma sequência de dados, mas como resultado de sua integração no processo de pensamento que acompanha a pesquisa que é, essencialmente, um processo de produção teórica. (González Rey, 2002).

González Rey (2005c) afirma que a dificuldade existente em recuperar as idéias do pesquisador como material essencial para a produção do conhecimento tem impedido reconhecer as idéias contextualizadas como um momento inseparável da produção teórica. O reconhecimento do caráter ativo do pesquisador, segundo o autor, não é apenas um fato isolado, mas também é um momento fundamental de toda uma aproximação metodológica diferenciada.

González Rey (2002) aponta que nenhuma teoria esgota o estudado em seu nível singular. Assim, nenhuma teoria pode ser considerada resultado final capaz de dar conta em termos absolutos do estudado, pelo qual as categorias que apresentamos não podem ser reificadas. Ao confirmar essa idéia, González Rey (2005c) aponta que as teorias não são sistemas estáticos aos quais se deve assimilar todo o novo conteúdo mas, sim, sistemas abertos em relação aos quais os pesquisadores devem cultivar uma consciência de parcialidade, de processo e não de resultado final, contrariando assim, o que frequentemente acontece na ciência de maneira geral. Para González Rey (2002), todo avanço significativo no estudo de uma qualidade do problema se realiza por meio de novos momentos no desenvolvimento teórico. Dessa forma, considera-se, nessa perspectiva, inadequada qualquer forma de relação direta entre os “dados”, categorias de profunda conotação empirista, e a teoria.

A formação teórica não é, para González Rey (2002), o único diferencial no trabalho do pesquisador que tem papel ativo, como descrito anteriormente. Também as fontes da prática profissional contribuem para o processo de produção do conhecimento não por sua integração, em termos formais ao projeto de pesquisa, mas pela pertinência dos fatos e das idéias gerados em relação às necessidades do processo de conhecimento.

González Rey (2002) aponta que a construção a partir da informação produzida no momento empírico, em termos de um marco teórico, é um processo complexo e irregular que passa por diferentes momentos antes que a informação em questão adquira toda a sua importância para a produção científica. Nessa direção, González Rey (2005c) estabelece que o empírico representa o momento em que a teoria se confronta com a realidade, sendo representado pela informação que resulta dessa confrontação e que se desenvolve por diferentes vias. Na perspectiva da Epistemologia Qualitativa não há diferenciação rígida entre teoria e momento empírico, pois não definimos este nem pelo tipo de conteúdo, nem pelo tipo de operações, mas como um cenário particular do processo de produção do conhecimento no qual convergem as operações e conteúdos que acompanham esse processo (González Rey, 2002). Para o autor, muito da informação que se produz em uma pesquisa é inesperada e o pesquisador deve estar menos preocupado com o acúmulo de dados e mais envolvido com a produção de idéias e explicações a partir dos indicadores construídos no curso da pesquisa

Ainda sobre o momento empírico, González Rey (2005b) afirma que esse momento não é a expressão de uma “realidade em si”. O momento empírico é dessa maneira, o resultado do confronto da teoria com o que foi estudado no recorte de significação produzido pela teoria. Por isso, a forma de pesquisa apresentada enfatiza a produção teórica, o desenvolvimento de modelos de inteligibilidade que incorporem novas zonas do estudado na produção do conhecimento para as práticas que dela derivam. Esses novos modelos de inteligibilidade, por sua vez, são constituídos a partir da construção de categorias analíticas em relação ao estudado.

Na obra de González Rey (2005c) encontra-se de maneira explicativa os processos e categorias para a produção de informação na perspectiva da pesquisa qualitativa apoiada na Epistemologia Qualitativa. De acordo com o autor:

Nesse processo, temos constatado que uma das maiores dificuldades apresentadas pelos pesquisadores é a tendência em permanecer no nível descritivo da informação direta e intencionalmente expressado pelos sujeitos estudados, inclusive sem usar outros indicadores dessa própria informação, acompanhando apenas o conteúdo explicitamente declarado. Isto tem limitado o que considero como a maior inovação desta proposta: o uso de indicadores para o desenvolvimento permanente de hipóteses que dão lugar a um modelo teórico em construção e que nos permite visualizar, por via indireta, informações ocultas aos sujeitos que estão sendo estudados. (González Rey, 2005c, p. 125).

Sobre a construção de indicadores no processo analítico, Gonzalez Rey (2005c), descreve que o indicador, mesmo sendo hipotético, tem explícito elementos presentes na informação estudada que justificam a hipótese elaborada. Complementando essa idéia, González Rey (2005b) afirma que o pesquisador, quando define um indicador, não está impondo uma certeza que pode ser correlacionada a outras em um nível estatístico mas, está abrindo um caminho hipotético no qual os indicadores irão se reorganizar várias vezes em função do rumo que o processo de construção da informação vai tomando. O processo construtivo do pesquisador, dessa forma, não é engessado pelos indicadores como se formasse uma peça objetiva da informação. Os indicadores vão tomando formas diversas em função das construções teóricas cada vez mais abrangentes que o pesquisador vai desenvolvendo sobre o material produzido e que vão caracterizando o modelo teórico responsável pela inteligibilidade crescente do problema estudado.

Segundo González Rey (2005c), o indicador não caracteriza uma entidade que se descreve. Os indicadores formam verdadeiras “cadeias de significação”, que se alimentam pelas construções do próprio pesquisador. Pelo motivo apresentado, os indicadores são categorias produzidas no processo de construção do conhecimento que se constituem em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado. Os indicadores são produzidos com finalidade explicativa, não descritiva, o que marca uma profunda diferença com a forma como o conceito de *dado* é frequentemente utilizado pela psicologia.

A construção de categorias de análise aparecem com frequência como estratégia de análise em pesquisa qualitativa. Na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, por sua vez, as categorias representam formas de concretização e de organização do processo construtivo-interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleos de significação teórica portadores de certa estabilidade (González Rey, 2005c). De acordo com o autor, os agrupamentos por unidades de conteúdo podem ser uma tática do pesquisador, mas esses agrupamentos devem ser usados para produzir significados, os quais se integrarão a outros trechos de tal processo. Essa é uma diferença essencial entre a produção de informações em uma perspectiva construtivo-interpretativa e a análise de conteúdo. Nesse último, de acordo com González Rey (2005c), o pesquisador não transcende o plano descritivo-indutivo na análise da informação. A construção dos indicadores conduz necessariamente ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso de uma pesquisa (González Rey, 2002). Estas categorias representam um momento na construção teórica de um fenômeno e por, meio delas, se entra em novas zonas do sujeito estudado que conduzirão a novas categorias que se integraram às anteriores ou as negaram, mas que não se teriam podido construir sem aquelas. Dessa

maneira, primeiro se obtém os indicadores de sentido subjetivo, depois a composição de núcleos de sentido por meio do agrupamento de indicadores presentes nas categorias e, por fim, se constroem as configurações subjetivas do objeto de estudo a partir da elaboração dos núcleos de sentido.

Ao fazer algumas considerações sobre a Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005c), considera importante e essencial para a formação dos pesquisadores romper com a representação de que o conhecimento corresponde a um caminho ao descobrimento de algo pronto a ser conhecido, de uma realidade que se apresenta de uma única forma, havendo, portanto, um caminho correto para se chegar a ela. Na verdade, existem múltiplas alternativas de inteligência e significação na construção de realidades que, como a subjetividade, são complexas. O conhecimento é uma alternativa de inteligibilidade que se forma no curso da própria pesquisa.

O valor do conhecimento dependerá de se manter a viabilidade e o desenvolvimento de um modelo teórico que signifique em múltiplas inter-relações, as formas diferenciadas de expressão da realidade. González Rey (2002) afirma que o momento empírico gerado em uma direção de pesquisa pode ser retomado por outro pesquisador para produzir conhecimentos sobre aspectos diferentes do estudado na pesquisa original de onde se tiram as informações.

Considerações Finais

A Epistemologia Qualitativa se constitui em uma proposta metodológica elaborada por Fernando Luís González Rey que visa à superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade nos estudos em Psicologia a partir da perspectiva da pesquisa qualitativa. Fundamentada na Abordagem Histórico-cultural, nos estudos acerca da

Teoria da Complexidade, da epistemologia histórica francesa e da dialética marxista, do construcionismo social, da produção teórico-científica em psicologia, das principais contribuições contemporâneas da Filosofia, da Sociologia, da Linguística e da Literatura, a Epistemologia Qualitativa se coloca como estratégia epistemológica e metodológica para o estudo da subjetividade.

É possível constatar que no processo de construção das informações a partir da Epistemologia Qualitativa há coerência quanto às origens, à definição dessa proposta e aos conceitos constituídos. A construção da pesquisa nessa perspectiva tem caráter processual e aberto e, como princípios, o caráter construtivo-interpretativo, o processo comunicacional entre pesquisadores e participantes e a relevância do singular na construção do conhecimento. Por esse motivo, defende-se a não definição das etapas da pesquisa *a priori* por parte dos pesquisadores e, sim, durante o processo de pesquisa. Isso acontece tendo em vista o caráter indispensável da comunicação entre participantes e pesquisadores e o papel ativo e reflexivo do pesquisador.

O papel ativo do pesquisador determina que a produção de ideias represente um *continuum* que atravessa todos os momentos do desenvolvimento da pesquisa. Se esses momentos estivessem separados, se perderia grande quantidade de elementos não-controlados que não aparecem simplesmente em forma de registros objetivos, mas nas ideias e construções que o pesquisador produz ao estudá-los. Nesse sentido, na perspectiva da Epistemologia Qualitativa não se separa o processo de construção das informações do processo de análise das mesmas. Dessa forma, a análise das informações não está restrita a um momento específico da pesquisa. As etapas de coleta e análise de informação aparecem na pesquisa como um processo contínuo e

interpenetrado. Isso, por sua vez, gera a necessidade de buscar mais informação e de usar novos instrumentos para se produzir novas análises.

A análise a partir da Epistemologia Qualitativa exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo a respeito dos dois níveis de constituição subjetiva (individual e social). Além disso, há a necessidade, nessa perspectiva, de implicar simultaneamente as reflexões teórica, epistemológica e metodológica. Somado a isso, é indispensável considerar as informações formais e as informais no processo de construção do conhecimento.

Nenhuma teoria esgota o estudado em seu nível singular, por isso, nenhuma teoria pode ser considerada resultado final, capaz de dar conta em termos absolutos do estudado. Da mesma maneira, o momento empírico não é a expressão de uma “realidade em si” senão o resultado do confronto da teoria com o que foi estudado no recorte de significação produzido pela teoria. Por isso, a forma de pesquisa apresentada enfatiza a produção teórica, o desenvolvimento de modelos de inteligibilidade que incorporem novas zonas do estudado na produção do conhecimento para as práticas que dela derivam. Esses novos modelos de inteligibilidade, por sua vez, são constituídos a partir da construção de categorias analíticas em relação ao estudado. Essas categorias estão apoiadas na construção de indicadores que, por seu caráter hipotético, são organizados e reorganizados várias vezes durante o processo analítico. Os indicadores são produzidos nesse sentido, com finalidade explicativa e não, descritiva.

Ao fazer algumas considerações sobre a atuação de pesquisadores a partir da Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005c) considera importante e essencial para a formação dos pesquisadores romper com a representação de que o conhecimento representa um caminho ao descobrimento de algo pronto a ser conhecido, de uma

realidade que se apresenta de uma única forma, havendo, portanto, um caminho correto para se chegar a ela. Na verdade, existem múltiplas alternativas de inteligência e significação na construção de realidades que, como a subjetividade, são complexas. O conhecimento é uma alternativa de inteligibilidade que se forma no curso da própria pesquisa. Dessa maneira, o valor do conhecimento dependerá da manutenção da viabilidade e do desenvolvimento de um modelo teórico que signifique, progressivamente, e em múltiplas inter-relações, as formas diferenciadas de expressão da realidade. Assim, o momento empírico gerado em uma direção de pesquisa pode ser retomado por outro pesquisador para produzir conhecimentos sobre aspectos diferentes do estudado na pesquisa original de onde se retiram as informações.

Uma vez conhecendo o caráter processual, aberto e de construção e reconstrução contínua da perspectiva da Epistemologia Qualitativa, algumas questões surgem como desafios à proposta epistemológica e metodológica estudada: em pesquisas realizadas a partir dessa perspectiva, quais as dificuldades analíticas encontradas? Em quais realidades a Epistemologia Qualitativa não consegue se colocar como referencial metodológico?

Outro aspecto relevante relacionado às críticas ao uso da Epistemologia Qualitativa como referencial metodológico é o fato de que como o pesquisador é o responsável pela produção teórica da pesquisa e para isso, é necessário que ele tenha experiência e formação teórica e humana aprofundadas para realizar as análises necessárias. Nesse sentido, alguém pouco experiente depende da ajuda de alguém com mais formação para realizar as pesquisas a partir do referencial da Epistemologia Qualitativa. Essa exigência do método restringe sua escolha àqueles que realmente possuem um amplo repertório teórico, metodológico e vivencial.

Reconhecendo a impossibilidade de responder a todas as questões formuladas neste estudo teórico, espera-se contribuir com tais questionamentos para que, futuramente, se possam obter conhecimentos em estudos posteriores. Pode-se afirmar, até o momento que a Epistemologia Qualitativa pode ser utilizada como estratégia de análise de informações que caracterizam a pesquisa qualitativa.

Referências

- Mitjáns Martínez, A. (2005). A Teoria da Subjetividade de González Rey: Uma expressão do Paradigma da Complexidade. Em F. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 1-25). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Vygotsky, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos em Psicologia* (Marcel A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia no social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. L. (2005a). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005b). O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica. Em F. L. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 27-51). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

- González Rey, F. L. (2005c). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2010). Las categorías de sentido, sentido personal y sentido subjetivo en una perspectiva histórico-cultural: un camino hacia una nueva definición de subjetividad. *Universitas Psychologica*, 9, 241-253.
- González Rey, F. (2001). La categoria de sentido subjetivo y su significación en la construcción del pensamiento psicológico. *Contra Pontos*, 1(2), 13-28.
- Morin, E. (1991). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morin, E. (2007). *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro* (C. E. F. da Silva e J. Sawaya, Trad.). São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco.

Prevenção da Violência Física Intrafamiliar Contra Crianças: a Visita Domiciliar na Pesquisa-Ação⁴

Prevention of intrafamilial physical violence against children: home visits in Action Research

Resumo

Este artigo objetiva analisar a utilização da visita domiciliar como estratégia metodológica e prática educativa em uma pesquisa-ação em contexto comunitário em Goiânia, Goiás, sobre prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental com base em transcrições e diários de bordo de oito visitas domiciliares a cinco famílias. A fundamentação metodológica para a realização da análise dos documentos foi a Epistemologia Qualitativa, proposta por Fernando L. González Rey, cuja perspectiva é a construção processual e aberta da análise das informações. Percebe-se que a visita domiciliar serve como um momento para dialogar e refletir acerca das problemáticas que se desenvolvem na família. Dessa forma, nas famílias em que a possibilidade de extensão do diálogo entre os participantes foi possível, provavelmente viabilizou-se também a prevenção de práticas educativas não violentas e assim, a busca pela prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças como forma de educar. A visita domiciliar inserida na pesquisa-ação se mostrou como boa alternativa para a realização de novos trabalhos sobre a temática, uma vez que é uma ferramenta clínica privilegiada.

Palavras-chave: Visita Domiciliar; Pesquisa-Ação; Violência Intrafamiliar; Epistemologia Qualitativa

Abstract

This article aims to analyze the use of home visits as a methodological strategy and practice in an educational action research in a community context in Goiânia, Goiás, on prevention of physical violence against children within families. To this end, we conducted a documentary research based on transcripts and logs of eight home visits to five families. The methodological foundation for the analysis of the documents was the qualitative epistemology proposed by Fernando L. González Rey, whose perspective is the construction of open proceedings and analysis of information. It is noticed that the

⁴ Fonte de Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

home visit serves as a time to talk and reflect about the problems arising in the family. Thus, in families where the possibility of extending the dialogue between the participants could probably also enabled the prevention of non-violent educational practices and thus the quest for prevention of physical violence against children within families and to educate. The home visit included in the action research proved to be a good alternative for carrying out further work on the subject, as a clinical tool is privileged.

Keywords: home visits; Action Research; Domestic Violence; Qualitative Epistemology

Introdução

A prevenção da violência contra crianças se torna necessária tendo em vista que atos violentos são praticados contra aqueles que deveriam ser protegidos, com base na exigência legal da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Essa prevenção pode dar-se de diferentes maneiras e nos mais diferentes espaços. Na família, onde ocorre a prática da violência contra crianças, particularmente a de cunho físico, justificada pela necessidade de “educar”, intervenções a fim de promover saúde e prevenir violência se tornam extremamente necessárias. Nesse contexto, a pesquisa-ação é uma maneira de produzir conhecimento e viabilizar as mudanças necessárias. Além disso, uma estratégia de intervenção possível dentro da perspectiva da pesquisa-ação é a visita domiciliar. Assim, este artigo objetiva discutir, a partir de uma pesquisa documental, a utilização da visita domiciliar como estratégia metodológica e prática educativa em uma pesquisa-ação em contexto comunitário sobre prevenção da violência física contra crianças.

Violência contra crianças: nossa “velha” conhecida

A violência, de acordo com Guerra (1985), apresenta implicitamente a noção de controle, numa demonstração de poder na relação estabelecida. Em concordância com

essa ideia, Minayo (2002) conceitua a violência como uso da força objetivando excluir, abusar e aniquilar o outro. Faleiros e Faleiros (2007) também apontam a relação de poder presente na expressão da violência. Em concordância Brandão (2001) afirma ser a violência um fenômeno interacional e não individual.

É importante, dessa forma, pensar a violência como relacional e expressa nos diferentes contextos sociais, inclusive no ambiente familiar contra aqueles que deviam ser protegidos por seus familiares, as crianças e adolescentes. Sudbrack e Conceição (2005) afirmam que a violência utiliza como o instrumento o poder sobre o outro. No caso da violência praticada contra crianças e adolescentes, segundo as autoras, a dimensão relacional está também implicada no abuso de poder. De acordo com Minayo (2002), a violência contra crianças e adolescentes implica uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e numa coisificação da infância. Ou seja, a negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento.

A violência contra crianças e adolescentes praticada no contexto familiar é expressa de várias maneiras. As diversas formas são discutidas por Azevedo e Guerra (2007), Minayo (2002), Faleiros e Faleiros (2007), que, ressalvando as diferenças entre eles, definem basicamente seis tipos: violência estrutural; violência física; violência psicológica; negligência e abandono; violência sexual; e trabalho infantil.

Particularmente sobre a violência física Faleiros e Faleiros (2007) afirmam que ela corresponde a uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando: lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas,

equimoses, convulsões, inchaços, hematomas; mutilações; desnutrição, e até morte. Os autores descritos apontam ainda para a ocorrência frequente da escalada da violência, correspondente ao agravamento gradual das agressões. É possível complementar a partir da definição de Sousa (2001) que considera a violência física intrafamiliar contra crianças equivale a qualquer ação, única ou repetida, com intencionalidade, praticada por pessoas familiares às crianças e adolescentes, seja um adulto ou outra criança ou adolescente e que deixe ou não marcas físicas no sujeito, motivada conscientemente e/ou de maneira inconsciente.

Sobre a participação dos familiares nas mais diversas formas de praticar a violência contra crianças e adolescentes, Ribeiro, Borges, Galvão, Santanta e Ramos (citados por Ribeiro & Borges, 2004) em pesquisa realizada em Brasília/DF junto a famílias onde existe a violência física, psicológica e sexual, percebeu-se que há um ciclo ou padrão de comportamento dos membros da família que retroalimentam os atos violentos. Além disso, de acordo com o estudo, todos os envolvidos sofrem as consequências diretas ou indiretas da convivência em um contexto onde as relações são permeadas pela violência. Borges (2004) ressalta que a violência é uma problemática da dinâmica familiar e que a família deve ser vista como possuidora dos seus próprios instrumentos de mudança.

As alternativas encontradas para tal fenômeno estão relacionadas à adequação do poder sob a criança e o adolescente para a proteção dos mesmos e não a reprodução da coisificação da infância a partir de um olhar adultocêntrico. Outro ponto importante é diferenciar a autoridade da violência. E, além disso, partir do princípio de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito e por isso, portadores de cidadania.

Penso, Ramos e Gusmão (2004) afirmam que determinadas propostas assistencialistas utilizadas desde o tempo do império, colaboram para a desqualificação das famílias pobres nos cuidados de seus filhos. Ideia reproduzida na fala de muitos a respeito do que se chama de “família desestruturada”, que na verdade corresponde à famílias cuja estrutura foge do padrão idealizado da família nuclear burguesa. Pelo contrário, se faz necessária a criação de propostas que levem ao fortalecimento das relações nas famílias, em um trabalho junto às redes sociais disponíveis, conforme descrito por Ude (2002). Dessa forma, é possível viabilizar o início da garantia do direito à convivência familiar e comunitária prevista no ECA. A família é um dos espaços primordiais para o estabelecimento de ações preventivas em relação à violência contra crianças e adolescentes.

A visita domiciliar na pesquisa-ação

A pesquisa-ação surgiu há mais de 50 anos na área das Ciências Sociais e na atualidade está presente nos mais diversos campos do saber. Essa abordagem se constituiu inicialmente a partir dos estudos realizados nos Estados Unidos. De acordo Barbier (2007), a pesquisa-ação não é uma simples transfiguração metodológica da sociologia clássica, e sim uma transformação na maneira de se conceber e fazer pesquisa em Ciências Humanas. Na pesquisa-ação o cotidiano não é excluído do processo de construção do conhecimento.

Kurt Lewin (citado por Tripp, 2005) é considerado o criador da terminologia “pesquisa-ação”. E quase imediatamente depois de cunhada a terminologia na literatura, a pesquisa-ação esteve relacionada a quatro processos diferentes: pesquisa-diagnóstico, pesquisa-participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental (Tripp, 2005).

Acerca da definição de pesquisa-ação, Thiollent (1996) a conceitua como uma forma de se fazer pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema de cunho coletivo. De acordo com o autor, em todo o processo, os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo e não neutro. Além disso, para o autor, a pesquisa-ação não possui a ação como fim, e sim como possibilidade de produção de conhecimento e de viabilizar maior consciência das pessoas ou grupos com os quais se trabalha.

Considerar a ausência da neutralidade científica, por sua vez, é levar em conta a identidade entre sujeito e objeto nas pesquisas em ciências humanas. E assim, a subjetividade presente no exercício da tradicional objetividade. A pesquisa-ação representa a impossibilidade do exercício da neutralidade em pesquisa. Nesse tipo de pesquisa é impossível que não aconteça uma construção diferenciada a depender da atividade dos diferentes sujeitos. Como afirma Thiollent (1996): “Não há neutralidade por parte dos pesquisadores e dos atores da situação” (p. 70).

A partir da perspectiva da pesquisa-ação é possível utilizar diferentes estratégias de pesquisa. Uma delas é a visita domiciliar. A visita domiciliar não é uma estratégia restrita à área da Psicologia, pelo contrário, ela está presente na prática de diversos profissionais, visando os mais diferentes fins. Um exemplo é a prática dos agentes de saúde do Programa Saúde da Família, dos Conselheiros Tutelares, no contexto judiciário, no contexto educacional, entre outros. Segundo Brandão (2001), o aumento do interesse pelo atendimento domiciliar é consequência das limitações do atendimento institucional e da atuação individual do profissional.

A visita domiciliar dessa maneira, visa capacitar as famílias para que elas construam e usem seus próprios recursos e contextos para resolverem suas problemáticas (Brandão, 2001). Em concordância com essa idéia, Brandão e Costa (2004) afirmam que a visita domiciliar, principalmente a partir do método da pesquisa-ação, é uma forma de intervenção que viabiliza à família construir novas compreensões sobre si e sobre o contexto onde ela se insere. Dessa maneira, a visita domiciliar deve ser realizada junto àquelas famílias que requerem uma atenção particular (Brandão, 2001). Como descrito por Thiollent (1996), o método da pesquisa-ação corresponde à existência de uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e as pessoas implicadas na situação investigada. É a partir dessa interação que surgem os problemas a serem investigados.

Considerações sobre os pressupostos metodológicos

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2010), tanto a pesquisa bibliográfica como a pesquisa documental utilizam dados já existentes. No entanto, a pesquisa bibliográfica tem como base para a sua elaboração o material já publicado e direcionado para públicos específicos. A pesquisa documental por sua vez, é realizada a partir dos mais diversos documentos, elaborados com finalidades diversas. É importante, diante disso, considerar o documento como qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento. No caso deste trabalho, os documentos foram as transcrições das visitas domiciliares e os diários de campo obtidos no contexto da pesquisa “Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças e adolescentes”.

A análise dos documentos, por sua vez, foi fundamentada nos princípios da Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey. Essa perspectiva caracteriza como central o diálogo entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados durante o processo de investigação. É importante considerar que um dos princípios centrais dessa proposta é a impossibilidade da neutralidade científica, uma vez que o pesquisador é parte interferente no processo de pesquisa, como afirma González Rey (2005b).

A Epistemologia Qualitativa surge como alternativa metodológica com o objetivo do estudo da subjetividade de maneira não fragmentada e não reducionista. González Rey (2005b) decidiu situar, em sua obra de 1997, *Epistemología Cualitativa y Subjetividade*, a análise do qualitativo em uma perspectiva epistemológica, definindo as bases epistemológicas de uma aproximação qualitativa no campo da Psicologia, aproximação esta que considerou legítima para qualquer uma das ciências antropossociais.

Em González Rey (2005b) encontram-se apontamentos sobre os princípios gerais da produção do conhecimento que sustentam a proposta da Epistemologia Qualitativa, conforme constituído pelo autor nas obras de 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002:

1. A Epistemologia Qualitativa considera o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, o que implica a compreensão do conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta. Dessa forma, o real não é acessado de maneira ilimitada e direta, pois esse acesso é limitado a partir das práticas e dos processos reflexivos do pesquisador com os múltiplos eventos empíricos coexistentes no processo investigativo;

2. A legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico e, assim, a pesquisa como produção teórica e estudo da subjetividade; e

3. O ato de compreender a pesquisa, nas ciências antropológicas, como um processo de comunicação direta ou indireta, um processo dialógico. A comunicação é uma via importante para conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo que por sua vez, caracterizam os sujeitos individuais e viabilizam o conhecimento de como as diferentes condições objetivas da vida em sociedade afetam o homem.

De maneira geral, uma das características da pesquisa qualitativa é seu acesso a temas que são íntimos e muito sensíveis para as pessoas pesquisadas. Tais temas também demandam, em um maior grau, a criação de um vínculo com o pesquisador como condição para desenvolver a pesquisa. Para que esse vínculo se estabeleça, e assim ganhe a confiança e a segurança na relação com os participantes, é importante estabelecer um diálogo que leve os sujeitos a sentirem a necessidade de participar (González Rey, 2005b).

Um ponto importante a se ressaltar sobre a análise das informações a partir da Epistemologia Qualitativa é que a proposta de González Rey (2002) exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo os dois níveis de constituição subjetiva (individual e social). Outro aspecto relevante é que há a necessidade, nessa perspectiva, de implicar ao mesmo tempo reflexão teórica, epistemológica e metodológica (González Rey, 2005c).

Sobre a relevância do papel do pesquisador na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005a) afirma que a produção consciente de conhecimento não é um processo racional e, sim, um processo de sentido que se configura de elementos de sentido com origens diversas entre os quais está a própria teoria assumida

pelo sujeito. Dessa maneira, conforme aponta o autor, o conhecimento está atravessado pela vida de quem o produz. Por esse motivo, a criatividade e independência do pesquisador para “soltar” seu pensamento são uma condição essencial na construção teórica (González Rey, 2002).

A construção de categorias de análise aparece com frequência como estratégia de análise em pesquisa qualitativa. Na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, por sua vez, as categorias representam formas de concretização e de organização do processo construtivo-interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleos de significação teórica portadores de certa estabilidade (González Rey, 2005c). A construção dos indicadores conduz necessariamente ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso de uma pesquisa (González Rey, 2002). Estas categorias representam um momento na construção teórica de um fenômeno e por, meio delas, entramos em novas zonas do sujeito estudado que conduzirão a novas categorias que se integraram às anteriores ou as negaram, mas que não se teriam podido construir sem aquelas. Dessa maneira, primeiro se obtém os indicadores de sentido subjetivo, depois a composição de núcleos de sentido por meio do agrupamento de indicadores presentes nas categorias e, por fim, se constroem as configurações subjetivas do objeto de estudo a partir da elaboração dos núcleos de sentido.

Como descrito, o caráter aberto e processual da pesquisa na perspectiva da Epistemologia Qualitativa está presente durante toda a realização da pesquisa e, assim, em todo o processo de construção das informações que não se separa do processo de análise. Este, por sua vez, não está restrito a um momento específico da pesquisa. Fundamentados em tais perspectivas, são apresentados a seguir o contexto da pesquisa e os procedimentos.

Contexto de Pesquisa

A pesquisa documental realizada se deu com base na análise das transcrições das visitas domiciliares gravadas em uma pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar, desenvolvida junto a famílias de crianças de um bairro de camada popular de Goiânia, Goiás. A pesquisa-ação analisada teve outras fases e a aplicação de instrumentos não contemplados diretamente neste trabalho, mas considerados na análise das visitas domiciliares. Foram analisadas as transcrições de oito visitas domiciliares mensais realizadas em cada uma das cinco famílias visitadas por uma das duplas de pesquisadores. É importante ressaltar que uma vez por semana os visitantes recebiam supervisão das coordenadoras da pesquisa.

A escolha das visitas da dupla de entrevistadores se deu devido à possibilidade de acesso a todo o material construído por elas. As famílias da pesquisa eram aquelas que tinham filhos(as) crianças de 9 e 10 anos que são atendidos por um dos programas de extensão de um instituto especializado nas temáticas da Infância, Adolescência, Juventude e Família, de uma universidade particular de Goiânia, Goiás. Tanto a pesquisa-ação analisada quanto a presente pesquisa documental tiveram aprovação de Comitês de Ética em Pesquisa.

Todas as famílias que aceitaram participar da pesquisa passaram pela primeira fase da pesquisa definida de “Diagnóstico inicial sócio-familiar”. Depois disso, as famílias foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo, Grupo A, recebeu oito visitas domiciliares ao longo do segundo semestre de 2008 e do primeiro semestre de 2009 e participou da reunião com todas as famílias do grupo. Entre os pesquisadores havia quatro duplas responsáveis por três ou quatro famílias. A partir do segundo semestre de 2009, as famílias do Grupo B passaram a ser visitadas e a participar da

reunião em grupo. Ao longo das visitas domiciliares algumas famílias desistiram da participação na pesquisa. As visitas domiciliares das famílias selecionadas para o presente estudo fazem parte do Grupo B.

As oito visitas domiciliares às cinco famílias foram realizadas pela dupla de entrevistadoras com um intervalo de mais ou menos um mês entre cada visita. Abaixo é apresentado um quadro com a identificação das famílias para que este conhecimento inicial facilite a compreensão das análises realizadas.

Quadro 1. Caracterização das famílias estudadas.

Família	Idade da criança foco	Sexo da criança	Pessoas que participaram das visitas domiciliares	Particularidades
1	10 anos	Masculino	O pai, a mãe e os dois irmãos da criança.	A mãe é alcoolista e esta problemática permeou todas as visitas. Os pais se separaram durante as visitas.
2	10 anos	Masculino	A avó materna, a mãe da criança e o irmão mais velho.	O pai parece ausente. Ele mora em outro município. O irmão tem mais contato com o pai e a família dele do que a criança. A mãe trabalha muito, porém é a pessoa mais responsável pela educação dos filhos, às vezes com auxílio da avó.
3	9 anos	Masculino	Participaram	As questões desta família estão

			das visitas: os pais, a irmã e a criança	relacionadas aos problemas de relacionamento presente e expresso frequentemente entre os irmãos.
4	10 anos	Masculino	Participaram da visita a mãe, a criança, seu irmão mais novo. O pai participou de maneira esporádica.	O pai deixa a educação dos filhos por conta da mãe. O pai desautoriza a mãe, deixando, por exemplo, o filho ficar até mais tarde na rua. Mãe e pai dizem não conversar entre si. Há aparente falta de limites em relação ao filho menor. O filho maior é responsável por parte dos cuidados diários do irmão, o que segundo ele o prejudica com as atividades domésticas. A mãe está tentando colocá-lo em uma creche. Muita dificuldade de envolvimento do pai nas visitas.
5	10	Masculino	Mãe e filho participaram das visitas.	Mesmo morando com os avós maternos e tios (até a sétima visita), a mãe e o filho restringiram a família a eles dois. O filho é fruto de um abuso sexual cometido pelo esposo da avó materna. Há uma relação de muita proximidade entre mãe e filho.

				Diferença de idade pequena. Mãe e filho às vezes se consideram e se comportam como irmãos.
--	--	--	--	--

Pensando a visita domiciliar como relacional, é necessário também apresentar brevemente a dupla de pesquisadoras. A Entrevistadora 1 é a pessoa que mais conduz as visitas, é psicóloga e especialista em Terapia Familiar, além disso, é recém casada e não possui filhos. Já a Entrevistadora 2 mais observa do que interfere diretamente no decorrer das visitas, ela faz as anotações durante o trabalho e discute com a Pesquisadora 1 suas observações sempre ao final das visitas. Ela é pedagoga e estudante do curso de Psicologia, casada e mãe de três filhos ainda crianças. Segundo Brandão e Costa (2004), a visita domiciliar deve ser realizada por mais de uma pessoa, ou pelo menos em dupla, para assim, ter-se diferentes olhares sobre a família. Para as autoras, é interessante que o visitador tenha uma formação específica, mas se não o tiver, o trabalho não é impedido por isso. Outro aspecto interessante apontado por Brandão e Costa (2004) é que o visitador deve acreditar na possibilidade de mudança das famílias. Pode-se afirmar que a crença na possibilidade de mudança das famílias visitadas esteve presente durante as visitas domiciliares analisadas.

Resultados e Discussão

Na tentativa de compreender a possibilidade de utilizar a visita domiciliar na pesquisa-ação com intuito de prevenir a violência física intrafamiliar contra crianças, a análise proposta se apoiou nas seguintes temáticas:

1. A visita domiciliar como momento de encontro e de reflexão;
2. Relação entre pesquisadores e participantes: ausência de neutralidade científica;
3. Prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças: construção de outras alternativas para a educação dos filhos.

A seguir serão discutidas as temáticas construídas a partir do processo de análise das informações.

A visita domiciliar como momento de encontro e de reflexão

A visita domiciliar, conforme apontado por Brandão e Costa (2004), principalmente a que se apóia no método da pesquisa-ação, é uma maneira de intervenção que viabiliza a família construir novas compreensões sobre si e sobre o contexto onde ela se insere. Assim, o diálogo e o momento para a reflexão são fundamentais para se chegar aos objetivos estabelecidos junto às famílias a partir da proposta da pesquisa, que é a prevenção da violência física intrafamiliar.

Na Família 1, por exemplo, na segunda e na última visita, a mãe da criança relata se sentir mais calma após os momentos de conversa junto às entrevistadoras. A mãe da segunda família, também, mesmo com a dificuldade com os horários, relatou a importância do “momento de conversa” como momento de desabafo, uma vez que não tem com quem ter “conversas mais íntimas”. É interessante perceber que a associação entre visita domiciliar e momento de esvaziar-se foi realizada pelos pais. O que supõe que eles demandam por um lugar para conversar sobre as questões da família, mas muitas vezes não encontram esse tempo e lugar e não sabem como construí-los. De acordo com Barbier (2007), o pesquisador, a partir da perspectiva da pesquisa-ação, deve buscar a “escuta sensível”, apoiada na empatia e no envolvimento entre

pesquisadores e participantes. Dessa maneira, é impossível criar um espaço para o diálogo sem que haja o envolvimento dos atores.

A ausência do tempo e espaço para o diálogo é expressa na fala da mãe da família 4 na sétima visita:

Entrevistadora 1: É muito difícil pra vocês sentarem assim pra conversar um pouco?

Mãe: A gente não conversa não é?

Pai: Não... não é por ser difícil ou não ser, a nossa convivência é desse jeito, sempre foi, desde quando nós coisou... nunca foi aquele casal de parar e conversar.

É interessante perceber também o não reconhecimento da importância do diálogo na família na fala do pai. Inclusive, durante as visitas ele se apresenta resistente em marcar os dias em que a família iria ser visitada. Em várias visitas marcadas com antecedência ele não estava presente. Ele chegou a propor que as conversas nas visitas domiciliares deviam ser realizadas separadamente, entre pai e mãe junto à criança para não “confundir a cabeça do filho”, quando o próprio filho relata que as visitas são boas, pois ele tem a oportunidade de ouvir “meu pai e minha mãe”. Durante a realização das visitas, a mãe da criança na família em questão aponta grandes dificuldades em estabelecer acordos junto ao pai na educação dos filhos, pois eles divergem em demasia, não conseguem conversar e estabelecer consensos e os filhos que já perceberam isso, tiram proveito dessa disputa. Diante dessa realidade, a Entrevistadora 1 afirma na quarta visita:

E aí o importante da gente conversar todo mundo junto, é que família é isso, não é só a mãe ou só o Pai e a Criança. E. realmente a gente percebe mesmo essa dificuldade da família de conseguir um tempinho não é, pra conversar sobre a

família, sobre vocês, sobre o nosso dia a dia, sobre os desafios que a gente passa com nossos filhos, e realmente como você falou, como a gente tem muito pouco tempo não é, com eles em casa, por causa do seu trabalho, que a mãe acaba tendo mais tempo e talvez esse seja uma meta interessante por isso, podem vocês falar pra ela, porque talvez haja uma discordância em poder conversar sobre isso, talvez por ter ideias diferentes, um respeitar o que o outro pensa não é, e juntos, porque não é só você nem é só ela que educa os meninos, são os dois.

A entrevistadora ainda propõe na quinta visita que a família tente pelo menos uma vez na semana fazer uma refeição juntos e tentarem conversar sobre ser família durante essa atividade, para assim, começarem a dialogar sobre as questões que lhes são importantes e que acabam, no dia a dia, não sendo discutidas. Brandão e Costa (2004) afirmam que a visita domiciliar não é um interrogatório e nem momento para julgar a família. Pelo contrário, é espaço para a construção de alternativas e auxiliar a família em relação a uma determinada dificuldade. Na família em questão durante as visitas a dupla de visitantes tentou construir junto aos participantes estratégias para estarem mais próximos, dialogarem e refletirem juntos a respeito das problemáticas que enfrentam na família.

Já na Família 5 havia o diálogo frequente entre mãe e filho. Como na visita domiciliar trabalha-se junto à família e não para a mesma, foi possível ampliar o diálogo, promovendo aprofundamento e fortalecimento dos espaços e tempo para discutir acerca das questões da família. Desde a primeira visita a mãe relata perceber aspectos relacionados à sua história de vida e da sua família, nunca antes observados. Além disso, é interessante que após a realização da visita, mãe e filho continuavam a

conversar a respeito de algum ponto que consideravam relevante. As seguintes falas na terceira visita ilustram isso:

Mãe: Sobre a sua timidez... lembra o que a gente conversou?

Criança: É mesmo a gente ficou pensando...

Pesquisadora 1: O que é que vocês ficaram pensando?

Mãe: Ele perguntando se me incomodava... eu falei que não incomoda, que me preocupa não é... o mesmo que eu tinha falado.

Brandão e Costa (2004) afirmam que os visitantes devem estimular o diálogo entre os membros da família, uma vez que a conversa entre eles é mais importante do que com a equipe de pesquisadores. Para Thiollent (1996), o qualitativo e o diálogo não são anticientíficos, pelo contrário, são eles que viabilizam a pesquisa-ação.

Outro aspecto interessante levantado pela Família 5 na terceira visita a respeito das reflexões possíveis a partir da visita domiciliar foi o surgimento dos conflitos no decorrer das conversas entre pesquisadoras e participantes.

Mãe: Hoje pela primeira vez a gente colocou aqui um conflito... eu acho que isso é uma parte importante... toda vez a gente conta história, conta história e dessa vez não, a gente teve conflito aqui... eu achei interessante hoje isso...

É importante ressaltar que na Família 5, a partir da história familiar que eles possuem, a abertura para o diálogo e as visitas domiciliares, mãe e filho resolveram instituir o “Dia da família”, que seria um dia no qual se encontrariam com tios, avós, primos para fazerem atividades de lazer juntos, como brincadeiras, refeições, danças, etc. Durante a realização das visitas, as entrevistadoras puderam acompanhar o desenvolvimento desse projeto e mãe e filho relataram que a cada mês o “Dia da família” ficava melhor. Houve também a divulgação desse projeto junto às outras

famílias que participavam da pesquisa em questão em um encontro promovido junto a todos os participantes.

Percebe-se que a visita domiciliar se coloca para as famílias estudadas como um momento para parar, diante da correria do dia a dia e refletir acerca das problemáticas que se desenvolvem na própria família. Por esse motivo, uma estratégia passível de ser utilizada para viabilizar e potencializar o diálogo nas famílias.

Relação entre pesquisadores e participantes: ausência de neutralidade científica

A questão da impossibilidade do exercício da neutralidade em pesquisas na área das ciências humanas é algo muito discutido, diante da identidade entre sujeito e objeto nesse tipo de estudo. A partir da perspectiva da pesquisa-ação e da estratégia da visita domiciliar é o tipo de relação estabelecida entre pesquisadores e participantes que viabiliza o encontro com a realidade a ser investigada (Barbier, 2007; Thiollent, 1996).

Nas visitas domiciliares às famílias estudadas é possível perceber a constituição da relação entre participantes e pesquisadores, a possibilidade do envolvimento e o estabelecimento de ligações que viabilizaram compreender a dinâmica familiar, como as crianças são educadas nesse contexto e como criar estratégias para prevenir a violência física como meio de educar os filhos.

Na Família 1, já na primeira visita é apresentada a problemática do alcoolismo na família e a tentativa de suicídio por parte da mãe. Diante das revelações, a Entrevistadora 1 procura reforçar o ato da família falar sobre a realidade que vivem:

Entrevistadora 1: Vocês são uma família que ainda se preocupa com a família, não é, senão vocês nem estariam sentados aqui conversando não é? E se vocês trouxeram essas coisas é porque é muito importante não é? A gente agradece a

confiança que vocês tiveram em nós, contando, compartilhando de coisas tão particulares da família de vocês, e a gente quer sim ajudar, não sei ainda como, mas no que estiver ao nosso alcance vamos tentar juntos não é.

O envolvimento por parte do pesquisador é inerente ao tipo de pesquisa analisada neste trabalho (Barbier, 2007). De acordo com o autor, o risco de se trabalhar nessa perspectiva é o pesquisador entrar em contato com demandas próprias antes desconhecidas. Diante da realidade familiar apresentada pela Família 1 na primeira visita, a Pesquisadora 2, que assume mais o lugar de observadora e de quem faz anotações a respeito da visita, afirma:

Entrevistadora 2: “Eu não sei dá conta de mim, e agora, o que eu faço? Porque pra mim foi difícil, aguentar tanta... o problema é que eu sinto demais, sabe, eu fico sentindo a angústia dela, não sei se você percebe, eu fui sentindo, aí eu falei meu Deus eu não to dando conta mais gente agora que eu faço?... porque o problema é que eu envolvo demais, não é, e assim, porque faz um pouco parte da minha história de vida, não é, então você começa a viver, não é... é, o sofrimento, a dor do outro (...) foi muito puxado hoje, porque chegou num ponto que eu falei meu Deus acho que eu não aguento mais”.

Brandão e Costa (2004) afirmam que o visitador para realizar seu trabalho deve estar razoavelmente tranquilo em relação a sua própria família. Por isso a necessidade de um atendimento às próprias demandas do pesquisador antes e durante as visitas domiciliares.

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento das visitas em questão foram as supervisões realizadas em grupo, junto a todos os pesquisadores, coordenadora e professoras supervisoras, uma vez por semana. Na quinta visita à família 3, as

pesquisadoras relatam: “Notamos a importância da supervisão que tivemos para esta família o quanto foi importante para o andar da visita de hoje, fez diferença”. De acordo com Brandão e Costa (2004), a supervisão deve ser realizada após cada visita domiciliar, para que haja as discussões no grupo que possam contribuir com idéias que ajudem a equipe de visitantes a entender melhor o que é mostrado pela família. Costa e Penso (2008) consideram ainda que em situações-limite, como é o caso do contexto onde há violência, é necessário que os pesquisadores contem com o apoio da supervisão.

No relatório a respeito da primeira visita realizada junto à Família 1, as entrevistadoras relatam que acham que a família espera muito das pesquisadoras, diante da problemática. Mas afirmam que é pontuado com frequência que a solução para as dificuldades apresentadas está na própria família e que estão ali para caminhar junto à família, em concordância com o que é apontado por Brandão e Costa (2004).

A construção da relação de proximidade entre pesquisadores e participantes foi possível no desenrolar das visitas. Quando a implicação dos envolvidos foi sendo construída. A quarta visita domiciliar é apontada pelas pesquisadoras como momento em que perceberam nas famílias mais proximidade e por isso, a possibilidade de entrar em contato com temáticas cada vez mais particulares das famílias e compartilhamento das problemáticas com as pesquisadoras para assim, juntos criarem estratégias de enfrentamento das situações apresentadas e direta ou indiretamente relacionadas com a temática da prevenção da violência física contra crianças.

As pesquisadoras relatam após a quinta visita à Família 2 que na relação pesquisadoras-participantes percebe-se mais avanços, pois além de continuar mais para dentro da casa, nesta visita as pesquisadoras são apresentadas pela criança com uma

plantinha que ela mesma plantou e cultivou. Elas ressaltam a importância do vínculo e da confiança. Importante destacar que, mesmo havendo novos empecilhos para continuar com as visitas (pois a mãe mudou de emprego e dificultou mais ainda seus horários disponíveis) para as visitas, mas ela se empenha e as pesquisadoras se organizaram para realizar a visita no feriado, para ser possível.

Outro aspecto relevante da construção de relações de proximidade entre participantes e pesquisadores apontado pelas visitadoras foi o fato das famílias visitadas estarem vinculadas ao programa de extensão ao qual a pesquisa está vinculada, uma vez que há no programa a tentativa frequente de aproximar a instituição das famílias das crianças e adolescentes participantes. Segundo Brandão e Costa (2004), a visita domiciliar também pode ter como objetivo a aproximação da instituição dos seus participantes e assim, fazer dessa instituição um componente real da rede social de apoio da família.

Dificuldades na constituição das relações com os participantes também aconteceram na Família 2, por exemplo, somente na terceira visita foi possível conhecer a criança e só na quinta visita seu irmão participou. A criança aos poucos foi se envolvendo e depois da terceira visita estava sempre presente junto à sua mãe.

A visita domiciliar na pesquisa-ação como estratégia para a prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças deve considerar as relações construídas entre visitadoras e participantes. Relações essas que implicam no envolvimento dos atores a partir da realidade particular e da realidade que eles vão construindo no desenrolar do trabalho realizado.

Prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças: construção de outras alternativas para a educação dos filhos

De acordo com Brandão e Costa (2004), a visita domiciliar é meio para ajudar a família a encontrar um caminho para a solução dos problemas para aquilo que gera preocupação. Nas famílias visitadas a temática central a ser considerada, de acordo com o objeto da pesquisa é a prevenção da violência física contra crianças.

Uma alternativa encontrada pelas pesquisadoras para mudar as práticas “educativas” violentas, principalmente em relação à violência física, foi o estabelecimento de “combinados”. Neles, as visitadoras junto a os participantes de cada família estabeleciam acordos para substituir as práticas violentas por maneiras de educar que partissem do respeito ao outro e do diálogo.

De acordo com Hart (2008), as diretrizes para a efetivação de práticas disciplinares tidas como construtivistas e baseadas na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 são: considerar a dignidade da criança; desenvolver o comportamento pró-social, de autodisciplina e de caráter; potencializar a participação ativa da criança; considerar as necessidades de desenvolvimento e a qualidade de vida da criança; respeitar a motivação e visões de mundo da criança; garantir a imparcialidade e a justiça distributiva; promover a solidariedade. Por isso, a construção de estratégias para prevenir a violência física intrafamiliar contra crianças por meio da visita domiciliar e do método da pesquisa-ação deve ter como princípio a participação de todos os envolvidos.

A partir da análise das visitas domiciliares à Família 1, diante do sofrimento que estão passando com a situação de alcoolismo e a separação dos pais, é impossível desconsiderar como essa realidade constitui a forma como as crianças da casa estão

sendo educadas. Como estratégia para lidar com os momentos tristes pelos quais a família tem passado, as pesquisadoras sugerem que eles façam desenhos, escrevam para tentar elaborar a situação presente e evitar os atos violentos:

Pesquisadora 2: Então... às vezes nesse momentos tristes é bom fazer um desenho.

Pesquisadora 1: Tipo uma cartinha que só você vai ler só você vai guardar.

Pesquisadora 2: Expressar mesmo o que vocês tão sentindo, já que não dá pra conversar.... isso que a F. falou é interessante vocês conversarem entre vocês, porque cada um tem sua dor.... não acabar em porrada.

Criança.: Violência gera violência.

Pesquisadora 2: Porque a solução tá aqui com vocês, vocês têm as soluções o caminho de buscar a melhor forma.

Pesquisadora 1: Vocês acreditam nisso?

Criança: Uhum...tentar para com essa brugalheira, pensar no problema que a gente tá tendo

Pesquisadora 1: ...Pensar nisso, conversar.... vamos fazer uma coisa aqui então, eu fiz até com outra família... quando a gente faz um combinado a gente pega na mãos todos vocês, pra vocês pensarem mais, se ajudarem mais... então fechou o combinado... é muito bom a gente pensar na família, apesar das dificuldades é a nossa família e vocês verem que um tem ao outro...

Outro avanço relatado pela criança foi a possibilidade de dividir as atividades domésticas. Aliás, essa temática “divisão das atividades domésticas” foi tratada junto à todas as famílias e foi central no único encontro que tiveram com as outras famílias que participaram da pesquisada.

Na Família 2, a particularidade é a aparente falta de tempo da mãe, a ausência da participação do pai e a participação da avó materna na criação dos netos. Na terceira visita a criança contou pela primeira vez que é vítima de violência na escola e a mãe diz que desconhecia isso, se mostra surpresa, se compromete em fazer algo e acaba optando por mudar a criança de escola. A família reconhece que as visitas serviram para que se estabelecesse mais entre eles a possibilidade de diálogo. Na sétima visita do seguinte trecho revela isso:

Pesquisadora 1: “E depois que a gente teve essa conversa aconteceu alguma coisa de diferente?”

Criança: “Minha mãe começou a conversar mais com a gente, a ficar mais com a gente, conversar...”

Em relação às possibilidades de criação de estratégias alternativas ao uso da violência física como forma de educar, na Família 3, a mãe na primeira visita afirma que bate de vez em quando, que os pais conversam muito com os filhos, pois “só com agressão não se resolve as coisas”. A irmã da criança, no decorrer das visitas revela que não consegue conversar com o pai e evita conversar com a mãe devido a impaciência dos dois e a possibilidade de brigarem e reclamarem com ela. Na segunda visita a mãe, por sua vez, diz que a irmã não suporta que lhe chamem a atenção. No decorrer das visitas são realizados acordos para que a irmã escute as críticas vindas dos pais e que eles por sua vez evitem usar a violência psicológica por meio de xingamentos, ameaças e aumento da altura da voz enquanto conversam com a jovem.

Na terceira visita, mãe e irmã da criança da família visitada relatam que as coisas começaram a melhorar, pois os pais passaram a confiar mais nela e que o pai parou de xingá-la e a mãe se tornou mais próxima. Somente as brigas e discussões com o irmão,

presentes desde a primeira visita como aspecto importante, continuam a existir. Diante dessa realidade, principalmente em relação ao que faz iniciar as brigas (a forma como um fala com o outro), a Pesquisadora 1 e a Pesquisadora 2 dramatizam uma situação ainda na terceira visita. Com a dramatização e a intervenção das pesquisadoras, os irmãos percebem que é possível criar alternativas não violentas para se relacionarem.

Na relação entre os irmãos, a irmã na Família 3 se sente responsável pela criança, foco o que incomoda o irmão. As pesquisadoras então tentam junto à família, delimitar melhor os papéis de cada um, ouvindo o que cada um deles esperava e o que gostariam que cada um fizesse em relação à sua pessoa, para que assim, não invadir o espaço do outro e não exercer funções para os quais não estavam preparados.

A oitava visita a família sintetiza as mudanças que aconteceram por meio das visitas domiciliares:

Pesquisadora 2: E você S, pode dar um exemplo do que você aprendeu muito?

Mãe: Controlar mais, conversar mais, entender eles mais... tudo isso.

Pai: Ouvir não é, não é só a gente falar. Porque às vezes a gente tem na mente aquela coisa de superioridade e a gente não quer ouvir o filho e só quer que ele ouve. Isso foi uma das coisas que nós aprendemos com vocês.

Mãe: E esperamos mudar mais um pouco ainda. Eu até comento com eles, mas eles enchem o saco. Eu queria até ser mais carinhosa com ele, mas não consigo, porque irrita tanto a gente que a gente não passa aquele carinho. Agora a gente mal entra e já vai falando “ah ele fez isso, ela fez aquilo”. E eu penso consegui mudar isso aí.

Pesquisadora 1: Mas é aos pouquinhos mesmo não é, pra ela ir percebendo também que é processo não é. É um passo de cada vez, e você também vai

confiando na medida que você consegue, não é. E aí eu tenho mais uma perguntinha pra vocês.

Mãe: É, ele mentia muito mas não ta mais...as vezes ele fazia brincadeira até isso ele parou.

Pesquisadora 1: E você O. percebeu alguma mudança?

Pai: Eu percebi foi isso que a S. falou, no comportamento deles também mudou um pouco.

Pesquisadora 1: O que, por exemplo?

Pai: O J. parou de mentir pra gente, ficou até mais obediente um pouquinho.

Pesquisadora 1: Olha que interessante, vocês estão dizendo que estão ouvindo mais e em contrapartida eles também estão ouvindo mais. Então alguma mudança já ouviu não é, e isso significa que é possível não é. Vocês gostariam de dizer mais alguma coisa a respeito das visitas, alguma coisa que vocês não gostaram? Alguma coisa que vocês possam sugerir para melhorar...

Thiollent (1996) afirma que um dos objetivos da pesquisa-ação é dar aos pesquisadores e participantes os meios para responderem aos problemas das situações que vivenciam por meio de uma ação transformadora. Por esse motivo as mudanças necessárias devem orientar as visitas domiciliares. Para Grubits e Noriega (2004), a pesquisa qualitativa em ciências sociais é um processo de formação para a ação, que por assim ser, provoca uma tomada de consciência que leva as mudanças necessárias, como comparece nas famílias estudadas.

A Família 4 apresentou a peculiaridade das diferenças explícitas nas práticas educativas dos pais, até o ponto da desautorização do outro. A necessidade da criança que aparece desde a primeira visita e é relatada por ela é de “soltar a voz”, de falar da

realidade que vive e daquilo de que necessita. As pesquisadoras descrevem no relatório da primeira visita:

A impressão que se teve é que ele é sufocado pelo irmão de 2 anos, que toma todo o tempo do pai da mãe e o seu próprio tempo. A criança diz cuidar do irmão enquanto a mãe trabalha, só no momento em que está na escola é que o irmão fica com uma vizinha.

Outro aspecto relevante na Família 4 é a permissividade em relação ao filho mais novo. Ele sobe na mesa durante as visitas e em um determinado momento pega o gravador e danifica a gravação do começo da segunda visita. E a mãe não diz nada. O pai evita conversar com o filho mais velho em relação a temáticas delicadas tais como o uso de drogas, mesmo diante do interesse do filho em relação ao tema. A mãe, ao contrário, acha que a conversa deve começar quando a criança demonstra interesse pelo assunto. As pesquisadoras tentam, a partir dessa situação, despertar no pai a consciência de que se a necessidade de uma informação não é saciada na família, a curiosidade levará a criança a buscar a informação em outros lugares, que podem não ser adequados. As pesquisadoras apontam no relatório final da segunda visita a postura rígida e de não responsabilização do pai em relação ao filho. Além disso, elas afirmam:

(...) fica evidente o assujeitamento da criança em relação ao pai, pois ele diz exatamente o que o pai fala, o que o pai deseja ouvir. Há uma repetição. O pai diz que a criança tem o raciocínio lento e a criança confirma, ou seja, ele está subjetivando o que o pai objetiva a seu respeito. A criança então, discorda da mãe e concorda com pai. A mãe educa e o pai deseduca. Não há tempo juntos. A mãe estudou mais que o pai. Há uma sobrecarga para a mãe.

Além da problemática apontada, família e pesquisadoras tentam combinar que o pai iria ajudar o filho nas atividades de matemática para assim estar mais próximo e participar da educação do filho. No entanto, na terceira visita, o pai diz que não consegue cumprir o combinado por causa do trabalho. Quanto à falta de limites por parte do pai, o mesmo relata que se tivesse condição de dar um carro para a criança, quando estivesse com 15 anos ele faria e a criança por sua vez vê isso como expressão de confiança nela e não como permissividade e irresponsabilidade do pai. A mãe relata que há um desencontro entre ela e o pai em relação à educação dos filhos, pois ela delimita e ele é permissivo.

Na quarta visita, quando estavam presentes somente mãe e filhos, mãe e criança afirmaram que não gostam quando brigam um com o outro. Então combinaram que a mãe se comprometeria em tentar gritar menos para não deixar o filho com raiva e o filho se comprometeu em também não gritar com a mãe e obedecer quando ela falar baixo. Um destaque importante foi que a criança tem conseguido cumprir o último combinado feito com a mãe, de chegar às 19 horas do futebol, para tomar banho e fazer as tarefas. Às vezes ele até chega às 19 horas e pede para retornar para a quadra e a mãe eventualmente deixa. A mãe também, como havia prometido, deu um relógio para a criança para que ela se atentasse mais ao tempo de voltar para casa após a escola ou atividades de lazer.

Depois do combinado, na quinta visita a mãe mostra algumas modificações na sua relação com o filho:

Mãe: agora parece que eu to melhor, não me estresso tanto, quando eu pedia alguma coisa a criança fala que não eu virava, agora não... ele faz a tarefa de boa, eu vou corrigir.

Pesquisadora 1: Eu lembro que você falou que quando você gritava e ele também gritava, acabava passando pra todo mundo.

Mãe: É, eu to me esforçando... outra coisa também que mudou, foi que lá na empresa eles tão fazendo ginástica, eu to me sentindo bem, dormindo mais.

Pesquisadora 1: Olha que interessante, então, não é só você, não é? Você tá gritando menos, a ginástica tá te ajudando, a criança tá te ajudando mais também, não tá ficando estressado com você, o pai também.

Na sétima visita, devido a um acidente, o pai teve que ficar em casa por mais tempo. E a partir dessa nova possibilidade as pesquisadoras tentaram construir com ele novas possibilidades de participação na vida dos filhos, já que essa era uma necessidade expressa pela família. No entanto o pai afirma que enquanto os filhos são pequenos, a responsabilidade por eles é da mãe. Ele só se dispõe a assumir a responsabilidade quando estiverem maiores. Com a proximidade do fim das visitas as pesquisadoras não aprofundam a respeito dessa problemática.

Mãe e criança, que mais participaram do trabalho realizado, na oitava visita dizem considerar as visitas importantes devido à possibilidade de estabelecer os “combinados” entre eles e a tentativa de fazer acordos com o pai que o levou a participar um pouco mais da vida escolar do filho ajudando-o nas tarefas escolares. Ele acrescenta em relação à mãe:

Criança: Deixa eu ver... minha mãe gritava comigo, ela se manteve a calma, agora ela tá falando baixo comigo.

Pesquisadora 1: É mesmo, ela parou de gritar?

Criança: Uhum

Pesquisadora 1: E o que você achou disso?

Criança: Muito bom.

Pesquisadora 1: Como que você se sente agora em relação a isso?

Criança: Sinto melhor.

Pesquisadora 1: E a outra pergunta então... houve alguma mudança na sua família depois das visitas em relação ao jeito do seus pais te educarem?... teve alguma mudança?

Criança: Teve.

Pesquisadora 1: Qual mudança?

Criança: Ela (mãe) fala com calma comigo, aí eu vou e cumpro.

Pesquisadora 1: E antes como é que era?

Criança: Minha mãe gritava, aí eu fazia bagunça minha mãe me batia, agora minha mãe não tá me batendo mais não.

Já a mãe relata em relação às visitas domiciliares:

Mãe: Foi boas, não tinha um diálogo aberto e a gente conversa mais sobre o assunto, sobre a família no caso, aí nós quase não tem diálogo, é eu no canto, o E., o M., e foi bom, a gente conversou mais, colocou os assunto em dias, sobre educação, um monte de coisa.

A tomada de consciência descrita por Thiollent (1996) é fundamental e está relacionada à possibilidade de mudança em pesquisa-ação. Dessa maneira, é importante para a prevenção da violência física contra crianças que as famílias tenham o diálogo como momento para o conhecimento das situações e criação de estratégias conjuntas para o enfrentamento das problemáticas na educação dos filhos.

Em relação à Família 5, é importante considerar que a mãe engravidou da criança com apenas 15 anos e ela considera que a imaturidade e o fato de ter sido fruto

de um estupro fez com que ela não tivesse paciência com o filho e em decorrência disso, usar o bater como recurso educativo. Hoje em dia, no entanto, a mãe busca conversar mais com a criança e evita ao máximo os castigos físicos.

A cumplicidade entre mãe e filho é relatada em diversos momentos das visitas domiciliares e revelam que a possibilidade de dialogarem de maneira não hierarquizada facilita o estabelecimento de acordos e a educação do filho. A problemática que se apresenta é a linha tênue entre ter uma relação horizontalizada e exercer o papel de mãe e o papel de filho. Eles discutem sobre a questão e afirmam que com frequência ouvem as pessoas dizerem que eles parecer ser mais irmãos do que mãe e filho. No entanto, as visitas também serviram para que eles pudessem estabelecer melhor a função de cada um na relação e estabelecer os “combinados”.

A partir da quarta visita surge a questão da falta de tempo da mãe para com o filho, pois a mesma começa a trabalhar e a fazer um curso técnico. Na quinta visita há o questionamento sobre como conciliar todas as atividades atuais com o cuidado com o filho.

Pesquisadora 1: E aí, como você acha que é possível conciliar isso? Você fazer suas coisas, mas também dar atenção pro R....

Mãe: O que eu falo pro R. é que agora eu vou começar a trabalhar e to estudando, agora meu tempo vai ficar reduzido, então ele vai precisar de me ajudar conservando o quarto, porque quando chegar o dia da minha folga, que vai ser praticamente só domingo aí vai ser o dia pra eu lavar roupa, se ele não ajudar eu vou ter que arrumar tudo... então se ele não colaborar comigo aí que a gente não vai ter tempo mesmo. É tudo conversado com o R. desde que eu olhei o serviço... Mas o R. cobra muito de mim, quer que eu fico o dia inteiro com ele,

brincando, conversando, assistindo... saindo com ele, ele quer simplesmente que eu cancele minha vida pessoal totalmente, é só ele.

Diante da necessidade da criança em estar junto à mãe, a Pesquisadora 1 tenta viabilizar a reflexão acerca das possibilidades para se resolver o embate, considerando a importância do tempo de qualidade junto ao filho. Surge, no entanto, o questionamento a respeito da intervenção das visitas domiciliares nessa mudança:

Pesquisadora 2: Quando sua mãe fala que você melhorou, que tá mais responsável... você acha que tem alguma coisa a ver com as vezes que a gente vem aqui?

Criança: Eu acho que tem, com as visitas não é...

Pesquisadora 1: Como assim, como as visitas podem ter ajudado?

Criança: É porque mostrava o que tava errado, mostrando de um e de outro e tentava resolver... e se não resolver é porque não quer mesmo.

Pesquisadora 1: Nossa, olha que interessante... então resolver depende de todos, não é?

Criança: Aham.

Pesquisadora 1: O que você acha disso D.?

Mãe: Eu acho bom porque ele tem essa percepção de que depende dos dois que não depende só de mim e nem só dele.

Os participantes da Família 5 afirmam diversas vezes que a partir das visitas domiciliares foi possível aumentar o diálogo entre eles dois. A mãe representa o momento da visita como um “balanço” do mês, onde eles podiam parar, conversar e fazer acordos em relação à forma como se relacionam e como educar a criança. Ela

afirma que com o final das visitas, os dois devem continuar a fazer esse “balanço” todos os meses. Somado a isso, a mãe reconhece o caráter terapêutico das visitas:

Pesquisadora 1: É claro que não é uma terapia

Mãe: Mas pra mim tem funcionado como

Pesquisadora 1: É terapêutico pra você não é

Mãe: Me ajudou muito

É relevante considerar que de acordo com classificação realizada por Martins e Bucher-Maluschke (2005) nas famílias onde não há a violência, o diálogo é a base das relações entre pais e filhos e não há a agressão física com o intuito de educar e com o poder disciplinador. Dessa forma, nas famílias em que a possibilidade de extensão do diálogo entre os participantes foi possível, provavelmente viabilizou-se também a prevenção de práticas educativas não violentas e assim, a busca pela prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças como forma de educar.

Considerações Finais

A visita domiciliar pode ser utilizada como estratégia dentro do método da pesquisa-ação na prevenção da violência física contra crianças, viabilizando práticas educativas alternativas. Alternativas que se baseiam no diálogo e no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e pessoas que necessitam de cuidado e de proteção.

As visitas domiciliares realizadas às famílias estudadas não somente ensejaram a busca de outras vias que não aquela do uso da violência física, bem como para tentar evitar outros tipos de violência, tais como a negligência, e a violência emocional ou psicológica.

Ressalta-se que as ações junto às famílias poderiam ter sido potencializadas se fosse realizado o que Brandão e Costa (2004) chamam de “Devolução” e que se trata de uma carta que os visitantes escrevem para a família sobre o assunto conversado na visita, objetivando mostrar novas maneiras de pensar sobre a temática dialogada. No entanto, os momentos de fechamento e o aquecimento a cada nova visita, além da visita de encerramento também buscaram levar a novas reflexões.

É importante considerar que são necessários ainda mais estudos e a elaboração de mais propostas para se pensar em alternativas para educar crianças e adolescentes nos mais diferentes contextos, sem o uso da violência. A visita domiciliar inserida na pesquisa-ação se mostra como boa alternativa para a realização de novos trabalhos sobre a temática. Isso ocorre pois a visita domiciliar é uma ferramenta clínica privilegiada, devido seu caráter terapêutico na capacitação das famílias para utilizarem seus próprios recursos a fim de lidarem com as problemáticas cotidianas que segundo Peres (2001) dão continuidade ao seu desenvolvimento.

Referências

- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. de A. (2007). Vitimação e Vitimização: questões conceituais. Em M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Orgs.), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (pp. 25-47). São Paulo: Iglu.
- Barbier, R. (2007). *A pesquisa-ação*. (L. Dibio, Trad.). Brasília: Liber Livro.
- Brandão, S. N. (2001). *Visita Domiciliar: ampliando intervenções clínicas em comunidades de baixa renda*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília: Brasília.

- Brandão, S. N. & Costa, L. F. (2004). Visita Domiciliar como proposta de Intervenção Comunitária. Em M. A. Ribeiro & L. F. Costa (Orgs.), *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius* (pp. -). Brasília: Universa.
- Costa, L. F., Ribeiro, M. A., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. de (2008). O desafio da supervisão e pesquisa-ação em casos de abuso sexual: os professores e suas questões. *Paidéia*, 18(40), 355-370.
- Faleiros, V. de P. (2008) Parar o Abuso e Desenvolver a Proteção. Em L. F. Costa, & H. G. D. Lima (Orgs.), *Abuso Sexual: A justiça interrompe a violência* (pp. 159-170). Brasília: Liber Livro.
- Faleiros, V. de P. & Faleiros, E. S. (2007). *A Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5a. ed.). São Paulo: Atlas.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos em Psicologia* (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L.(2005a). O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica. Em F. L. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 27-51). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005c). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Grubits, S. & Noriega, J. A. V. (2004). *Método Qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação*. São Paulo: Vetor.

- Guerra, V. N. de A. (1985). *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez.
- Hart, S. N. & Power, F. C. (2008). Em S. N. Hart (Org.). *O caminho para uma disciplina infantil construtivista: eliminando castigos corporais*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- Martins, M. A. F. & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2005). Bater para educar ou maltratar? Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar. Em L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 59-73). Brasília: Universa: Liber Livro.
- Minayo, M. C. de S. (2002). O Significado Social e para a Saúde da Violência contra Crianças e Adolescentes. Em M. F. Westphal (Org.), *Violência e Criança* (pp.95-114). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Penso, M. A., Ramos, M. E. C. & Gusmão, M. M. (2004). A violência na família: reflexo da exclusão social. Em M. A. Ribeiro & L. F. Costa (Orgs.), *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius* (pp. 71-86). Brasília: Universa.
- Peres, V. L. (2001). Desenhos de família. Em S. M. G. Sousa & I. Rizzini, (Orgs.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais* (pp. 73-94). Goiânia: Cãnone Editorial,.
- Ribeiro, M. A. & Borges, L. M. (2004). Violência Intrafamiliar: um olhar sobre a dinâmica da família violenta. Em M. A. Ribeiro & L. F. Costa (Orgs.), *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius* (pp. 45-70). Brasília: Universa.

- Silva, M. A. (2008). *A violência física intrafamiliar como método educativo punitivo-disciplinar e os saberes docentes*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás: Goiânia.
- Sousa, S. M. G. (Org.). (2001). *O significado de infância, educação e violência para pais que cometeram violência física contra os filhos*. Goiânia: Editora da UCG.
- Sudbrack, M. F. O. & Conceição, M. I. G. (2005). Jovens e violência: vítimas e/ou algozes. Em L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 185-198). Brasília: Universa: Liber Livro..
- Szymanski, H. (2004) Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Revista Estudos de Psicologia*, 21(2), 5-16.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466.
- Thiollent, M. (1996) *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Ude, W. (2002). Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Ude (Orgs.), *Políticas Públicas* (pp. 127-139). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Processo de Desligamento em uma Pesquisa-ação sobre Violência Intrafamiliar⁵

Shutdown in a process of action research Violência Intrafamiliar

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de desligamento em uma pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar em contexto comunitário em Goiânia, Goiás, que utilizou a visita domiciliar como estratégia. Na pesquisa-ação, a relação pesquisador-participantes se diferencia dos demais métodos de pesquisa principalmente pela proximidade e envolvimento que se estabelecem entre os atores. Trata-se de uma pesquisa documental que utilizou as transcrições e diários de bordo de oito visitas domiciliares a cinco famílias. A fundamentação metodológica para a realização da análise foi a Epistemologia Qualitativa de Fernando L. González Rey. A pesquisa-ação tem como desafio constituir uma forma de pesquisa que tenha como central a ação e a mudança, mas que não se desprenda das características de um trabalho acadêmico, garantindo a participação de todos os atores. As famílias participaram ativamente das visitas, principalmente entre a primeira e a sétima visita. No entanto, não participaram da elaboração da proposta de pesquisa e intervenção, muito menos da sistematização, análise das informações construídas e elaboração do relatório final da pesquisa. Dessa forma, é necessário construir novas alternativas que considerem as demandas das famílias para assim efetivar o trabalho em rede e a decisão conjunta para a realização de encaminhamentos, até mesmo, na medida do possível, o momento mais adequado para participantes e pesquisadores para a finalização das atividades e das visitas domiciliares.

Palavras-chave: Desligamento; Pesquisa-ação; Visita Domiciliar; Violência Intrafamiliar

Abstract

This article aims to analyze the shutdown process in an action research on prevention of physical violence within families in a community context in Goiânia, Goiás, who used home visits as a strategy. In action research, the relationship between researcher and participants is different from other research methods, primarily by proximity and engagement established between the actors. It is a documental research which used the transcripts and logs of eight home visits to five families. The methodological foundation

⁵ Fonte de Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

for the analysis was the Epistemology of Qualitative Fernando L. Rey Gonzalez Action research is challenged to be a form of research that has as its central action and change, but do not repudiate the characteristics of a scholarly work, ensuring the participation of all stakeholders. Families actively participated in the visits, especially between the first and seventh visit. However, not participated in the drafting of the proposed research and intervention, much less systematic, analysis of information constructed and the final report of the research. Thus, it is necessary to build new alternatives that consider the demands of families so as to accomplish the networking and joint decision to conduct referrals, even to the extent possible, the best time for participants and researchers for the completion of activities and home visits.

Keywords: Sleep; Action Research; visits; Domestic Violence

Introdução

Barbier (2007) afirma que a pesquisa-ação surgiu com Kurt Lewin, psicólogo de origem alemã. Para o autor, o trabalho na pesquisa-ação está voltado para o grupo, a auto-organização, a transformação de estereótipos e da resistência à mudança. Assim, a participação de todos os envolvidos se faz necessária para a produção do conhecimento. O pesquisador é conhecido também como “ator”, pois intervêm e se coloca como agente de mudança. Assim, a partir da perspectiva de Barbier (2007), conforme aponta Santos (2010), a pesquisa-ação tem determinados pilares que a distingue da pesquisa social científica tradicional: ela está a serviço de abrandar o sofrimento humano, no trabalho com as disfunções sociais e privilegiando as maneiras de gestão democrática; ela potencializa a ação e facilita a tomada de decisão; ela aborda situações sociais de maneira experimentalista e propõe uma teoria do campo e do contexto, ao contrário do modelo de pesquisa laboratorial.

Em concordância com essa idéia, Thiollent (1996) conceitua a pesquisa-ação como uma forma de se fazer pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema de cunho coletivo. De acordo com o autor, em todo o processo, os pesquisadores e os

participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo e não neutro. Assim, como aponta Tripp (2005), a pesquisa-ação é um método participativo. Além disso, para Thiollent (1996), a pesquisa-ação não possui a ação como fim, e sim como possibilidade de produção de conhecimento e viabilizar maior consciência das pessoas ou grupos com os quais se trabalha.

Este artigo tem por objetivo apresentar a análise, a partir de uma Pesquisa Documental, acerca da temática do processo de desligamento em uma pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar. É importante ressaltar que a relação pesquisador-participantes na realidade desse tipo de metodologia se diferencia das demais principalmente pela proximidade e envolvimento que se estabelecem entre os pesquisadores e participantes. Um estudo desse tipo se justifica devido ao crescimento da utilização do método da pesquisa-ação nos diferentes contextos e a ética necessária em todos os momentos da pesquisa, particularmente na fase final que deve promover autonomia entre os participantes e não fomentar a dependência emocional entre os envolvidos.

O processo de desligamento entre pesquisadores e participantes da pesquisa-ação

A pesquisa-ação é realizada a partir da relação pesquisador-participantes. O pesquisador e os participantes estão implicados no processo de construção do conhecimento em pesquisa-ação. Esta implicação se dá do início ao fim do processo investigativo. Nesse sentido, a maneira como se encerra uma pesquisa-ação está relacionada ao processo de construção da própria pesquisa.

O desligamento aqui estudado tem uma conotação particular. Refere-se ao processo de separação entre pesquisadores e atores que leva ao encerramento da pesquisa. Em outros contextos terapêuticos essa separação é também chamada de “processo de alta” ou “suspensão de serviço”.

Devido a essa presença constante do ator e do pesquisador, Franco (2005) descreve que a pesquisa-ação bem realizada só é possível quanto se conta com um longo tempo para sua realização plena. Assim, um processo aligeirado, superficial, com tempo marcado não corresponde às características da pesquisa-ação, pois a imprevisibilidade é um componente fundamental à prática da pesquisa-ação.

Outro componente importante para a pesquisa-ação, conforme aponta Morin (2004), é a negociação entre pesquisador e participantes que deve estar presente do início ao final da pesquisa. Para Morin (2004), no plano da co-gestão, espera-se que todas as decisões, para as diferentes tarefas de pesquisa e de ação, inclusive a respeito do encerramento das atividades, sejam tomadas por todos os atores. Esse é o nível mais difícil de ser alcançado porque é considerado como obrigação de decisão coletiva, às vezes, mesmo nos menores detalhes.

Sobre o final da pesquisa-ação Barbier (2007) descreve que o objeto final da pesquisa-ação existencial, modalidade defendida pelo autor, reside em uma mudança de atitude do sujeito (indivíduo ou grupo) em relação à realidade que se impõe em última instância. No entanto, para o autor, não se trata, de esperar uma mudança milagrosa ou de permanecer numa atitude passiva. Segundo Barbier (2007), na pesquisa-ação, a interpretação e a análise, presentes nas últimas fases descritas, são produto de discussões de grupo. Isso exige uma linguagem acessível para todos. A pesquisa-ação, dessa maneira, submete seus resultados, previamente negociados dia a dia entre o

pesquisador e os participantes da pesquisa, a toda a coletividade para provocar sua avaliação. Para o autor, no fim da pesquisa, pode ou não haver a redação de um relatório final, mas de qualquer modo, há sempre discussão sobre os resultados e uma proposta de novas estratégias de ação. Assim, segundo o autor, havendo a necessidade, há ação.

Ao escrever sobre a quinta etapa da pesquisa-ação, a fase de análise e avaliação dos resultados, Dionne (2007) também afirma que há neste momento a análise e redação do relatório de pesquisa, que em pesquisa-ação também é realizada com os atores da ação. Para o autor, as divergências de interpretação podem também alimentar a discussão e favorecer uma compreensão mais fidedigna da situação. O cuidado que se deve ter, o autor observa, é não permitir que se perca a eficiência da ação e a cientificidade da pesquisa. Nessa etapa, segundo Dionne (2007), observa-se melhor como o pesquisador se torna ator e como o ator se torna pesquisador. Especificamente sobre a finalização e reativação da ação, Dionne (2007) afirma que a última fase se distingue da precedente na medida em que permite a possível “saída” dos pesquisadores e atores do processo de pesquisa-ação realizada. Mesmo que várias operações anteriormente evocadas tenham permitido progressivamente a eventual saída dos participantes (pesquisadores e participantes-atores), é útil lembrar brevemente seu alcance. Como a pesquisa-ação consiste em um processo de intervenção, é evidente que a questão da continuidade da ação sempre deve estar colocada como possível.

Ao buscar uma conclusão sobre a devolutiva em pesquisa-ação, Thiollent (1996) afirma que é desejável haver um retorno da informação entre os participantes que conversaram, participaram, investigaram, agiram, etc. Esse retorno objetiva promover uma visão de conjunto. É difícil imaginar que um indivíduo que esteja participando do processo tenha espontaneamente acesso ao conjunto. Os canais de divulgação,

sobretudo os informais, são aproveitados para fortalecer a tomada de consciência do conjunto da população interessada (não limitada aos participantes efetivos). A tomada de consciência se desenvolve quando as pessoas descobrem que outras pessoas ou outros grupos vivem mais ou menos a mesma situação.

De acordo com Barbier (2007), uma pesquisa-ação chega ao fim quando o problema inicial é resolvido, se é que pode realmente sê-lo. Por isso, somente os participantes ligados ao problema podem por fim refletir e discutir sobre a resolução. Os pesquisadores profissionais podem decidir que o encerramento se aproxima por razões de tempo, de dinheiro ou outra implicação, mas somente os participantes devem ter a última palavra. Uma alternativa não só neste caso é trabalhar em conjunto com as redes sociais, ou redes de apoio do grupo estudado como aponta Ude (2002).

Conforme apresentado, o processo de desligamento no contexto da pesquisa-ação é marcado pela presença atuante dos pesquisadores e dos participantes. Tal atuação comparece ora na análise da mudança, da resolução dos problemas levantados, das informações construídas, como no momento da escrita do relatório final. Chama a atenção, no entanto, o fato de que, para os autores estudados, o encerramento da pesquisa é também uma decisão a ser tomada coletivamente. Indo às origens e ao desenvolvimento da pesquisa-ação, essa idéia é clarificada, pois seria incoerente, desconsiderar a atuação dos participantes neste momento.

Como não fomentar a dependência em trabalhos de cunho comunitário

De acordo com Bock (2009), historicamente a Psicologia esteve comprometida com os interesses das elites brasileiras, para controlar, higienizar, diferenciar e/ou categorizar. Além disso, o serviço da psicologia, segundo a autora, foi durante muito

tempo de difícil acesso para aquelas pessoas que possuíam baixo poder aquisitivo. Hoje nota-se, no entanto, a expansão crescente dos trabalhos de psicólogos inseridos em instituições e localidades na busca por colocar a Psicologia a serviço de quem dela precisa, como é o caso da Psicologia Social Comunitária.

A pesquisa-ação analisada se insere na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, perspectiva dentro da Psicologia que como afirma Góis (2005), teve sua origem nos movimentos sociais comunitários em diferentes países da Europa e da América do Norte, em especial naqueles que envolviam acentuadamente a saúde mental. Na América Latina, a Psicologia Social Comunitária nasceu sob influência da Psicologia Social Crítica, da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Bock (2009) afirma que a Psicologia no âmbito da comunidade significou um avanço porque exigia que a Psicologia se voltasse para a realidade social como um princípio da construção da ciência e da profissão sem dicotomizá-las.

Campos (2005), ao citar Góis (1993) descreve que este conceitua a Psicologia Social Comunitária como sendo uma das áreas da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo resultante do modo de vida do lugar/comunidade. A Psicologia Social Comunitária tem por objetivo, segundo o autor, o desenvolvimento da consciência dos indivíduos como sujeitos históricos e comunitários, mediante um trabalho interdisciplinar que atua de maneira transversal ao desenvolvimento dos grupos e da comunidade.

Na busca da compreensão acerca da área de atuação da Psicologia Social Comunitária, se faz necessária também a conceituação de “comunidade” nessa perspectiva,. Nisbet (citado por Sawaia, 1996, p.48), conceitua a comunidade como sendo algo que

(...) abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição.

Viabilizando e dando suporte ao conceito de comunidade descrito, Góis (2005) descreve que tanto para Vigotski, como para Paulo Freire e também Silvia Lane, o homem, ao transformar a sua realidade, dela também se apropria, tornando-se dessa forma, junto aos demais, responsável pela sua realidade social e sujeito da sua própria história.

Uma comunidade pode ser uma família junto a qual é possível desenvolver um trabalho a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária. Particularmente no trabalho junto a famílias, Brandão e Costa (2004) afirmam ser fundamental valorizar as competências e os recursos que a família possui, mas que muitas vezes desconhece. Além disso, se faz importante incentivar o diálogo entre os membros da família para assim acontecerem as mudanças necessárias naquele contexto.

Para Bock (2009), a Psicologia se constituiu e ainda se institui na sociedade como uma profissão corretiva, utilizada somente quando patologias, desequilíbrios, conflitos, desajustes e desvios se instalam. No entanto, é imprescindível desenvolver uma profissão que contribua também para a qualidade de vida e a promoção de saúde

das pessoas atendidas, levando-as a ações pautadas não na dependência, mas sim na reflexão, na autonomia e assim, a tomada de decisão que beneficie o sujeito e o seu contexto, levando na transformação da realidade social.

Considerações sobre os pressupostos metodológicos

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a Pesquisa Documental se diferencia da pesquisa bibliográfica por trabalhar com diferentes tipos de documentos. Assim, a Pesquisa Documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, sendo por tal motivo chamados de fontes primárias. Para a realização da análise dos documentos, o presente trabalho teve como referencial a Epistemologia Qualitativa proposta por Fernando L. González Rey.

Na obra de González Rey (2005b) encontram-se apontamentos sobre os princípios gerais da produção do conhecimento que sustentam a proposta da Epistemologia Qualitativa, conforme constituído pelo autor nas obras de 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002: o *caráter construtivo-interpretativo do conhecimento*, o que implica a compreensão do conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta; a *legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico* e, assim, a pesquisa como produção teórica e estudo da subjetividade; e o ato de *compreender a pesquisa*, nas ciências antropológicas, *como um processo de comunicação direta ou indireta*, um processo dialógico, para assim conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo que por sua vez, caracterizam os sujeitos individuais e viabilizam o conhecimento de como as diferentes condições objetivas da vida em sociedade afetam o homem.

Acerca do processo de análise de informações a partir da Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005c) descreve que o indicador, mesmo sendo hipotético, tem explícito elementos presentes na informação estudada que justificam a hipótese elaborada. Complementando essa idéia, González Rey (2005b) afirma que o pesquisador, quando define um indicador, não está impondo uma certeza que pode ser correlacionada a outras em um nível estatístico, mas está abrindo um caminho hipotético no qual os indicadores irão se reorganizar várias vezes em função do rumo que o processo de construção da informação vai tomando. Os indicadores vão tomando formas diversas em função das construções teóricas cada vez mais abrangentes que o pesquisador vai desenvolvendo sobre o material produzido e que vão caracterizando o modelo teórico responsável pela inteligibilidade crescente do problema estudado.

Segundo González Rey (2005c), o indicador não caracteriza uma entidade que se descreve. Os indicadores formam verdadeiras “cadeias de significação”, sendo os anteriores, matéria-prima dos quais aparecem depois, relacionando-se todos pelo modelo em construção mediante o qual vão se significando de maneira teórica as diferentes questões que orientam o interesse do pesquisador. O modelo não é uma realidade com vida própria, mas que se alimenta pelas construções do próprio pesquisador. Pelo motivo apresentado, os indicadores são categorias produzidas no processo de construção do conhecimento que se constituem em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado.

A construção de categorias de análise aparecem com frequência como estratégia de análise em pesquisa qualitativa. Na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, por sua vez, as categorias representam formas de concretização e de organização do processo construtivo-interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleos de

significação teórica portadores de certa estabilidade (González Rey, 2005c). A construção dos indicadores conduz necessariamente ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso de uma pesquisa (González Rey, 2002). Essas categorias representam um momento na construção teórica de um fenômeno e por, meio delas, entramos em novas zonas do sujeito estudado que conduzirão a novas categorias que se integraram às anteriores ou as negaram, mas que não se teriam podido construir sem aquelas. Dessa maneira, primeiro se obtém os indicadores de sentido subjetivo, depois a composição de núcleos de sentido por meio do agrupamento de indicadores presentes nas categorias e, por fim, se constroem as configurações subjetivas do objeto de estudo, a partir da elaboração dos núcleos de sentido.

No processo comunicacional da pesquisa, a partir da Epistemologia Qualitativa, são definidos, de maneira não estável e não padronizada, os elementos que constituirão a pesquisa propriamente dita como, por exemplo, a definição do problema, o cronograma, o método, etc. Conforme aponta González Rey (2005a), a pesquisa qualitativa não pressupõe uma formalização sequencial da pesquisa psicológica. Um ponto importante a se ressaltar sobre a análise das informações a partir da Epistemologia Qualitativa é que a proposta de González Rey (2002) exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo os dois níveis de constituição subjetiva (individual e social). Outro aspecto relevante é que há a necessidade, nessa perspectiva, de implicar ao mesmo tempo reflexão teórica, epistemológica e metodológica (González Rey 2005c).

Sobre a relevância do papel do pesquisador na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005a) afirma que a produção consciente de conhecimento não é um processo racional e, sim, um processo de sentido que se configura de

elementos de sentido com origens diversas entre os quais está a própria teoria assumida pelo sujeito. Dessa maneira, conforme aponta o autor, o conhecimento está atravessado pela vida de quem o produz. Por esse motivo, a criatividade e independência do pesquisador para “soltar” seu pensamento são uma condição essencial na construção teórica (González Rey, 2002).

Como descrito, o caráter aberto e processual da pesquisa na perspectiva da Epistemologia Qualitativa está presente durante toda a realização da pesquisa e, assim, em todo o processo de construção das informações que não se separa do processo de análise. Este, por sua vez, não está restrito a um momento específico da pesquisa.

Contexto de pesquisa

O trabalho realizado deu-se com base na análise das informações construídas, gravadas e transcritas obtidas no contexto de visitas domiciliares em uma pesquisa-ação sobre prevenção da violência física intrafamiliar, desenvolvida junto a famílias de crianças de um bairro de camada popular de Goiânia, Goiás. Foram analisadas oito visitas domiciliares realizadas em cada uma das cinco famílias de uma das duplas de pesquisadores. A escolha das visitas da dupla de entrevistadores se deu graças à possibilidade de acesso a todo o material construído por elas. As famílias em foco têm filhos(as), crianças de 9 e 10 anos, que são atendidos por um dos programas de extensão de um instituto especializado nas temáticas da Infância, Adolescência, Juventude e Família, de uma universidade particular de Goiânia, Goiás. A pesquisa analisada e o presente estudo foram submetidos e aprovados em Comitê de Ética em Pesquisa. Todas as famílias que aceitaram participar da pesquisa passaram pela primeira fase da pesquisa definida de “Diagnóstico inicial sócio-familiar”, onde foram aplicadas uma escala para

identificar a existência ou não da violência física contra crianças e um instrumento de complementação de frases com o mesmo fim. Depois disso, as famílias foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo, Grupo A, recebeu oito visitas domiciliares no segundo semestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009 e participou da reunião com todas as famílias do grupo. Entre os pesquisadores havia quatro duplas responsáveis por três ou quatro famílias. Ao longo das visitas domiciliares algumas famílias desistiram da participação na pesquisa. E semanalmente aconteciam reuniões de supervisão com as coordenadoras da pesquisa e visitadores. A partir do segundo semestre de 2009, as famílias do Grupo B passaram a ser visitadas e a participar da reunião em grupo. As visitas domiciliares das famílias selecionadas para o presente estudo fazem parte do Grupo B. A apresentação de cada família e da dupla de pesquisadores será realizada antes da apresentação das categorias construídas.

A dupla de entrevistadoras realizaram oito visitas domiciliares às cinco famílias com um intervalo de mais ou menos um mês entre cada visita. A seguir será apresentada a caracterização das famílias para que este conhecimento inicial facilite a compreensão das análises realizadas.

Da Família 1, cuja criança foco tem 10 anos e é do sexo masculino, participaram das visitas domiciliares além da criança, o pai, a mãe e os dois irmãos. A particularidade dessa família é o fato de ter uma mãe alcoolista e esta problemática ter permeado todas as visitas. Além disso, os pais se separaram durante a realização do trabalho.

A Família 2 tem criança foco do sexo masculino, com a idade de 10 anos. Participaram das visitas domiciliares: a criança, a avó materna, a mãe da criança e o irmão mais velho. O pai parece ausente. Ele mora em outro município. O irmão tem

mais contato com o pai e a família dele do que a criança. A mãe trabalha muito, porém é a pessoa mais responsável pela educação dos filhos, às vezes com auxílio da avó.

Já na Família 3, a criança foco é do sexo masculino e tem 9 anos de idade. Os pais, a irmã da criança e a própria criança participaram das visitas domiciliares. As questões dessa família estão voltadas aos problemas de relacionamento presentes e expressos frequentemente entre os irmãos.

A Família 4 tem como criança foco um menino de 10 anos. Participaram das visitas domiciliares a mãe, a criança e seu irmão mais novo. O pai participou de maneira esporádica. Nessa família, o pai deixa a educação dos filhos por conta da mãe. O pai desautoriza a mãe, deixando, por exemplo, o filho ficar até mais tarde na rua. Mãe e pai dizem não conversar entre si. Há aparente falta de limites em relação ao filho menor. O filho mais velho é responsável por parte dos cuidados diários do irmão, o que segundo ele, o prejudica com as atividades domésticas. A mãe está tentando colocá-lo em uma creche. Houve muita dificuldade de envolvimento do pai nas visitas.

Por fim, na Família 5, a criança foco tem 10 anos de idade, é também do sexo masculino. Nesse caso, participaram das visitas domiciliares a mãe e o filho. Mesmo morando com os avós maternos e tios (até a sétima visita), a mãe e o filho restringiram a família a eles dois. O filho é fruto de um abuso sexual cometido pelo esposo da avó materna. Há uma relação de muita proximidade entre mãe e filho e uma pequena diferença de idade. Eles às vezes se consideram e se comportam como irmãos.

Pensando a visita domiciliar na perspectiva da pesquisa-ação como relacional, é necessário também apresentar brevemente a dupla de pesquisadoras. A Entrevistadora 1 é a pessoa que mais conduz as visitas, é psicóloga e especialista em Terapia Familiar, além disso, é recém-casada e não possui filhos. Já a Entrevistadora 2 mais observa do

que interfere diretamente no decorrer das visitas, ela faz as anotações durante o trabalho e discute com a Pesquisadora 1 suas observações sempre ao final das visitas. Ela é pedagoga e estudante do curso de Psicologia, casada e mãe de três filhos ainda crianças. Segundo Brandão e Costa (2004), a visita domiciliar deve ser realizada por mais de uma pessoa, ou pelo menos em dupla, para dessa maneira, ter-se diferentes olhares sobre a família. De acordo com as autoras, é interessante que o visitador tenha uma formação específica, mas se não o tiver, o trabalho não é impedido por isso. Além disso, segundo Brandão e Costa (2004) o visitador deve acreditar na possibilidade de mudança das famílias. Pode-se afirmar que a crença na possibilidade de mudança das famílias visitadas esteve presente durante as visitas domiciliares analisadas.

Resultados e discussão

O processo de desligamento

A temática do final das visitas domiciliares esteve presente em diferentes momentos das visitas nas diversas famílias. Ora anunciada pelos pesquisadores, ora pelos participantes. Na primeira visita domiciliar, as famílias foram informadas sobre o final dos trabalhos na oitava visita. Em outros momentos, o final foi lembrado. No entanto, não houve um trabalho voltado diretamente para esse momento.

Na Família 1, na sétima visita, o final da pesquisa é descrito como “notícia”:

Pesquisadora 1: A gente tem uma notícia pra dá pra vocês.... hoje é a penúltima visita, vai ser só mais uma vez que a gente vai voltar porque hoje é a 7ª... aí a 8ª visita a gente vai voltar aqui.

Já na Família 2, na sexta visita, o final é lembrado:

Pesquisadora 1: Então deixa eu lembrar vocês que a gente vem aqui e esta é a antepenúltima vez que a gente vai vim, é... pra conversar sobre educação de filhos, e a gente quer saber como que é isso pra vocês, as dificuldades, os desafios, como vocês têm conseguido lidar com isso (...)

Na Família 3, na sétima visita o interesse pelo final parte do Pai que se interessa pelo progresso dele, uma vez que houve algumas queixas dos filhos em relação à forma como ele os educa:

Pai: Temos quantas visitas mais?

Pesquisadora 1: Mais uma só.

Pai: Então vocês vão ver meu progresso.

Pesquisadora 2: A gente vai deixar pra família ver o progresso.

Pesquisadora 1: Mas quem sabe na outra visita nós não vamos ver um pequeno progresso.

Algo interessante aconteceu na quarta visita na Família 5. Nesse momento, eles refletem sobre a possibilidade de parar para pensar um pouco mais e a mãe, sabendo que há um número limitado estabelecido previamente em relação às visitas, sugere no meio do trabalho que eles continuem a ter um horário para “refletir e conversar” e assim, “continuar fazendo isso, mesmo quando elas não estiverem aqui não é”. É importante ressaltar que mãe e filho criaram o “Dia da Família” no qual se reúnem com sua família estendida uma vez ao mês para conversar, jogar, brincar e fazerem as refeições juntos. A Pesquisadora 1 reafirma a situação de saúde da família quando diz: “Mas eu acho que vocês já estão à frente porque vocês já têm o encontro da família. Já é um tempo que vocês separam pra família não é”.

A referida família relatou na sexta visita que as visitas domiciliares eram como um “balanço do mês” onde conversam, reavaliam os “combinados” e fazem novos acordos. No relatório ao final dessa visita, as pesquisadoras relatam que a mãe já pontua que sentirá falta das visitas, e a criança também relata que no início pensou “ai que coisa chata”, porém posteriormente percebe como algo bom e que também sentirá falta. Além disso, nessa visita a mãe diz que o trabalho realizado é como uma terapia, mesmo sem o ser, por ter um caráter terapêutico. O que é reafirmado pelas visitadoras. De acordo do Contini (2009), baseando-se em Bock e Aguiar (1995), as práticas psicológicas na direção da promoção de saúde devem entender e trabalhar o sujeito a partir das suas relações sociais, trabalhando essas relações por meio da compreensão e da transformação por parte do sujeito. Nesse sentido, o caráter terapêutico das visitas se mostra nas possibilidades de constituir novas relações entre mãe e filho e as transformações necessárias para que tenham mais saúde e mais qualidade de vida.

A proximidade presente entre os envolvidos na pesquisa a partir da perspectiva da pesquisa-ação, de acordo com Barbier (2007), Thiollent (1996), Tipp (2005) e outros, pode se intensificar quando a estratégia utilizada é a visita domiciliar. A mãe da Família 5, na sétima visita ressalta que a família e as visitadoras se tornaram tão próximas que é até um pouco difícil de distanciar com o final da pesquisa. Dessa maneira, é possível pensar a visita domiciliar e a pesquisa-ação como espaço para a construção de relações. Assim, como a pesquisa-ação estudada é acadêmica, um maior cuidado deve ser tomado, uma vez que há tempo pré-estabelecido para começar e terminar as visitas domiciliares.

Na última visita domiciliar, foi entregue o “Livro das Famílias”, material originado do concurso “Não bata, eduque” realizado na cidade do Rio de Janeiro e com

a proposta de incentivar a criação de propostas alternativas ao uso da violência física como prática educativa. O material entregue às famílias tem linguagem acessível e trata de depoimentos de pessoas que passaram pela situação do uso da violência física e que conseguiram construir novas práticas na educação dos filhos, além de viabilizar o trabalho junto à rede social disponível. Ao entregar o livro, as pesquisadoras falavam sobre a importância de lê-lo e discuti-lo juntos, em família.

Além da entrega do livro, na última visita reaplicou-se junto a todas as famílias, o instrumento de complementação de frases, mas com indutores diferentes a respeito da mudança na educação, criação de filhos a fim de prevenir a violência física contra crianças e se perguntou como tinham sido as visitas para cada membro da família. Parte dessa tentativa de verificação, com a reaplicação do instrumento e padronização com todas as famílias visitadas, parece remeter ao princípio de verificação e padronização contestados nas pesquisas de cunho qualitativo. Outro ponto a considerar é que a tentativa de padronização presente no início e no final da pesquisa estudada pode não ter coerência com os princípios da pesquisa-ação, conforme apontado por Barbier (2007). Por outro lado, as pesquisas de cunho acadêmico, que ousam utilizar o método da pesquisa-ação, ter por desafio constituir uma forma de estudo que tenha como foco a ação e a mudança, mas que não se desprenda das características de um trabalho tido como acadêmico, onde, por exemplo, parte do planejamento deve ser estabelecido a priori, antes do contato com os participantes. No caso da pesquisa em questão, os membros das famílias participaram ativamente do desenrolar das visitas, principalmente entre a primeira e a sétima visita, do grupo focal. No entanto, participaram da elaboração da proposta de pesquisa e intervenção, muito menos da sistematização e análise das informações construídas e na elaboração do relatório final da pesquisa.

No que se refere especificamente ao último encontro com as famílias, alguns aspectos podem ser percebidos e que estão relacionados ao processo de desligamento entre os participantes e os pesquisadores. O final da pesquisa-ação deve ser marcado pela mudança construída a partir de algum aspecto identificado junto às famílias, conforme recomenda Barbier (2007). Na Família 2, por exemplo, essa mudança é vista pelos participantes e pelas pesquisadoras como não relacionada a receitas e sim, como uma construção de novas formas de se relacionarem e de se educar os filhos. Ao final, no relatório as pesquisadoras descrevem: “O final foi muito simbólico, no último momento os três permaneceram juntos. A mãe sentada ao lado do irmão no sofá e a criança por trás abraçando os dois. Sentimos uma grande emoção ao presenciar tal cena”.

Na Família 3, os participantes descrevem as mudanças que aconteceram em decorrência das visitas domiciliares da seguinte forma na última visita:

Criança: Antes eles batiam, agora eles conversam mais... eu e a J1 brigava mais agora nós briga menos, briga, mas é mais pouco.

Pesquisadora 1: Agora é uma pergunta mais pessoal, pra cada um mesmo. Como foram as visitas pra você?

Mãe: Pra mim foi ótimo, eu aprendi muito.

Pai: Pra mim também foi bom.

Mãe: Crescimento.

Pai: O que a gente aprende o que é de bom, pode ser o mínimo que seja, tem valor pra gente. Eu costumo dizer que uma coisa mínima que a gente aprende, ela tem mais valor do que uma grande que não traz benefício nenhum.

Pesquisadora 2: E você S., pode dar um exemplo do que você aprendeu muito?

Mãe: Controlar mais, conversar mais, entender eles mais... tudo isso.

Pai: Ouvir não é, não é só a gente falar. Porque às vezes a gente tem na mente aquela coisa de superioridade e a gente não quer ouvir o filho e só quer que ele ouve. Isso foi uma das coisas que nós aprendemos com vocês.

Mãe: E esperamos mudar mais um pouco ainda. Eu até comento com eles, mas eles enchem o saco. Eu queria até ser mais carinhosa com ele, mas não consegue, porque irrita tanto a gente que a gente não passa aquele carinho. Agora a gente mal entra e já vai falando “ah ele fez isso, ela fez aquilo”. E eu penso consegui mudar isso aí.

Pesquisadora 1: Olha que interessante, vocês estão dizendo que estão ouvindo mais e em contrapartida eles também estão ouvindo mais. Então alguma mudança já houve não é, e isso significa que é possível não é. (...)

A Família 4 ressaltou ao final da pesquisa a importância do estabelecimento dos “combinados” que facilitaram o diálogo e a possibilidade de fazerem acordos para a educação dos filhos sem o uso da violência física.

Pesquisadora 1: E a outra pergunta então... houve alguma mudança na sua família depois das visitas em relação ao jeito do seus pais te educarem? Teve alguma mudança?

Criança: Teve.

Pesquisadora 1: Qual mudança?

Criança: Ela (mãe) fala com calma comigo, aí eu vou e cumpro.

Pesquisadora 1: E antes como é que era?

Criança: Minha mãe gritava, aí eu fazia bagunça minha mãe me batia, agora minha mãe não tá me batendo mais não.

Pesquisadora 1: E seu pai, você percebeu alguma mudança do jeito dele te educar, te tratar?

Criança: Uhum, dele... dele me ajudar nas tarefas, eu obedecer ele.

Pesquisadora 1: Agora duas perguntas pra você mesma, o que você percebeu... como foram as visitas domiciliares pra você?

Mãe: foi boas, não tinha um diálogo aberto e a gente conversa mais sobre o assunto, sobre a família no caso, aí nós quase não tem diálogo, é eu no canto, o E., o M., e foi bom, a gente conversou mais, colocou os assunto em dias, sobre educação, um monte de coisa.

Pesquisadora 1: Mas assim, você percebeu alguma diferença entre você e o E. na educação deles?

Mãe: É o E. tá mais, tipo assim, ele conversa mais com o M., não sei se ele tá aqui dentro de casa, tá mais com o G., agora ele é quem passa mais tempo com eles, o clima do M. com o E. é bem melhor do que comigo, ele obedece mais, não sei se é porque eu mando ele fazer as tarefas, o que irrita ele mais é isso, ele não gosta, o pai dele não dá tarefa, o M. fala ‘ não vou fazer isso não’, ele fala ‘ah, deixa que sua mãe faz’, aí ele acha bom.

Pesquisadora 1: Então, o convívio deles é melhor?

Mãe: É, ele cobra menos... menino gosta mais daquele que não cobra muito.

Na Família 5, a mudança por meio da intensificação do diálogo foi viabilizada pelas visitas domiciliares:

Pesquisadora 1: Houve alguma mudança na sua família em relação a educação de filhos depois das visitas?

Mãe: É o que eu falei não é, hoje tem mais diálogo, companheirismo entre a gente, entendeu?

Pesquisadora 1: Você acredita que com esse novo filho você vai ser uma mãe diferente?

Mãe: Nossa! Totalmente, eu até comentei com o R. que essa criança vai ter uma educação totalmente diferente da que o R. teve, desde o começo. Até porque eu era muito imatura, a idade também não é? O conhecimento que a gente vai adquirindo, com certeza vou ser uma mãe totalmente diferente. Eu só espero que o resultado seja tão bom quanto está sendo com o R. não é. Porque cada filho é um filho não é? E com o R. até hoje ta tranquilo. Agora vamos ver não é.

Pesquisadora 1: Como foram as visitas pra você?

Criança: Foi bom, porque ajuda um pouco também. Traz união, menos briga... isso mesmo.

Pesquisadora 1: Houve alguma mudança em relação ao jeito da sua mãe te educar depois dessas visitas?

Criança: Mudou. Antes ela ficava me batendo.

Pesquisadora 1: E o quê que mudou?

Criança: Ela não me bate mais, parou de vez.

Pesquisadora 1: O que mais você percebeu que mudou?

Criança: Nós estamos um pouco mais unido também. Antes era unido também, mas direto ficava discutindo e agora não.

De acordo com Mitjans Martínez (2009), há ações educativas intencionais possíveis que contribuem para desenvolver nos sujeitos configurações de recursos subjetivos que facilitam ações sociais na direção desejada e que promovem mudanças

significativas nos espaços sociais. Nesse sentido, as ações das visitadoras contribuíram com as mudanças nas famílias e possivelmente em outros espaços sociais onde os participantes atuam.

Outro aspecto interessante é a contrapartida referenciada pelas pesquisadoras no trabalho com as visitas domiciliares que proporcionaram a elas a construção de novos conhecimentos, como podemos observar na Família 03:

Pesquisadora 1: É, nós também ganhamos muito S. e O. A gente aprende muito com vocês, não é porque a gente chega aqui com o rótulo de psicólogo, de estagiária ou de pesquisadora que a gente sabe mais que vocês, a gente sabe coisas diferentes, mas a gente aprende muito com vocês. A coragem, a esperança, a disposição de querer mudar, de querer o melhor pra família de vocês. De vocês acreditarem, tudo isso tem um valor muito grande pra gente. Pra mim particularmente é muito importante, ser recebida assim de uma forma tão carinhosa, tão amigável não é? Vocês chegam cansados do trabalho e ainda senta e ficam mais de uma hora aqui.

É relevante considerar que a possibilidade de mudança durante das visitas não se dá somente em relação aos participantes, mas também em relação às pesquisadoras, conforme relatado na oitava visita à Família 1:

Pesquisadoras: Enfim, “ninguém sai como entrou”, tanto pesquisadoras quanto a família. Muito interessante pensar em todo o processo, lembrar das duas primeiras visitas, tão tensas e difíceis e ao final, muito se caminhou em direção à saúde.

De acordo com Barbier (1985), a implicação do pesquisador no contexto da pesquisa-ação pode ser definida como o engajamento pessoal e coletivo, sua práxis

científica e projeto sócio-político. Isso acontece uma vez que o impacto psicoafetivo e o impacto estrutural-profissional estão presentes na pesquisa-ação. E por esse motivo é impossível “sair como entrou” das visitas domiciliares realizadas.

O processo de desligamento entre as pesquisadoras e as famílias visitadas aparece como momento sentido pelos que se envolveram no trabalho, mas pré-programado e com data marcada. Ao contrário do que acontece durante as visitas, a construção conjunta, a última visita é padronizada e não parece levar em conta as necessidades das famílias, mas sim os objetivos da pesquisa que resumidamente é a prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças.

Particularmente, em trabalhos de cunho comunitário, a busca por ações articuladas e em rede se tornam necessárias. A rede social é descrita por Ude (2002) como campos relacionais importantes para que o sujeito tenha saúde e qualidade de vida. Dessa forma, é possível pensar nas redes sociais das famílias visitadas como alternativa para atender as demandas apresentadas durante a realização do trabalho e que não puderam ser atendidas pela dupla de entrevistadoras. Além disso, segundo Faleiros (2008), a proteção integral, prevista no ECA, só pode ser constituída no relacionamento, por isso ela se enraíza nas relações cotidianas, diante do dever dos adultos e dos direitos das crianças. Assim, de acordo com o autor, a relação de proteção é processual, uma vez que acontece de acordo com as necessidades concretas do sujeito a ser protegido. Se torna relevante, de acordo com Faleiros (2008), o *empowerment*, ou seja, o empoderamento da rede social de proteção de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias.

Na Família 1, por exemplo, diante da presença do alcoolismo na família, das tentativas de suicídio da mãe, da separação dos pais, as pesquisadoras, mesmo o

reconhecendo a problemática e tentando fortalecer a família, parecem não conseguir visualizar práticas articuladas à outras instituições para atender a demanda da família. O que interfere diretamente no trabalho acerca da prevenção da violência física contra crianças. A família, conforme fala das próprias pesquisadoras, põe suas esperanças nas visitas e tem como resposta as tentativas de fortalecimento familiar, mas não os encaminhamentos e o trabalho em rede necessário para o caso específico no decorrer das visitas e particularmente ao final dos trabalhos. Na sétima visita, as pesquisadoras relatam: “Muitas questões aparecem na visita, porém não é possível seguir muito além, pois os limites da pesquisa anunciam que está próximo do fim. Sendo assim, o possível dentro destes limites foi conversado e pensado com a família”. A preocupação com o “foco” da pesquisa talvez impediu a criação de ações articuladas para atender as necessidades consideradas como marginais e assim, não relacionadas diretamente à questão da prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças. Ao contrário disso, há uma tentativa de localizar nos participantes a responsabilidade pelas mudanças necessárias, um pouco expandida com a possibilidade de buscar os atendimentos na instituição cuja pesquisa está vinculada:

Pesquisadora 1: Só depende de você, depende dos meninos, da sua vontade, do seu esforço... você gostaria de falar mais alguma coisa pra gente, sobre as visitas?

S.: Não, eu só gostaria de falar assim, eu queria continuar, mas como vocês não tem como.

Pesquisadora 1: Você gostaria que continuasse?

S.: É, é bom demais, ajuda demais, não sei se onde vocês vai tem caso igual o meu, mas eu acho que devia continuar, porque tem umas pessoa que ajuda.

Pesquisadora 1: Tem, na área de psicologia, você pode procurar elas.

S.: Eu preciso de pessoa desse jeito, pra conversar.

Pesquisadora 1: Porque como essas visitas são da pesquisa, a pesquisa tem o início, meio e fim, não tem como a gente alongar ela, porque ela tem um prazo, é da universidade, tem todo um processo que precisa ser finalizado não é, mas como as crianças tão lá na escola de circo você tem todo esse acesso e elas estão lá justamente pra dá esse apoio pras famílias da escola de circo e a gente conhece elas, a gente pode até dizer que você nos colocou que gostaria que continuasse a visita, ter visitas na sua casa, que você sente que ainda precisa de uma ajuda, de um apoio, não é verdade?

S.: Uhum

De acordo com Barbier (2007), as decisões na pesquisa-ação devem ser tomadas em conjunto, entre participantes e pesquisadores. Em relação aos possíveis encaminhamentos, essa decisão também poderia ser discutida junto aos participantes, promovendo assim a participação e a autonomia das famílias na tomada de decisão que a beneficie.

Considerações Finais

É possível afirmar que a visita domiciliar na perspectiva da pesquisa-ação é um espaço privilegiado para a construção de novas relações, bem como para a prevenção da violência e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Em relação ao final da pesquisa-ação, este é um momento importante e está relacionado ao processo de mudança e às demandas apresentadas e trabalhadas durante todo o processo de pesquisa.

Na pesquisa-ação estudada, que é um trabalho de cunho acadêmico que tem por perspectiva a pesquisa-ação, se coloca como um desafio constituir uma forma de estudo

que tenha como central a ação e a mudança, mas que não se desprenda das características de um trabalho tido como acadêmico, mesmo com a garantia da participação dos atores. As famílias participaram ativamente do desenrolar das visitas, principalmente entre a primeira e a sétima visita. No entanto, não participaram da elaboração da proposta de pesquisa e intervenção, muito menos da sistematização e análise das informações construídas. Na elaboração do relatório final da pesquisa, os participantes também não estiveram presentes, conforme é previsto no método da pesquisa-ação.

O processo de desligamento entre as pesquisadoras e as famílias visitadas aparece como momento sentido pelos que se envolveram no trabalho e pré-programado com “data marcada” para terminar. Ao contrário do que acontece durante as visitas, a construção conjunta, a última visita é padronizada e não parece levar em conta as necessidades das famílias, mas sim “avaliar” se os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Dessa forma, é necessário construir novas alternativas que considerem as demandas das famílias para assim efetivar o trabalho em rede e a decisão conjunta para a realização de encaminhamentos, até mesmo, na medida do possível, o momento mais adequado para participantes e pesquisadores para a finalização das atividades e das visitas domiciliares.

Referências

Barbier, R. (1985) *A Pesquisa-ação na instituição educativa*. (E. S. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Barbier, R. (2007) *A pesquisa-ação*. (L. Bibio, Trad.). Brasília: Liber Livro.
- Bock, Ana M. B. (2009). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 15- 28). São Paulo: Cortez.
- Brandão, Shyrlene N. & Costa, Liana F. (2004). Visita Domiciliar como proposta de Intervenção Comunitária. Em M. A. Ribeiro & L. F. Costa . *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. Brasília: Universa.
- Campos, R. H. F.(2005). Introdução: A Psicologia Social Comunitária. Em R. H. F Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Contini, M. L. J. (2009). Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 295-312). São Paulo: Cortez.
- Costa, L. F., Ribeiro, M. A., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. de. (2008). O desafio da supervisão e pesquisa-ação em casos de abuso sexual: os professores e suas questões. *Paidéia*, 18(40), 355-370.
- Dionne, H. (2007) *A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. (M. Thiollent, Trad.) Brasília: Liber Livro.
- Franco, M. A. S. (2005). Pedagogia da Pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, 31(3),483-502.
- Faleiros, V. P. (2008) Parar o Abuso e Desenvolver a Proteção. Em L. F. Costa & H. G. D. Lima (Org.), *Abuso Sexual: A justiça interrompe a violência* (pp. 159-170). Brasília: Liber Livro.

- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos em Psicologia* (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L.(2005a). O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica. Em F. L. González Rey (Org.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 27-51). São Paulo: Pioneira Thomson Learning..
- González Rey, F. L. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (Marcel A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005c). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (Marcel A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Mitjáns Martinez, A. (2009). Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 143- 162). São Paulo: Cortez..
- Morin, A. (2004) *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropedagogia renovada*. (M. Thiollent Trad.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Sá- Silva, J. R., Almeida, C. D. de & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I- Número I- Julho de 2009.
- Santos, V. A. dos. (2010). As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar. Tese de Doutorado,

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Sawaia, B. (1996). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. Em R. H. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Thiollent, M. (1987) Notas para o debate sobre pesquisa-ação. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a Pesquisa Participante* (pp. 82- 103). São Paulo: Brasiliense..

Thiollent, M. (1996). *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

Thiollent, M. (2007). Prefácio. En: H. Dionne (Org.), *A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. (M. Thiollent, Trad.). Brasília: Liber Livro.

Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica..*Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466.

Ude, W. (2002). Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva (pp.127-139). Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães; W. Ude (Orgs.), *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção dos quatro manuscritos é possível realizar algumas considerações acerca das temáticas trabalhadas em cada composição. As principais contribuições dos autores estudados sobre o processo de desligamento estão relacionadas à última fase de construção da pesquisa-ação. Essa fase é, por sua vez, marcada pelo encerramento, retorno da informação ou “devolutiva” e escrita do relatório final, que promove uma visão de conjunto da própria pesquisa. A pesquisa-ação chega ao final quando o problema inicial é resolvido, ou ao menos encaminhado para que aconteça a resolução, uma vez que a pesquisa sozinha pode não dar conta de resolvê-lo pelos mais diversos motivos. De acordo com os autores, em todo processo de encerramento, a negociação entre pesquisadores e participantes deve existir. Dessa forma, é possível conceber o encerramento das atividades como parte da própria pesquisa-ação.

Sobre a análise das informações a partir Epistemologia Qualitativa, é importante descrever que esta se constitui em uma proposta metodológica que visa à superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade nos estudos em Psicologia a partir da perspectiva da Pesquisa Qualitativa. É possível constatar que no processo de construção das informações a partir da Epistemologia Qualitativa há coerência quanto às origens, à definição dessa proposta e aos conceitos constituídos. A construção da pesquisa nessa perspectiva tem caráter processual e aberto e, como princípios, o caráter construtivo-interpretativo, o processo comunicacional entre pesquisadores e participantes e a relevância do singular na construção do conhecimento. A análise a partir da Epistemologia Qualitativa exige a produção de sistemas abertos de indicadores que informem ao mesmo tempo a respeito dos dois níveis de constituição subjetiva

(individual e social). Além disso, há a necessidade, nessa perspectiva, de implicar simultaneamente as reflexões teórica, epistemológica e metodológica. Somado a isso, é indispensável considerar as informações formais e as informais no processo de construção do conhecimento.

A partir da perspectiva da Epistemologia Qualitativa se torna importante para a formação dos pesquisadores romper com a representação de que o conhecimento representa um caminho ao descobrimento de algo pronto a ser conhecido, de uma realidade que se apresenta de uma única forma, havendo, portanto, um caminho correto para se chegar a ela. Na verdade, existem múltiplas alternativas de inteligência e significação na construção de realidades que, como a subjetividade, são complexas. O conhecimento é uma alternativa de inteligibilidade que se forma no curso da própria pesquisa. Dessa maneira, o valor do conhecimento dependerá da manutenção da viabilidade e do desenvolvimento de um modelo teórico que signifique, progressivamente, e em múltiplas inter-relações, as formas diferenciadas de expressão da realidade. Assim, o momento empírico gerado em uma direção de pesquisa pode ser retomado por outro pesquisador para produzir conhecimentos sobre aspectos diferentes do estudado na pesquisa original de onde se retiram as informações. Dessa maneira, a Epistemologia Qualitativa pode ser tomada como estratégia de análise de informações que caracterizam a pesquisa qualitativa

Especificamente sobre a visita domiciliar, esta pode ser utilizada como estratégia dentro do método da pesquisa-ação na prevenção da violência física contra crianças, viabilizando práticas educativas alternativas. Alternativas que se baseiem no diálogo e no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e pessoas que necessitam de cuidado e de proteção. As visitas domiciliares realizadas às famílias estudadas não

somente ensejaram a busca de outras vias que não aquela do uso da violência física, bem como para tentar evitar outros tipos de violência, tais como a negligência, e a violência emocional ou psicológica.

Ressalta-se que as ações junto às famílias poderiam ter sido potencializadas se fosse realizado o que Brandão e Costa (2004) chamam de “Devolução” e que se trata de uma carta que os visitantes escrevem para a família sobre o assunto conversado na visita, objetivando mostrar novas maneiras de pensar sobre a temática dialogada. No entanto, os momentos de fechamento e o aquecimento a cada nova visita, além da visita de encerramento também buscaram levar a novas reflexões.

Além disso, é importante considerar que são necessários ainda mais estudos e a elaboração de mais propostas para se pensar em alternativas para educar crianças e adolescentes nos mais diferentes contextos, sem o uso da violência. A visita domiciliar inserida na pesquisa-ação se mostra como boa alternativa para a realização de novos trabalhos sobre a temática. Isso ocorre, pois a visita domiciliar é uma ferramenta clínica privilegiada, devido seu caráter terapêutico na capacitação das famílias para utilizarem seus próprios recursos a fim de lidarem com as problemáticas cotidianas.

Assim, é possível afirmar que a visita domiciliar na perspectiva da pesquisa-ação é um espaço privilegiado para a construção de novas relações, para a prevenção e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Em relação ao final da pesquisa-ação, este é um momento importante e está relacionado ao processo de mudança e às demandas apresentadas e trabalhadas durante todo o processo de pesquisa.

É também necessário fazer algumas considerações específicas sobre o processo de desligamento na pesquisa-ação estudada. Primeiro é relevante considerar que a pesquisa-ação em questão é um estudo de cunho acadêmico e tem por perspectiva a

pesquisa-ação, se coloca como um desafio constituir uma forma de estudo que tenha como central a ação e a mudança, mas que não se desprenda das características de um trabalho tido como acadêmico. As famílias participaram ativamente do desenrolar das visitas, principalmente entre a primeira e a sétima visita. No entanto, não participaram da elaboração da proposta de pesquisa e intervenção, muito menos da sistematização e análise das informações construídas. Na elaboração do relatório final da pesquisa, os participantes também não estiveram presentes, conforme é previsto no método da pesquisa-ação de acordo com Barbier (2007).

Dessa forma, o processo de desligamento entre as pesquisadoras e as famílias visitadas aparece como momento sentido pelos que se envolveram no trabalho e pré-programado. Ao contrário do que acontece durante as visitas, a construção conjunta, a última visita é padronizada e não parece levar em conta as necessidades das famílias nesse momento. Nesse sentido, é necessário construir novas alternativas que considerem as demandas das famílias para assim efetivar o trabalho em rede e a decisão conjunta para a realização de encaminhamentos, até mesmo, na medida do possível, o momento mais adequado para participantes e pesquisadores para a finalização das atividades e das visitas domiciliares.

Retomando as questões colocadas no início da dissertação por meio do estudo realizado pode-se afirmar que a visita domiciliar é uma estratégia passível de ser utilizada a partir da perspectiva da pesquisa-ação na prevenção da violência física intrafamiliar contra crianças. Além disso, respondendo à segunda questão, pode-se dizer que o processo de desligamento entre pesquisadores e participantes da pesquisa-ação estudada se dá inicialmente como momento programado, padronizado para todas as famílias, mas que demanda a participação ocorrida nas visitas anteriores por parte das

famílias visitadas. Por fim, é importante considerar que, para promover benefícios sem fomentar a dependência em trabalhos comunitários, é necessário desenvolver uma profissão de psicólogo que contribua também para a qualidade de vida e a promoção de saúde das pessoas atendidas, levando-as a ações pautadas não na dependência, mas sim na reflexão, na autonomia e na transformação da realidade social.

É importante ressaltar, para finalizar, que esta pesquisa documental possui algumas limitações e algumas possibilidades. Entre as limitações pode-se considerar que foram analisadas, como documentos relevantes, as transcrições das visitas domiciliares, no entanto, poderia ter sido feito também o estudo das gravações para complementar e talvez até permitir um novo olhar sobre as visitas. Outro aspecto que pode se configurar como limitação do trabalho é a formatação da dissertação. A composição da dissertação em manuscritos é algo recente e permite um empenho a fim de que a publicação seja realizada e assim, haver uma melhor divulgação e colaboração para outros estudos e pesquisas. Ao mesmo tempo, os manuscritos apresentam recortes do estudo realizado e quem os lê seguidamente, pode não ver, num primeiro momento, a ligação entre eles e pode se surpreender com a repetição de algumas informações relevantes para cada artigo quando apresentado em separado. Entre as possibilidades, espera-se que este estudo auxilie na realização de outras pesquisas documentais e além do mais, ajude na realização de trabalhos que utilizam a pesquisa-ação como método, particularmente aqueles que envolvem violência intrafamiliar, infância e contexto comunitário.

REFERÊNCIAS

- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, . (2004). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thonson Learning.
- Brandão, S. N. & Costa, L. F. (2004). Visita Domiciliar como proposta de Intervenção Comunitária. Em M. A. Ribeiro & L. F. Costa. *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. Brasília: Universa.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5. Ed.). São Paulo: Atlas.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação* (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Sousa, S. M. G. (Org.). (2001). *O significado de infância, educação e violência para pais que cometeram violência física contra os filhos*. Goiânia: Editora da UCG.

Anexos



ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do projeto: O DESLIGAMENTO ENTRE PARTICIPANTES E PESQUISADORES DE UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pesquisadora responsável: Alciane Barbosa Macedo Pereira

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu APROVAR o projeto intitulado "O DESLIGAMENTO ENTRE PARTICIPANTES E PESQUISADORES DE UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA".

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra "d" e IX.2 letra "c" da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 30 de agosto de 2010.

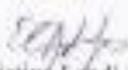
Debora Diniz
Coordenadora Geral - CEP/IH

Goiania, 05 de agosto de 2016.

Carta de Aceite Institucional

Eu, Professora Ms. Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza, coordenadora da pesquisa "Educar/Unir sem Violência: Prevenção da Violência Física Familiar Contra Crianças", desenvolvida no Instituto Dom Fernando, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, tenho conhecimento e autorizo a realização da pesquisa "O desligamento entre participantes e pesquisadores de uma pesquisa-ação sobre violência doméstica". Esta pesquisa será realizada pela aluna de Pós-Graduação em Psicologia (Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, Alciane Barbosa Macedo Pereira, sob orientação da Professora Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Autorizo a coleta de dados e a partir da análise do material das famílias do Grupo B, existente na forma de áudio e transcrição, acerca das visitas domiciliares, do grupo de psico-sócio-educação e seu respectivo diário de campo.

Atenciosamente,


Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza
Mat. 89903 PUC-GOIAS